

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

KLEI MEDEIROS

**COOPERAÇÃO SUL-SUL NO SISTEMA MUNDIAL (1955-2016):
DO NÃO-ALINHAMENTO À MULTIPOLARIDADE**

Porto Alegre, junho de 2016.

KLEI MEDEIROS

**COOPERAÇÃO SUL-SUL NO SISTEMA MUNDIAL (1955-2016):
DO NÃO-ALINHAMENTO À MULTIPOLARIDADE**

Monografia de graduação submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre, junho de 2016.

KLEI MEDEIROS

**COOPERAÇÃO SUL-SUL NO SISTEMA MUNDIAL (1955-2016):
DO NÃO-ALINHAMENTO À MULTIPOLARIDADE**

Monografia de graduação submetida ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

Aprovado em: __/__/____.

Banca de Examinadora:

Prof^a. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira (Relações Internacionais/UFRGS) - Orientadora

Prof. Dr. Diego Pautasso (Relações Internacionais/ESPM-Sul e Unisinos)

Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini (Relações Internacionais/UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por terem me proporcionado educação humana, política, crítica, social. À minha irmã pelo exemplo que sempre foi na minha vida. Aos meus familiares em geral. Aos amigos, que vêm e vão, mas sempre permanecem com carinho na minha memória. À CAPES, ao CNPQ e à FAURGS, que proporcionam as condições materiais para a produção científica e educacional no Brasil e no Rio Grande do Sul.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a todos os professores do curso de Relações Internacionais, que de alguma forma ou de outra, contribuíram com a minha formação e possibilitaram que eu escrevesse este trabalho. Em especial à minha orientadora Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira, que me proporcionou a visão de que Cooperação Sul-Sul não é um fenômeno novo, que surge no século XXI, mas que remonta à Conferência de Bandung e à lógica da descolonização afro-asiática, levando-me a prestar mais atenção nos fatores históricos de um fenômeno tão banalizado e clichê no estudo de Relações Internacionais. Ao Prof. Dr. Paulo Visentini, especial agradecimento ao me receber no NERINT em 2016 e pela ótima contribuição ao lecionar, junto com a Profa. Analúcia, a disciplina “*Sistema Mundial: origens, evolução e transformação atual*”, no primeiro semestre de 2015, proporcionando um entendimento fundamental para a concretização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho pretende apresentar a Cooperação Sul-Sul (CSS) em seus aspectos históricos, econômicos, políticos e ideacionais, demonstrando que o fenômeno não pode ser compreendido apartado do entendimento sobre a lógica do sistema mundial, bem como não comporta análises enviesadas que só considerem apenas um destes ângulos. A CSS se modifica, avança, recua, de acordo com os padrões de percepção dos países periféricos e semiperiféricos sobre a ordem internacional. Ao longo do tempo, o componente econômico é o que une a diversidade imensa de países: todos foram vítimas da colonização, todos enfrentam problemas graves, como pobreza, desigualdade, violência e exploração. Entretanto, a localização geográfica, o tamanho da população e do mercado consumidor, a disponibilidade de recursos e o nível de autonomia e soberania tornam alguns países mais destacados que outros e mais capazes de transbordar suas capacidades no entorno regional e mesmo longe de seus territórios, proporcionando aos países de menor desenvolvimento relativo alternativas que resultem em relações menos verticais do que as relações com o Norte/Ocidente. No âmago da transição da bipolaridade para a multipolaridade, alteram-se as estratégias e a forma de atuação dos países do Terceiro Mundo/Sul. No meio termo desta transição, a “ilusão da unipolaridade” dos anos 1980 e 1990 resulta em arrefecimento do ímpeto da Cooperação Sul-Sul e na tentativa de se desenvolver a partir da submissão a princípios de governança originados no Norte (neoliberalismo e Consenso de Washington). Tendo rompido essa fase, os países da periferia adaptam a estratégia do não-alinhamento – que fora útil durante a Guerra Fria – pela estratégia de promoção da multipolaridade, beneficiando-se da proliferação de alternativas de alinhamento e cooperação para se desenvolver. A revalorização de áreas periféricas antes esquecidas demonstra o papel que a multipolaridade, fomentada sobretudo pelos BRICS, vem a cumprir no sistema mundial que se inaugura no século XXI. Resta saber se a crise de 2008 será responsável por arrefecer o ímpeto da Cooperação Sul-Sul e ceder lugar à disputa, já que não interessa ao Norte/Ocidente uma periferia unida. Por fim, a crise que afeta alguns países dos BRICS a partir de 2014 coloca em questão a possibilidade de ampliação da Cooperação Sul-Sul por conta da necessidade de conter recursos e concentrar-se em temas domésticos.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; Sistema Mundial; Não-Alinhamento; Multipolaridade; BRICS.

ABSTRACT

This work intends to present the South-South Cooperation (SSC) in its historical, economic, political and ideational aspects, demonstrating that the phenomenon cannot be understood apart from the understanding of the logic of the world system, and does not deserve biased analyzes that only consider only one of these angles. The SSC changes, advances, retreats, according to the perception of patterns on the international order by peripheral and semi-peripheral countries. Over time, the economic component is what unites the immense diversity of countries: all were victims of colonization, all face serious problems such as poverty, inequality, violence and exploitation. However, the geographical location, the size of the population and consumer market, the availability of resources and the level of autonomy and sovereignty make some of them more prominent countries than others and more able to overflow its capabilities in the regional surroundings and even away from their territories, providing less developed countries with alternatives that result in less vertical relations than that with the North / West. At the heart of the transition from bipolarity to multipolarity, the strategies and the modus operandi of the Third World / South alter. In the middle of this transition, the "illusion of unipolarity" of the 1980s and 1990s results in a cooling momentum of the South-South Cooperation and in an attempt to develop through the submission to governance principles originated in the North (neoliberalism and the Washington Consensus). Having broken this phase, the periphery countries adapt the non-alignment strategy - which was useful during the Cold War – in order to the multipolarity promotion strategy, benefiting from the proliferation of alternatives of alignment and cooperation to develop. The revaluation of peripheral areas previously forgotten demonstrates the role that multipolarity, fueled mainly by the role of BRICS, comes to meet the world system that opens the twenty-first century. The question is whether the 2008 crisis will be responsible for cooling the momentum of South-South Cooperation and giving way to the dispute, since there is no interest to the North / West of a united periphery. Finally, the crisis affecting some of the BRICS countries since 2014 calls into question the possibility of expansion of South-South Cooperation by the need to contain resources and focus on domestic issues.

Keywords: South-South Cooperation; World System; Non-Alignment; Multipolarity; BRICS.

RESÚMEN

Este trabajo pretende presentar la Cooperación Sur-Sur (CSS) en su contexto histórico, económico, político e ideológico, lo que demuestra que el fenómeno no puede entenderse aparte de la comprensión de la lógica del sistema mundial, y no merece análisis sesgados que sólo tienen en cuenta uno de estos ángulos. La CSS se cambia, se mueve hacia atrás y adelante según los patrones de percepción de los países periféricos y semi-periféricos sobre el orden internacional. Con el tiempo, el componente económico es lo que une a la inmensa diversidad de países: todos fueron víctimas de la colonización, todos se enfrentan a problemas graves como la pobreza, la desigualdad, la violencia y la explotación. Sin embargo, la ubicación geográfica, el tamaño de la población y el mercado de consumo, la disponibilidad de recursos y el nivel de autonomía y soberanía hacen algunos países más importantes que otros y más capaces de desbordar su capacidad en el entorno regional e incluso fuera de sus territorios, proporcionando a los países menos desarrollados alternativas que resultan en relaciones menos verticales que las relaciones con el Norte/Occidente. En el corazón de la transición de la bipolaridad a la multipolaridad, se alteran las estrategias y el modus operandi del Tercer Mundo/Sur. En medio de esta transición, la "ilusión de la unipolaridad" de los años 1980 y 1990 resulta en la disminución del impulso de la Cooperación Sur-Sur y en el intento de desarrollarse a partir de la sumisión a los principios de gobernanza originados en el Norte (el neoliberalismo y el Consenso de Washington). Después de haber roto esta fase, los países de la periferia adaptan la estrategia de la no alineación - que era útil durante la Guerra Fría - a la estrategia de promoción de la multipolaridad, beneficiándose de la proliferación de alternativas de alineamiento y cooperación para desarrollarse. La revalorización de algunas zonas periféricas previamente olvidadas demuestra el papel que la multipolaridad, impulsado principalmente por los BRICS, debe cumplir en el sistema global que abre el siglo XXI. La cuestión es si la crisis de 2008 será la responsable de enfriar el impulso de la Cooperación Sur-Sur y dar paso a la disputa, ya que para el Norte/Occidente no interesa una periferia unida. Por último, la crisis que afecta a algunos países del BRICS desde 2014 pone en duda la posibilidad de expansión de la Cooperación Sur-Sur debido a la necesidad de contener recursos y centrarse en los asuntos domésticos.

Palabras-clave: Cooperación Sur-Sur; Sistema Mundial; No-Alineación; Multipolaridad; BRICS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Síntese do desenho de pesquisa | 16 |
| Figura 1 – A transição da Pax Britânica para a Pax Americana | 20 |
| Figura 2 – Da <i>Pax Britânica</i> à <i>Pax Americana</i> : os efeitos anti-hegemônicos da descolonização | 22 |
| Figura 3 – Estados organizadores e Estados convidados da Conferência de Bandung (1955). | 25 |
| Quadro 2 – Os Dez Princípios da Coexistência de Bandung | 27 |
| Figura 4 – A complexa lógica da Guerra Fria: não-alinhamento, barganha e tripolaridade | 55 |
| Figura 5 – Sistema mundial no século XXI: BRICS e nova governança | 89 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO: desenho de pesquisa e método | 10 |
| 1. PRELÚDIO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL (1955-1978): descolonização, não-alinhamento e autossuficiência coletiva | 17 |
| 1.1 Conferência de Bandung, Movimento dos Não-Alinhados e Trilateral de Havana ... | 22 |
| 1.2 Plano de Buenos Aires: a apropriação da Cooperação Sul-Sul pela ONU | 32 |
| 1.3 Semiperiferia, periferia e declínio da hegemonia norte-americana | 35 |
| 2. A REAÇÃO CONSERVADORA E O REFLUXO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL (1978-1995) | 41 |
| 2.1 Consenso de Washington, neoliberalismo e crise na periferia | 45 |
| 2.2 O fim da Guerra Fria, a emergência da semiperiferia e dos países-pivôs | 53 |
| 3. A COOPERAÇÃO SUL-SUL EM MEIO A MULTIPOLARIDADE (1995-2016) | 60 |
| 3.1 Contestações à globalização assimétrica e novos modelos de desenvolvimento e cooperação | 60 |
| 3.2 BRICS: o papel da semiperiferia, entre poder e desenvolvimento | 69 |
| 3.3 Crise na semiperiferia? As reações globais à ascensão dos BRICS | 76 |
| CONCLUSÕES | 84 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 90 |

INTRODUÇÃO: desenho de pesquisa e método

Os estudos sobre Cooperação Sul-Sul dentro da literatura acadêmica de Relações Internacionais em geral se centram na análise de casos específicos de cooperação bilateral ou multilateral, sem dar a devida atenção à estrutura do fenômeno e sua origem histórica. Assim sendo, algumas análises realistas tendem a classificar estudos sobre cooperação como neoinstitucionalistas, neoliberais ou até construtivistas, por não considerarem que a cooperação é possível em um sistema mundial anárquico, defendendo a ideia de que a busca por poder ou segurança explica melhor a lógica estrutural das relações internacionais. Por outro lado, enquanto realistas centralizam os estudos sobre a Guerra Fria dentro da disputa política Leste-Oeste por poder, algumas análises das vertentes “críticas”, sobretudo as abordagens marxistas e da Economia Política Internacional (EPI), buscam inserir a discussão sobre a relação econômica Norte-Sul como o eixo fundamental de análise. Nesse sentido, o estudo da periferia como um todo (incluindo a semiperiferia) e não de forma fragmentada permite analisar seus impactos sobre a estrutura do sistema mundial. Além disso, os estudos sobre Cooperação Sul-Sul devem dar conta da complexidade que envolve tal fenômeno e, para compreendê-lo de forma estrutural, faz-se necessário analisar suas origens, evolução e transformação atual.

As sucessivas hegemonias globais a partir do século XVI em torno do sistema capitalista global valeram-se de um *status* privilegiado em que se produziram relações extremamente assimétricas a partir do colonialismo. À periferia, não seria possível estabelecer relações autônomas entre si e, se estas ocorriam, se davam dentro da lógica Sul-Norte-Sul, ou seja, sempre com a intermediação do centro (como por exemplo no caso do comércio triangular entre Europa, Brasil e África entre os séculos XVI e XIX). Tratou-se de uma estrutura que se dava através de uma dominação direta apoiada na escravidão e na tentativa de buscar a acumulação de capital no centro. A periferia consistia em um mero espaço de disputa entre diferentes Estados capitalistas europeus. Aqueles Estados que melhor conseguiam controlar as relações a partir da presença militar direta ou indireta (através da vinculação das elites capitalistas locais), conseguiam lograr uma preponderância dentro da Europa, acumulando não apenas bens, mas também poder militar.

Nesse sentido, a *Pax Americana* surge em um ambiente em que a colonização é contestada e em que a autonomia das colônias interessa às potências que emergiram tardiamente, na margem semiperiférica do sistema mundial, quais sejam, Estados Unidos e União Soviética. Os processos de independência foram fomentados no sentido de criar um novo

espaço global ao qual ambos os países pudessem expandir sua influência, minimizando a dominação econômica e política da Europa. Embora as estruturas econômicas destes países fossem herdadas de um sistema em que a periferia era responsável por fornecer mercadorias de baixo valor agregado, o surgimento de elites políticas que buscam uma autonomia em meio à dependência propiciou que se criassem estratégias de resistência, buscando se beneficiar da competição entre superpotências através da barganha, da equidistância ou do alinhamento automático. Por outro lado, países recém-independentes buscariam fomentar as relações entre si, principalmente em termos políticos, dada a baixa complementaridade econômica entre os países da periferia. Assim sendo, este trabalho busca descrever e analisar a evolução das estratégias coletivas de atuação dos países da periferia e da semiperiferia, considerando a pluralidade de formas de inserção externa.

Além de identificar as semelhanças e diferenças na estratégia de inserção externa destes países a partir da descolonização afro-asiática, este trabalho busca identificar momentos de evolução e retração da Cooperação Sul-Sul, desde o seu prelúdio nas décadas de 1950 e 1960 até a sua consolidação no século XXI. Dessa forma, são identificados três momentos principais em que se pautou a Cooperação Sul-Sul: Fase 1: a) uma fase de prelúdio em que a estratégia se baseia no anticolonialismo e no uso da barganha com as grandes e superpotências como instrumento para promover o desenvolvimento e a autonomia nacional; 1b) a busca por fortalecer os laços entre si, não necessariamente dependendo do centro para se desenvolver, a partir da criação de instrumentos que promovam a ideia da autossuficiência coletiva e da nova ordem econômica internacional; Fase 2: a crise na periferia nos anos 1970 dá lugar à ascensão de uma nova estratégia em prol da liberalização comercial dos países da periferia, na intenção de fortalecer a hegemonia norte-americana no final da Guerra Fria e de promover a aceleração da globalização; isto implicou no enfraquecimento dos arranjos entre a periferia e a semiperiferia em prol de uma Cooperação Norte-Sul calcada no Consenso de Washington e na exigência de ajuste fiscal e democratização como condições ao auxílio e financiamento econômico e, por fim; a Fase 3: em que os processos de integração regional e o fortalecimento de países da semiperiferia através de uma industrialização relativa e de acumulação de poder político-militar se refletiram em proliferação de possibilidades e oportunidades de cooperação para a periferia, que passa a atuar a partir de uma concepção estratégica que não considera a unipolaridade como consolidada, bem como não considera necessariamente o neoliberalismo e a democracia como “pontos de chegada”. Assim sendo, aqui será questionado o papel do fortalecimento da semiperiferia (sobretudo após a emergência dos BRICS) na transformação recente do sistema mundial atual e no desenvolvimento da periferia.

Dada a descrição dos objetivos da pesquisa, os métodos aqui utilizados são o método histórico e o método comparativo, a partir de uma abordagem dialética entre avanços e recuos e entre cooperação e competição. As técnicas de pesquisa utilizadas são a revisão bibliográfica e a pesquisa documental (sobretudo relatórios oficiais de reuniões do Movimento dos Não-Alinhados, do G-77, de órgãos da ONU, etc.). Em diversos casos, se procede ao método comparativo através do método histórico. Este é o caso de estudos que abrangem um período de tempo caracterizado por rupturas e mudanças sistêmicas, em que se pode categorizar determinadas épocas subdividindo-as a partir dos elementos de continuidade e ruptura. Aqui, a identificação prévia de momentos ou fases sob as quais evoluiu a Cooperação Sul-Sul está sujeita à crítica e a negação, mas consiste em uma tentativa de sistematizar a análise preliminarmente.

A abordagem dialética tem origem nos gregos, mas na contemporaneidade está associada à Hegel e, mais recentemente, a Marx e Engels, sendo, entretanto, o primeiro responsável pela análise da dialética a partir da disputa entre ideias e os dois últimos pela tentativa de inserir as desigualdades materiais como componentes fundamentais da evolução histórica (KONDER, 1984). A dialética, portanto, se consolidou como método de abordagem materialista composto por diversos fundamentos como a: 1) ação recíproca; 2) a mudança dialética; 3) a passagem da quantidade à qualidade e; 4) a interpenetração dos contrários (LAKATOS & MARCONI, 2003, p.100-106).

A ação recíproca (1) estaria relacionada à ideia de que nenhum fenômeno pode ser analisado isoladamente sem considerar seu fenômeno circundante, ou seja, os objetos e fenômenos estão organicamente relacionados entre si, dependendo uns dos outros e condicionando-se reciprocamente (ENGELS, 1979). Nesse sentido, a análise sobre a Cooperação Sul-Sul deve considerar a estrutura da periferia do sistema mundial, que só pode ser analisada a partir da estrutura que forma junto com o centro. A caracterização da Cooperação Sul-Sul deve ser pensada considerando a Cooperação Norte-Sul, como complementar e como referência de uma ação recíproca. No que concerne à mudança dialética (2), essa se refere à ideia de que os fenômenos se dão a partir de um processo, de uma constante transformação, que se daria através de uma afirmação, de uma negação e de uma negação da negação, que se refletiria em um novo fenômeno, de caráter positivo (THALHEIMER, 1979, p. 92). A implicação deste fundamento neste trabalho consiste na tentativa de, a partir de uma hipótese inicial, buscar, a partir das evidências empíricas, apresentar sua contradição e, ao fim e ao cabo, chegar a uma conclusão inédita diferente da concepção inicial. O fundamento da passagem da quantidade à qualidade (3), por sua vez, basicamente se relaciona à ideia de que o conjunto de

pequenas mudanças, em um dado momento, pode se refletir em uma mudança na estrutura, de caráter qualitativa (LAKATOS & MARCONI, 2003, p. 103). Em suma, a mudança é lenta e gradual, mas pode se dar também através de saltos ou crises. Sendo assim, aqui se buscará considerar a importância da percepção de uma mudança sistêmica que implique transformações na estrutura do capitalismo e da governança global a partir de um conjunto de fenômenos isolados que, se considerados como algo novo, podem significar uma mudança qualitativa. Por fim, outro princípio do método dialético é a interpenetração dos contrários (4), quer dizer, o que leva às mudanças qualitativas está relacionado às mudanças internas nos fenômenos que, por natureza, possuem contradições. As suas contradições podem não se sustentar e, sendo assim, originar um novo fenômeno (POLITZER, 1979). Esse é o caso, por exemplo, da passagem do sistema feudal ao sistema capitalista e pode ser o caso de uma transição do sistema capitalista para outro pós-capitalista. Em termos de Relações Internacionais, a mudança na governança global pode estar relacionada à uma mudança na qualidade do capitalismo e por isso as estruturas políticas devem ser estudadas, pois carregam contradições internas e sua forma de organização implica em diferentes formas de estruturar a atividade econômica internacionalmente.

Como parte da dialética materialista, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar o seu impacto na sociedade hoje, partindo da ideia de que determinados fenômenos alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes. O método histórico, portanto, busca dar sentido e forma às estruturas atuais, através da explicação sobre o encadeamento de fatos e fenômenos, assegurando a continuidade de determinadas linhas de raciocínio (LAKATOS, 1981). Assim sendo, para explicar a Cooperação Sul-Sul tal qual descreve-se hoje, devemos remontar ao período de prelúdio dessa forma de relações internacionais, que se dá a partir da descolonização afro-asiática e da emergência do Terceiro Mundo na Guerra Fria. De forma acessória, conforme ressaltado anteriormente, o método comparativo será utilizado como tentativa de estabelecer parâmetros e relações entre períodos históricos de análise (sobretudo em relação às 3 fases delimitadas previamente). A comparação contribuirá para estabelecer relações causais, analisar coincidências, divergências e padrões de desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul.

Desse modo, se buscará explicar a Cooperação Sul-Sul dentro de uma perspectiva sistêmica, buscando o seu lugar dentro do sistema mundial capitalista e dentro da estrutura global de poder formada em um contexto de *Pax Americana*. A Cooperação Sul-Sul, desse modo, será analisada para além da definição técnica e instrumental das organizações

internacionais que a tem promovido (sobretudo as Nações Unidas¹), buscando as suas origens propriamente autônomas e o seu significado dentro da estrutura do sistema mundial.

A cooperação internacional tradicionalmente fora um tema marginal dentro das relações internacionais, começando a se desenvolver sobretudo a partir dos anos 1970 (CAMPOS, LIMA & GONZALEZ, 2012). Se antes disso, a teoria liberal relacionava a promoção do comércio internacional à estabilidade e à paz global, as teorias neoliberais e institucionalistas dos anos 1970 passaram a advogar pela ideia de que a proliferação de regimes e instituições internacionais, ao possibilitar um maior fluxo de informações e oportunidades para a negociação, tornariam a cooperação mais provável (KEOHANE & NYE, 1977). Entretanto, tal perspectiva ignora o componente hegemônico da criação de instituições internacionais, ou seja, omite o papel do poder (material e militar) na imposição de instituições internacionais como meio de promover uma governança global de manutenção do *status quo*. Como contraponto, a Teoria da Estabilidade Hegemônica, ligada à abordagem da Economia Política Internacional (EPI), ressalta que a cooperação internacional em um sistema de estados anárquico estaria ligada à ação de *hegemons* (países com destacado poder militar e econômico) na intenção de facilitar a aceitação de regras e garantir zonas de influência (KINDLEBERGER, 1973). Nesse sentido, tais estudos contribuem para análise da cooperação além de seu caráter supostamente benéfico e solidário, introduzindo a noção do interesse político e hegemônico por trás da cooperação internacional, algo também investigado por autores neorrealistas (JACKSON & SORENSEN, 2007).

De qualquer modo, ambas as abordagens esquecem de analisar a cooperação a partir de uma ótica contra-hegemônica, ou seja, que considere os impactos sistêmicos da cooperação entre Estados que se encontram marginalizados das grandes decisões políticas e econômicas internacionais. Um dos aspectos fundamentais da análise que propomos é a contradição entre: 1) os interesses de classe no interior dos Estados periféricos, que influenciam a condução da política externa, sobretudo tendendo a uma associação com países centrais como meio de escoar a produção de bens de primeira necessidade, garantindo o lucro do empresário local, mas ao mesmo tempo em uma relação de troca desigual em que os lucros na periferia se dirigem ao centro (WALLERSTEIN, 1974) e; 2) a margem de autonomia política dos Estados periféricos e semiperiféricos como detentores do monopólio da violência, capazes de subverter a lógica da

¹ Em relatório divulgado em 2010, as Nações Unidas conceituam a Cooperação Sul-Sul como “todos os tipos de intercâmbio político e econômico entre países do sul, empresas e organizações da sociedade civil, incluindo comércio, investimento e tecnologia” (UN, 2010, p. 71). Embora seja um conceito amplo, ele trata de descrever as partes que compõem o fenômeno, sem considerar seus propósitos e implicações sistêmicas.

estrutura econômica em prol do desenvolvimento interno dos Estados, conseqüentemente podendo implicar em uma estrutura de relações políticas internacionais voltadas à construção de uma alternativa de poder contra-hegemônica (muitas vezes através da associação entre a semiperiferia e a periferia). Nesse sentido, países com modelo econômico coletivista, como URSS e China, se alçam à condição de grandes potências em termos políticos e militares e se colocam como alternativas de parceria para países do Terceiro Mundo na Guerra Fria, sobretudo em uma relação que se dará em bases mais legítimas, horizontais, anticoloniais e através de uma forma de comércio anti-imperialista.

Desse modo, consideramos que o fator econômico e o fator político são ambos fundamentais para a análise das relações entre a periferia e ambos se relacionam mutuamente. De um lado, a política regula, controla e estimula a atividade econômica e, por outro, a economia fornece as bases materiais para a construção da capacidade estatal (entendida como os meios de usar o Estado em prol do desenvolvimento nacional). Em suma, o objetivo é trabalhar com a lógica de que a política, sobretudo nas relações internacionais, pode alterar o curso da dependência econômica (seja através de uma ruptura com o meio externo, seja através da cooperação horizontal com países que compartilham mesmas visões sobre desenvolvimento ou na qual a complementaridade econômica seja benéfica). Trata-se de analisar a margem de autonomia e de ação coletiva da periferia e da semiperiferia em prol da reestruturação da ordem global e a promoção de um sistema mundial mais equilibrado. Abaixo, tem-se um resumo do desenho de pesquisa.

Quadro 1 – Síntese do desenho de pesquisa

- 1) **Problema de pesquisa:** Como evoluíram os arranjos e relações entre a periferia e entre a semiperiferia durante a descolonização no pós-Segunda Guerra e quais seus impactos na transformação do sistema mundial?
- 2) **Objetivo:** descrever e analisar a evolução das estratégias coletivas de atuação global dos países da periferia e da semiperiferia buscando identificar:
 - a) semelhanças e diferenças na estratégia de inserção externa destes países a partir da descolonização afro-asiática;
 - b) momentos de evolução e retração da Cooperação Sul-Sul;
 - c) os dilemas, desafios e dificuldades enfrentadas para consolidar a Cooperação Sul-Sul no século XXI;
 - d) qual o papel do fortalecimento da semiperiferia (sobretudo após a emergência dos BRICS) na transformação recente do sistema mundial atual e no desenvolvimento da periferia.
- 3) **Metodologia:** método histórico e comparativo dos diferentes momentos da evolução da Cooperação Sul-Sul, estabelecendo uma linha de continuidade e ao mesmo tempo

trabalhando com as contradições inerentes ao processo de desenvolvimento político-econômico da periferia e da semiperiferia.

FONTE: o autor (2016).

1. O PRELÚDIO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL (1955-1978): Descolonização, Não-Alinhamento e a Autossuficiência Coletiva

Até a Segunda Guerra Mundial, sucessivas hegemonias europeias controlaram o sistema mundial através da associação entre a acumulação de capital, o desenvolvimento tecnológico-capitalista, a escravidão e um discurso em prol da promoção do livre-comércio e da missão civilizatória (sobretudo na *Pax Britanica*), respaldada pela “diplomacia dos canhões” e o controle estratégico de rotas marítimas (ARRIGHI, 1996). Paralelamente a esse processo, alguns estados semiperiféricos conseguiram se descolar da exploração europeia durante o século XIX: a) pela falta de interesse das potências coloniais e pela falta de recursos naturais em abundância, como nos casos do Japão, da Austrália, do Canadá e da Nova Zelândia; b) pelo desenvolvimento de associações estratégicas com potências centrais, como no caso da Rússia com a Inglaterra no século XIX e, por fim; c) pelo desenvolvimento de um colonialismo territorialmente expansionista, com uma burguesia e exército locais com ânimo autônomo de sua metrópole, como no caso dos Estados Unidos (primeiro país a tornar-se independente nas Américas).

Nesse sistema, a periferia era quase que completamente disputada pelas potências centrais e nenhuma forma de relação autônoma entre essas colônias aconteciam, a não ser com a intermediação do centro, em uma lógica Sul-Norte-Sul, como é o caso do comércio triangular entre Brasil, Europa e África (que envolvia troca de mercadorias, *commodities* e mão-de-obra). Economicamente, as colônias periféricas funcionavam como centro de abastecimento de matérias-primas e recursos minerais e naturais aos países centrais, em uma relação de troca desigual que impossibilitava o desenvolvimento socioeconômico. Os proprietários de terra e a burguesia local garantiam seu sustento com a exploração da mão-de-obra escrava e nativa, sem se preocupar com a distribuição de recursos interna. O desenvolvimento de uma infraestrutura local funcionava basicamente para fazer escoar os produtos em direção à Europa.

No século XIX, Estados semiperiféricos começam a forjar-se. Os Estados Unidos, já independente, expande-se para Leste e passam cada vez mais a disputar a América Latina com os países europeus ao Sul, beneficiando-se de uma classe burguesa autônoma e do planejamento e construção estatal. A Rússia busca consolidar internamente um Estado-Nação e ao mesmo tempo lograr uma inserção externa a partir de rotas que lhe dessem acesso ao Mar Mediterrâneo, ao Oceano Índico e ao Pacífico, envolvendo-se em disputa com o Japão em fins do século XIX.

Este, por sua vez, também forja a construção de um Estado através do isolamento internacional e de relações externas ambíguas.

Os países semiperiféricos se desenvolvem ao longo do século XIX, consolidando uma organização político-econômico-militar autônoma e destacada, mas cada um adotará estratégias diferenciadas no século XX. Os Estados Unidos beneficiam-se de relações privilegiadas com países da América Latina, colocando-se como promotor das independências nacionais da região, mas ao mesmo tempo desenvolvendo relações econômicas e de poder muito parecidas com aquelas desenvolvidas pela Inglaterra na mesma região no século XIX (diplomacia dos canhões, ou seja, poder militar como coerção para o controle marítimo das rotas estratégicas, utilizando o discurso da promoção do livre-comércio e da libertação dos povos). Ao mesmo tempo, coloniza *stricto sensu* alguns territórios estratégicos, como as Filipinas, no Sudeste Asiático. O Japão, também potência naval, disputa com países europeus o controle da China (sobretudo da Manchúria, área estratégica) e, durante a Segunda Guerra, busca controlar a Indochina e Sudeste Asiático, entrando dentro da lógica do colonialismo europeu. Entretanto, diferentemente destes dois países, a Rússia (transformada em URSS), nação poderosa em termos de população, território e recursos naturais, desenvolve-se internamente em torno do coletivismo de Estado, sem disputar colônias longe de seu território, desenvolvendo um aparato tecnológico-militar e uma ideologia e discurso mais voltado à promoção de uma libertação dos povos pobres e oprimidos, algo com um forte apelo nos países da periferia.

Enquanto Japão e Estados Unidos utilizam-se da vinculação estratégica entre promoção do comércio naval e fortalecimento da Marinha e da Aeronáutica (*Air-Sea Battle*), a Rússia, por sua vez, dedica-se ao seu entorno estratégico e ao poder territorial através de um poderoso Exército (*Air-Land Battle*). O Japão associa-se com países de desenvolvimento industrial e militar tardio na Europa com forte ânimo expansionista (Alemanha e a Itália, que desafiam o poder anglo-francês dentro da Europa) e seus interesses se vinculam em torno do objetivo de expulsão dos europeus da Ásia e uma nova partilha de poder na região. Entretanto, Rússia e EUA se coadunam no interesse de controlar a expansão japonesa na Ásia, mesmo que ambos tenham de disputar a influência da China. Na Europa, Rússia e Estados Unidos unem esforços para impedir que o equilíbrio europeu seja ameaçado pela ascensão da Alemanha (tanto à leste, ameaçando o espaço de projeção russo no Leste Europeu, quanto à Oeste, ameaçando a destruição de parceiros norte-americanos como Inglaterra e França).

Cada um dos três países semiperiféricos, em termos de *soft power*, porém, utilizam-se de argumentos que coadunem regiões periféricas em torno de projetos de governança global distintos. Os Estados Unidos dão prosseguimento à ideologia da promoção do livre-comércio e

seu apelo está ligado ao fato de supostamente não haver sido país colonialista, embora tenha estabelecido com a América Latina uma relação semicolonial e com as Filipinas uma relação estritamente colonial. Ao colocar-se como alternativa de poder aos europeus nas Américas, logrou uma maior aceitação das elites locais em torno da aposta por um novo mundo não mais baseado no colonialismo e na exploração. O poderio da burguesia norte-americana e a acumulação de poder militar a fizeram vislumbrar uma nova ordem mundial na qual as ex-colônias europeias pudessem aderir ao “livre-comércio” com os Estados Unidos e consolidar uma Europa unida e submissa ao poderio norte-americano². Apostou-se na lógica do capital como meio de submeter o restante do mundo à sua dominação política.

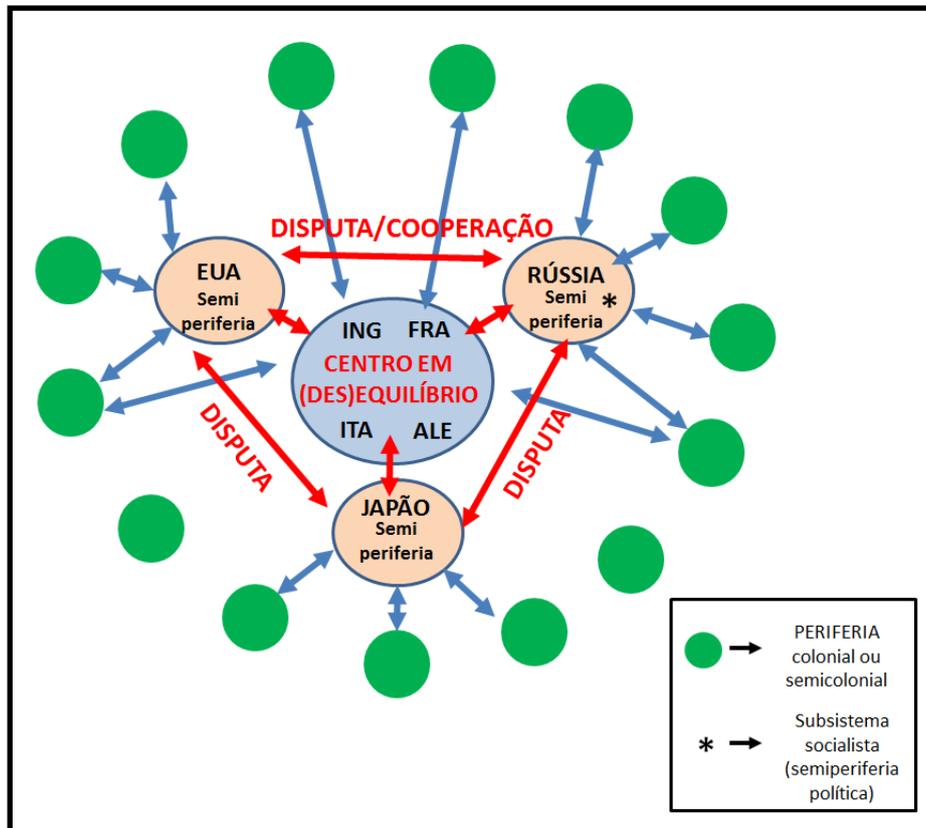
A União Soviética, por sua vez, sobretudo com o stalinismo, desenvolveu a economia através da planificação, do coletivismo e da apropriação coletiva, adaptando o marxismo-leninismo à necessidade de defesa nacional (unindo realismo e marxismo). A necessidade de manutenção da existência da União Soviética dependia da consolidação do socialismo internamente e, para tanto, seria importante desenvolver-se militar e tecnologicamente para garantir sua sobrevivência. Esperava-se que a retórica antifascista e anti-imperialista fosse ser naturalmente atraente para países da periferia, sobre os quais a URSS poderia atuar através da cooperação militar e econômica em prol do desenvolvimento nacional, garantindo também, assim, zonas de influência fora do seu eixo de projeção mais próximo e possibilitando expandir-se em direção ao controle dos mares. Essa seria a relação entre *hard* e *soft* no caso soviético.

Sendo assim, a Segunda Guerra Mundial representou a disputa de potências semiperiféricas em torno de alianças com potências em declínio (*Figura 1*). Às potências em declínio (França e Inglaterra), restava a associação com o lado “vencedor” na disputa, de modo a garantir a associação privilegiada e, ao menos, o *status* de país próspero, desenvolvido e com voz nas grandes discussões securitárias internacionais (França e Inglaterra fariam parte do Conselho de Segurança). Os EUA possuíam interesse de manter como aliados as antigas potências declinantes e também as potências semiperiféricas em ascensão, através do jogo diplomático de “vai-e-vem”, fomentando o seu desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo impondo limitações em termos estratégico-militares-políticos (caso do Japão e da Alemanha Ocidental, que não puderam desenvolver energia atômica nem participar do Conselho de Segurança). Ao mesmo tempo, esses países poderiam ser úteis para estabelecer balança de

² Por outro lado, a Europa se beneficiaria com o comércio no Atlântico Norte (a Cooperação Norte-Norte), o papel de pivô e policial dos Estados Unidos no Oriente Médio e na África e como eixo de resistência à expansão territorial russa.

poder regional, garantir estabilidade e evitar guerras (caso do Japão na Ásia e da Alemanha Ocidental na Europa).

Figura 1 – A transição da Pax Britânica para a Pax Americana



Fonte: o autor (2016).

A União Soviética, dentro do comércio global, não exerceria a condição de país central em termos econômicos, mas sim em termos político-estratégico-militares. O PIB entre os novos policiais dos Estados Unidos (Alemanha Ocidental, Inglaterra, França e Japão) na Guerra Fria seria muito superior ao PIB dos países do Pacto de Varsóvia. Além disso, a União Soviética não operava preferencialmente seu comércio a partir da lógica da associação com as elites econômicas locais, apostando, por outro lado, nas relações político-militares com líderes estatais do Terceiro Mundo.

Nesse sentido, a disputa na periferia se dava em dois sentidos: concessão de poder (político-militar) ou concessão de desenvolvimento (tanto no sentido liberal de desenvolvimento – liberdade - quanto no sentido marxista-leninista de desenvolvimento - igualdade). Entrelaçam-se, no Terceiro Mundo, de forma complexa, as ideias, as capacidades militares, as capacidades econômicas e, como consequência, a disputa interna de poder entre as elites pode ser explicada a partir dessa ótica.

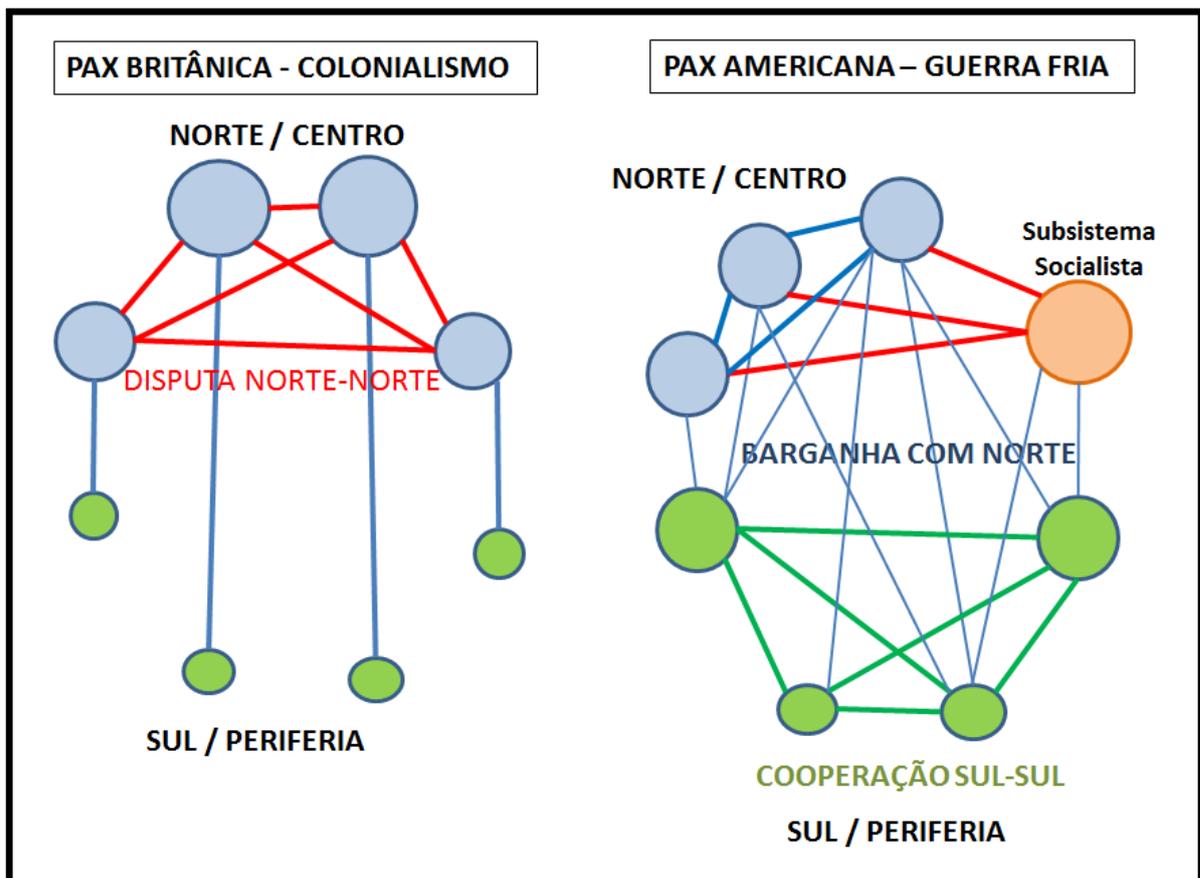
A descolonização que se dá a partir dos anos 1950 precisa ser entendida a partir da ótica daqueles que a promoveram (em termos ideológicos, materiais e militares): EUA, União Soviética e, em menor grau, a China recém independente. EUA e União Soviética buscavam zonas de influência dentro da lógica bipolar da Guerra Fria, seja através de meios econômicos, seja através de meios militares; seja oferecendo a promessa de desenvolvimento econômico, seja oferecendo a promessa de desenvolvimento social. Portanto, esperavam disputar um-a-um o alinhamento automático destes novos Estados independentes (cada um com importância estratégica diferenciada em função de população, território, localização, potencial econômico, etc.). A China e a Índia, recém-independentes, seriam os principais locais de disputa entre Estados Unidos e União Soviética. Ambos os países, pelo seu potencial, iriam representar um terceiro polo de poder e se desenvolveriam através de uma lógica própria, inclusive ideologicamente, apostando em novas formas de associação com países do Terceiro Mundo, muitas vezes de forma indireta.

É nesse contexto que tem origem a resistência, a solidariedade revolucionária e a Cooperação Sul-Sul. Em torno do anticolonialismo, China e Índia iriam dar origem a uma nova forma de estratégia do Terceiro Mundo em relação às super e grandes potências: a barganha, o não-alinhamento e a equidistância. Tratava-se de valer-se das disputas político-militares e econômicas entre o centro político (EUA e URSS) para extrair vantagens em termos de poder e/ou desenvolvimento. Essa estratégia seria utilizada pelos novos Estados independentes mais fracos como meio de sobrevivência, embora alguns fossem cair na lógica do alinhamento automático, seja com a URSS (como foi o caso de Cuba), seja com os EUA (como no caso de alguns países africanos e latino-americanos).

Em termos econômicos, conforme já mencionado, os EUA iriam estimular a multipolaridade, investindo através da Cooperação Norte-Norte na reconstrução da Europa Ocidental e do Japão. Desse modo, alguns países africanos e latino-americanos ainda mantiveram laços importantes com países europeus capitalistas, apesar da ascendência comercial norte-americana. Porém, a ordem da Guerra Fria vai trazer um caráter de instabilidade no Terceiro Mundo porque, pela primeira vez, a periferia poderá estabelecer laços entre si. Além disso, se quando colônias suas relações se davam em termos unidirecionais, a proliferação de possibilidades de cooperação militar e econômica iria permitir o uso da barganha e do jogo diplomático, levando a um certo empoderamento da periferia e um maior protagonismo político. É nesse sentido que se pauta o surgimento da Conferência de Bandung (1955) e do Movimento dos Não-Alinhados (1961). A Conferência de Bandung nasceria sobretudo a partir da iniciativa da Índia e outros países do Sudeste Asiático que estavam

libertando-se da dominação europeia e enfrentariam o desafio de direcionar os movimentos de libertação nacional levando em conta a nova ordem mundial da Guerra Fria. O não-alinhamento também possuiria um forte componente anti-hegemônico, no sentido de defender que os países não se alinhem a nenhuma das duas superpotências e fomentem as relações entre si, inaugurando a Cooperação Sul-Sul, através de princípios diferenciados daqueles que regem as relações Norte-Sul.

Figura 2 – Da *Pax Britânica* à *Pax Americana*: os efeitos anti-hegemônicos da descolonização



Fonte: o autor (2016).

1.1 Conferência de Bandung, Movimento dos Não-Alinhados e Trilateral de Havana

A primeira fase da Guerra Fria se daria em meio a mais uma expansão do sistema mundial capitalista sob a hegemonia norte-americana. Os primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial se caracterizariam pela busca por zonas de influência por parte dos EUA e

URSS, além da reconstrução da Europa, através do Plano Marshall³, e da transformação do Japão em uma espécie de protetorado dos EUA (VISENTINI, 2011). Na Ásia em geral, começam a se desenvolver movimentos de libertação nacional que depois iriam se espalhar pela África na década de 1960. O fato de os movimentos de libertação terem ocorrido inicialmente na Ásia garantiu a esse continente o *status* de liderança no processo de formação do Terceiro Mundo, sendo a Conferência de Bandung a manifestação desse protagonismo asiático nos movimentos em prol da descolonização (PEREIRA & MEDEIROS, 2015).

Ao se colocarem como uma terceira força no jogo da Guerra Fria, os países asiáticos, especialmente Índia e China, rompem com a ideia de bipolaridade e trazem a ideia de multipolaridade de forma precoce. Nesse sentido, a *Pax Americana* carrega consigo uma maior instabilidade, visto que, diferentemente do que acontecia nas sucessivas hegemonias europeias dos séculos anteriores, a periferia deixa de estar diretamente atrelada ao centro, na forma de colônias. O fato de Índia e China, diferentemente da União Soviética, terem sido vítimas da colonização, lhes conferiam um grau de legitimidade como porta-vozes e líderes do Terceiro Mundo, o que possui implicações na projeção externa desses dois países no século XXI (PEREIRA & MEDEIROS, 2015).

A atuação dos EUA na Ásia já se fazia presente no sentido de ser um substituto à presença francesa e inglesa e pressionar os regimes socialistas da primeira etapa de descolonização (China, Coreia, Vietnã) e as lutas nacionalistas (Índia e Indonésia). Na Ásia, os EUA tinham interesse, como nova potência econômica, em investir seu excedente de capital e expandir os tentáculos de suas empresas transnacionais e, com isso, defendiam a abolição de formas de protecionismo, apoiando a descolonização (BEAUD, 2004). Para tanto, parte de sua estratégia consistia em criar um novo polo de poder na Ásia, o Japão, através da restauração da sua economia, além do investimento nas relações com Taiwan, garantindo a soberania dessa ilha de valor estratégico pela proximidade com a China (VISENTINI, 2011).

Especificamente a questão da Indochina motivou a realização da Conferência de Colombo, onde foi discutida a articulação de uma frente neutralista para contrapor a atuação dos americanos, que tomavam o lugar dos franceses no conflito (GUITARD, 1962). A Conferência de Colombo contou com a presença da Índia, Paquistão, Indonésia, Birmânia (Mianmar) e Ceilão (Sri Lanka) e foi uma espécie de ensaio para a Conferência de Bandung⁴,

³ Para a Ásia, houve uma espécie de Plano Marshall, o chamado Plano Colombo, que previa ajuda financeira por parte dos EUA para a reconstrução dos países asiáticos devastados pela guerra e para o desenvolvimento socioeconômico dos países da região.

⁴ Vale ressaltar que antes da Segunda Guerra Mundial e dos movimentos de descolonização, foram realizadas conferências que reuniam colônias europeias. Exemplos são os Congressos de Berlim e de Bruxelas. No Congresso

que ocorreria um ano mais tarde. Em 1954, Índia e China declararam conjuntamente cinco princípios que regeriam suas relações: coexistência pacífica, respeito recíproco pela soberania e integridade territorial das partes, não ingerência nos assuntos internos, não-agressão, igualdade e privilégios recíprocos (MOVIMENTO DOS NÃO-ALINHADOS, 2015).

Um ano mais tarde, na Conferência de Bandung, pela primeira vez se reúnem representantes dos povos asiáticos e africanos, inaugurando a solidariedade afroasiática e a emergência do Terceiro Mundo no cenário internacional. A Conferência representou o início da tomada de consciência em relação ao papel que os novos países independentes deveriam exercer no mundo, no sentido de representar os excluídos, os oprimidos e os rejeitados nas grandes discussões internacionais do centro. À época dessa conferência, a maioria dos países Ásia já havia conquistado a independência política formal e a luta de libertação nacional na África começava a despontar. Nesse sentido, a conferência reuniu diferentes correntes do mesmo movimento de emancipação, em fases diferentes de desenvolvimento, além de unir países com distintos sistemas políticos, desde países monárquicos até socialistas (BISSIO, 2015). A heterogeneidade dos países, que a princípio poderia ser um obstáculo à coordenação da ação coletiva, foi superada pelo desejo comum de todos os países de enfrentar o subdesenvolvimento. Bandung, assim, representava uma tentativa de inverter a lógica da Guerra Fria e propor o debate Norte-Sul, ao invés do Leste-Oeste, e se posicionar como um polo de poder alternativo que tornaria a Guerra Fria bem mais complexa do que aparentemente poderia parecer (AMIN, 2010; VISENTINI, 1997; PEREIRA & MEDEIROS, 2015)

Os princípios fundamentais acordados entre os países participantes foram, sobretudo, a luta contra o colonialismo e o racismo, o direito de todos os povos à autodeterminação (princípio este que já constava na Carta da ONU, mas seria aqui reforçado), a luta pela independência e pela liberdade de escolha dos Estados relativamente aos seus sistemas políticos e opções de inserção externa durante a Guerra Fria. O não-alinhamento, nesse sentido, não

de Berlim, em 1926, a Índia apresentou um informe que demonstrava “os limites que a política tradicional dos países europeus impunha a qualquer esforço eficaz em favor da paz e as condições de cooperação entre Europa e Ásia. O primeiro equívoco dos povos da Europa – se lê nesse informe – é que sempre pensam os problemas internacionais em termos exclusivamente europeus; a segunda é que nunca fizeram nada para eliminar a causa eventual da hostilidade da Ásia em relação à Europa” (GUITARD, 1962, p. 11). Na Conferência de Bandung, os líderes Sukarno e Nehru lembraram da primeira manifestação de solidariedade entre os povos oprimidos que ocorreu na Conferência de Bruxelas, em 1927 e em Berlim em 1926. Segundo Guitard (1962, p. 12), “Berlim era a capital de uma Alemanha que havia sido privada de colônias e que havia se tornado então um dos refúgios dos primeiros nacionalistas dos impérios britânicos, francês e holandês. Foi aí onde os representantes dos povos colonizados, contando com o apoio moral da URSS, alentados e ajudados por certas personalidades políticas, literárias e científicas pertencentes às esquerdas europeias e por determinados governos da América Hispânica, impacientes da tutela econômica dos EUA – o Congresso foi financiado pela China Nacionalista e pelo México – decidiram que se celebraria em Bruxelas, em 1927, um congresso dos povos oprimidos [...] Participaram dessa conferência Albert Einstein e a senhora Sun-Yat-Sem, entre outros”.

significava necessariamente equidistância, mas sim que os países teriam liberdade para se posicionar como preferissem (exemplo disso foi que Chou En Lai, durante a Conferência, fez acenos na direção dos Estados Unidos, propondo aos americanos uma declaração conjunta de coexistência pacífica) (PEREIRA & MEDEIROS, 2010). Além disso, as relações mútuas e a possibilidade de complementaridade econômica entre o Sul seria valorizada.

Figura 3 – Estados organizadores e Estados convidados da Conferência de Bandung (1955)



Les pays participant à la conférence de Bandung en 1955

Source: La Documentation Photographique n° 8062

Fonte: Documentation Française (2016).

Desse modo, Bandung significou o primeiro concerto entre a periferia sobre a estratégia de atuação coletiva no cenário global. Além disso, representou o surgimento de uma cultura do Sul (WALLERSTEIN, 1992), e uma agenda do Terceiro Mundo, com suas prioridades vinculadas ao desenvolvimento social, e não apenas econômico. Além disso, Bandung prematuramente lançou a ideia da necessidade de reconhecimento das diferenças, algo que no século XXI ganha força (FRASER, 2007). Ao final da conferência, foram declarados em um comunicado contendo cinco sessões: A) Cooperação Econômica; B) Cooperação Cultural; C) Direitos do homem e autodeterminação; D) Problemas dos povos dependentes; E) Promoção da Paz e Cooperação Mundiais.

Com relação à cooperação econômica, foi reconhecida a urgência de promover o desenvolvimento econômico da zona afro-asiática dentro do respeito à independência nacional, por meio da assistência técnica (termo atualmente substituído por “cooperação técnica”) entre

participantes ou por meio de acordos multilaterais e bilaterais com o resto do mundo. Também foi solicitada a criação de um fundo especial das Nações Unidas para o desenvolvimento econômico e fora recomendado aos países afro-asiáticos que variassem suas exportações “manufaturando” suas matérias-primas e fomentando feiras inter-regionais e intercâmbios de delegações regionais. Além disso, clamou pela criação de uma agência internacional de energia atômica, insistindo sobre a necessidade de utilização desta para fins pacíficos (GUITARD, 1962).

No que tange à cooperação cultural, a declaração final enaltece as riquezas intelectuais da África e Ásia e aconselha o desenvolvimento de missões científicas, literárias e artísticas, o intercâmbio de livros, de professores e estudantes. Na seção “Direitos do homem e autodeterminação”, se confirma a necessidade de plena adesão dos participantes à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos do Homem e se ressalta a necessidade dos países já independentes de ajudar os outros países colonizados a conquistar sua soberania. Em relação à “promoção da paz e da cooperação internacional” se manifesta o desejo de que se ampliem a quantidade de organizações internacionais e é solicitado ao Conselho de Segurança da ONU que conceda espaço para a participação dos países afro-asiáticos no seu seio. Além disso, ressaltou-se a defesa do desarmamento e a proibição de armas de destruição em massa, bem como a suspensão dos testes nucleares (GUITARD, 1962). Por fim, o comunicado final da Conferência de Bandung assinala os Dez Princípios da Coexistência, quais sejam:

Quadro 2 – Os Dez Princípios da Coexistência de Bandung

- 1) Respeito aos direitos humanos fundamentais, conforme aos fins e aos princípios da Carta das Nações Unidas;
- 2) Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações;
- 3) Reconhecimento da igualdade de todas as raças e a igualdade de todas as nações, pequenas e grandes;
- 4) Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos dos outros países;
- 5) Respeito ao direito de cada nação de defender-se individual e coletivamente conforme a Carta das Nações Unidas;
- 6.a) Rejeição a todo acordo de defesa coletiva destinado a servir aos interesses particulares das grandes potências quaisquer forem;
- 6.b) Rejeição a toda pressão que uma potência, qualquer que seja, tente exercer sobre outra;
- 7) Abstenção a atos de ameaças de agressão ou uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de um país;
- 8) Resolução de todos os conflitos por meios pacíficos, tais como negociação ou conciliação, arbitragem e resolução diante de tribunais, assim como outros meios pacíficos que possam eleger os países interessados, conforme a Carta das Nações Unidas;
- 9) Estímulo dos interesses mútuos e a cooperação;
- 10) Respeito à justiça e às obrigações internacionais.

Fonte: GUITARD, 1962.

Os Dez Princípios de Bandung traduzem a estratégia global dos países do Terceiro Mundo, em um cenário de Guerra Fria. A preocupação central é evitar um conflito direto ou indireto entre as superpotências e evitar que o sistema de alianças que levou à Segunda Guerra Mundial se repetisse, gerando um novo conflito global. No plano econômico, a conferência materializa aquilo que Samir Amin (2010) denomina “ideologia do desenvolvimento”, que conheceu sua grande época precisamente entre 1955 e 1975, fase de auge da hegemonia americana no sistema mundial. O desenvolvimento, nesse período é visto como “a vontade de desenvolver as forças produtivas, de diversificar a produção, nomeadamente industrializando, bem como a vontade de assegurar ao Estado nacional a direção e o controle desse processo” (AMIN, 2010, n/p). Além de Bandung ter marcado a emergência da periferia no sistema mundial, ela influenciou e inspirou o surgimento do Movimento dos Não-Alinhados (MNAL), a partir da Conferência de Belgrado, em 1961.

Os princípios de Bandung foram adotados pelo MNAL e o seu cumprimento se tornou o critério para países aderirem ao bloco. A ideia era estimular uma participação ativa na política internacional por parte dos países membros, baseados em princípios, valores e ideias basilares, tais como apoio a autodeterminação, independência nacional, soberania e integridade territorial dos Estados; oposição ao *apartheid*; a não adesão a pactos militares multilaterais e a independência dos países não-alinhados em relação as rivalidades entre os dois blocos em disputa; a luta contra o imperialismo em todas as suas formas e manifestações; a luta contra o colonialismo, neocolonialismo, racismo, ocupação estrangeira e dominação; o desarmamento; não-ingerência nos assuntos internos dos Estados e a coexistência pacífica entre todas as nações; rejeição do uso ou ameaça de uso da força nas relações internacionais; o fortalecimento das Nações Unidas; a democratização das relações internacionais; o desenvolvimento socioeconômico e a reestruturação do sistema econômico internacional; bem como a cooperação internacional (MOVIMENTO DOS NÃO-ALINHADOS, 2015).

Tratam-se de princípios já discutidos em Bandung, mas que seriam institucionalizados a partir do Movimento dos Não-Alinhados (MNAL), que atuaria, na prática para garantir que os povos oprimidos pela ocupação e dominação estrangeira pudessem exercer seu direito inalienável à autodeterminação e independência (BRUCKMANN & SANTOS, 2015). Tal atuação seria obstaculizada pela enorme diversidade do bloco, em termos ideológicos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Países como Cuba⁵ teriam uma atuação mais contestatória em

⁵ De 1959 até 1967, a prioridade da política externa cubana era estabilizar e consolidar a revolução. Mas já nessa fase há o suporte a guerrilhas na América Latina e a defesa de causas progressistas ao redor do mundo, o que o Fernández (2003) chama de exportação da revolução. Nesse período, Cuba é expulsa da OEA e isolada do resto

relação ao poderio americano e em algumas situações, defenderiam a União Soviética diante do MNAL, rejeitando a tese dos dois imperialismos e defendendo que a URSS, como país socialista e anti-imperialista, seria na verdade um aliado do Terceiro Mundo (FERNÁNDEZ, 2003). Outros países lutavam justamente para obterem maior autonomia diante da União Soviética, como a Iugoslávia de Tito, por exemplo.

No que tange ao continente latino-americano, um ano antes da Conferência do G-77 em Argel em 1967, Cuba se tornaria a sede de uma conferência que marcaria o início da solidariedade entre o continente latino-americano e os continentes asiáticos e africanos. Trata-se da Conferência Trilateral de Havana, de 1966, que fundou a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL). Essa conferência teria um caráter de solidariedade revolucionária, condenando o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo. Enquanto o G-77 teria um caráter vinculado à ONU e colocaria no centro do debate o desenvolvimento econômico, a Conferência Trilateral traria a denúncia de problemas sociais, como a fome, a pobreza e a miséria no Terceiro Mundo, e possuía um caráter normativo no sentido de fomentar e instrumentalizar as lutas por libertação ao redor do mundo.

Entre 1961 e 1964, o Brasil, diante do novo cenário global, desenvolveu a Política Externa Independente (PEI), tendo como um dos eixos a defesa da descolonização e a ampliação de laços com países recém-independentes na África e na Ásia, diversificando as suas relações internacionais, tradicionalmente atreladas às relações hemisféricas e as relações com a Europa (CERVO & BUENO, 2008). Entretanto, a participação dos países latino-americanos (exceto Cuba e Argentina) seria tímida no âmbito do Movimento dos Não-Alinhados. Logo após a Segunda Guerra, a América Latina ficaria amarrada dentro da estrutura da Organização dos Estados Americanos (OEA), através do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e do combate ao comunismo na região, que se exacerbaria com o surgimento das ditaduras nas décadas de 1950, 1960 e 1970 e do desenvolvimento da doutrina das fronteiras ideológicas no âmbito securitário (DABÈNE, 2003).

No âmbito do Terceiro Mundo em geral, o final da década de 1960 e início dos anos 1970 daria início a uma ofensiva maior dos países do Terceiro Mundo na reivindicação por uma

do continente, e acaba buscando o apoio econômico e moral de Moscou, apesar das divergências sobre como deveria ser a estratégia revolucionária. Ou seja, esse não foi o período de maior sintonia entre Cuba e União Soviética, principalmente porque a União Soviética ficou desconfiada com a participação de Cuba no Movimento dos Não-Alinhados, por exemplo. Já no período de 1968 até 1974, Cuba e União Soviética tiveram uma maior aproximação, com o apoio de Cuba à invasão da Tchecoslováquia. Assim sendo, com o auxílio e proteção econômica e militar, Cuba fica livre para exercer um maior protagonismo internacional na década de 1970 (FERNÁNDEZ, 2003).

nova ordem econômica mundial, sobretudo no seio da Organização das Nações Unidas (ONU). A fase que inicia na virada da década de 1960 para a década de 1970 marca o início do declínio da hegemonia norte-americana com a Guerra do Vietnã e o surgimento de competidores no nível econômico, como Europa e Japão, que se reergueram justamente através da Cooperação Norte-Norte desenvolvida pelos EUA no pós-guerra. Segundo Wallerstein (1992), enquanto o período que vai de 1945 até 1967 é marcado por uma dominação política e militar e uma liderança cultural incontestável dos EUA, o período que se segue é de reações sistêmicas à sua hegemonia, reações que se diferem dos clássicos movimentos anti-sistêmicos (nacionalismo e socialismo), e estão ligados a revolução mundial de 1968, as guerras na Argélia e Vietnã e a emergência do Terceiro Mundo. Ademais, no âmbito cultural, a própria “ideologia do desenvolvimento” vai se erodindo, pois os novos países descolonizados se dão conta que a independência nacional não significou a libertação total dos laços econômicos e, por conseguinte, acabam denunciando com mais vigor as desigualdades sistêmicas (PEREIRA & MEDEIROS, 2015).

Verifica-se, então, a partir de 1967, o fortalecimento de uma agenda de desenvolvimento econômico que já havia sido lançada em meados de 1960 com a UNCTAD e o G-77. O próprio Movimento dos Não-Alinhados passaria a ganhar uma conotação econômica. Conforme ressalta Amin (2010, n/p), “o Movimento dos Não-Alinhados [...] iria deslizar progressivamente de posições de uma frente de solidariedade política centrada no apoio às lutas de libertação e na recusa de pactos militares às de um ‘sindicato de reivindicações econômicas em relação ao Norte’”. Ademais, tal período marca o início dos primeiros diálogos na ONU para instrumentalizar as relações sul-sul, e se intensifica a ideia de cooperação técnica entre países em desenvolvimento. Geograficamente, tem-se a inclusão dos países latino-americanos à agenda do Sul, carregando consigo a agenda econômica desenvolvida pela CEPAL na década de 1950, com a denúncia sobre a deterioração dos termos de troca dos países da região.

O contexto econômico de fins da década de 1960, vale mencionar, é de declínio da participação dos países em desenvolvimento nas exportações do comércio mundial de um terço em 1950 para um sexto em 1969. Além disso, pesa o declínio dos fluxos financeiros em termos de percentagem do Produto Nacional Bruto (PNB) dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento e o aumento dos fluxos financeiros de países em desenvolvimento para os países desenvolvidos por meio de pagamentos de dívidas, dividendos, *royalties* e serviços financeiros e comerciais. A pobreza das nações em desenvolvimento é evidenciada como um problema crítico, dentro de um contexto econômico mundial desigual herdado do passado colonial. Nesse sentido, a ocupação de partes dos territórios dos países em desenvolvimento

pelas antigas metrópoles ou governos minoritários priva esses grupos de seus recursos naturais e constitui um obstáculo ao seu desenvolvimento.

Diante desse cenário, a Conferência de Lusaka, de 1970, trouxe consigo o princípio de *autossuficiência coletiva*, ou seja, a ideia de que os países periféricos não deveriam esperar pela benevolência dos países ricos para que uma nova ordem internacional surja. Isso significaria que os países do Terceiro Mundo seriam responsáveis pelo próprio desenvolvimento, com “maior controle de seus recursos naturais, busca do desenvolvimento científico e tecnológico próprio, melhorias em seus sistemas educacionais, assim como medidas externas (maior cooperação econômica e técnica entre estes países, associações e incremento de intercâmbio comercial, etc.)” (AYLLÓN, 2014, p. 164).

Além da agenda econômica, em Lusaka também fora reforçada a necessidade: a) de tomar medidas eficazes e concretas contra todas as forças que violem a independência e a integridade territorial dos países não-alinhados; b) de prosseguir os esforços para a dissolução de grandes alianças militares, em circunstâncias que garantam a segurança de todos os Estados e povos; c) de afirmar o direito de todos os países a participarem nas relações internacionais em pé de igualdade, sendo imperativa a democratização das relações internacionais; d) de oferecer apoio ao desarmamento; e) de intensificar os esforços conjuntos para a liquidação do colonialismo e da discriminação racial (para esse fim, reiteram o seu apoio moral, político e material possível máximo para movimentos de libertação nacional) e; f) de prosseguirem os seus esforços no sentido de fortalecer o papel e a eficácia da Organização das Nações Unidas, bem como promover a universalidade da ONU, garantindo, por exemplo, à República Popular da China seu lugar de direito na organização, e a admissão de outros países, incluindo os que estão divididos (MOVIMENTO DOS NÃO-ALINHADOS, 2015).

A Conferência de Lusaka, desse modo, materializa a ideia de que os países periféricos agora são responsáveis por seu próprio desenvolvimento, representando uma tomada de consciência das novas nações emergentes em relação aos seus rumos, não deixando, porém, de denunciar as desigualdades e injustiças na economia internacional. Em Lusaka se exige especialmente dos países membros uma utilização justa dos recursos naturais, que promova bem-estar na sociedade, emprego, renda e oportunidades sociais. Em 1973, os países Não-Alinhados apresentam a Carta de Argel, se posicionando a favor do fim dos conflitos em diversas regiões do Terceiro Mundo. Para o Oriente Médio, a Carta reclama o cumprimento de resoluções da ONU que obrigam a Israel a evacuar os territórios ocupados em 1967; condena a apropriação ilegítima do território palestino e clama pelo restabelecimento dos direitos do povo palestino. Com relação ao Sudeste Asiático, a Carta celebra os Acordos de Paris e os considera

como uma vitória do povo do Vietnã; condena a ingerência norte-americana na Indochina; convida os países a ajudar na reconstrução do Vietnã; condena a invasão do Camboja, afirmando que o seu governo legal é formado pelo príncipe Norodom Sihanouk; apoia a ação de reunificação pacífica empreendida pelo povo coreano e a retirada de tropas estrangeiras da Coreia do Sul. Para a África, a Carta de Argel condena os regimes racistas que contam com apoio econômico, político e militar de países do Ocidente; denuncia a ajuda desigual que os países da África recebem por parte de certos países da OTAN; afirma que apenas a luta armada colocará fim à dominação colonial na região. Para a América Latina, a Carta condena a existência de dominação colonial na região e presta apoio à luta do povo do Porto Rico por sua liberdade e independência; além disso, exige que os EUA retirem suas forças militares do território cubano, panamenho e porto-riquenho e os devolva a seus legítimos donos (MOVIMENTO DOS NÃO-ALINHADOS, 2015).

Durante a Conferência de Argel, de 1973, os países-membros enviaram uma solicitação ao secretário-geral da ONU para convocar uma sessão extraordinária na Assembleia Geral com o intuito de debater problemas concernentes ao comércio de matérias-primas e ao desenvolvimento. Um ano mais tarde, são firmadas a Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial (Resolução 3.201 de 1974), de modo a fomentar o comprometimento dos países membros em distribuir de forma mais justa os recursos naturais, humanos e econômicos, determinando o aumento de assistência para países em desenvolvimento, a promoção de condições favoráveis na transferência de recursos financeiros para países periféricos, bem como a soberania dos Estados no gerenciamento de recursos naturais e atividades econômicas. Paralelamente, foi assinado um Plano de Ação para uma Nova Ordem Econômica Mundial (Resolução 3.202), buscando instrumentalizar e orientar as práticas dos países, incluindo, em um de seus itens, a necessidade de reforma no Sistema Monetário Internacional (FMI). Em 1974, também é elaborada a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados (Resolução 3.281, de dezembro de 1974).

Desse modo, o movimento terceiro-mundista ligado ao Movimento dos Não-Alinhados iria passar a se utilizar da ONU como uma arena de reivindicações econômicas e políticas, de certa forma transferindo parcela de seu protagonismo para esta instituição. O MNAL, marcado por forte componente idealista, teve dificuldade em evoluir devido à heterogeneidade entre seus membros, o que dificultava uma ação coletiva mais incisiva em prol do desenvolvimento (SOARES DE LIMA & HIRST, 2009). Ademais, diversos países recém-independentes encontravam-se ainda atrelados à dominação indireta de países industrializados mais poderosos (a despeito da independência formal), o que dificultava a mobilização rumo a uma via autônoma

de desenvolvimento (LINHARES, 2006). Essa contradição é fundamental para compreender os dilemas da Cooperação Sul-Sul: a diversidade é ao mesmo tempo sua força e a sua fraqueza. A dependência econômica, por sua vez, está na origem das contradições que iriam engendrar o declínio do movimento terceiro-mundista nas décadas de 1970 e 1980. A falta de desenvolvimento industrial e tecnológico impossibilitava que houvesse uma complementaridade econômica entre países do Sul, levando-os necessariamente a recorrer a países do Norte político e econômico para efetuar transações comerciais entre manufaturas e *commodities*.

A falta de diversificação de alternativas de comércio e de laços políticos se dava em função da dificuldade dos países recém-descolonizados ou dos que já foram colônias (o Brasil, inclusive) de se industrializarem e servirem de alternativa aos países centrais no comércio com a periferia. Soma-se a isso o crescimento da dependência financeira dos países do Terceiro Mundo em relação aos países centrais e ao Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, sobretudo através da absorção de financiamento externo nos anos 1960 em meio a abundância dos petrodólares, o que acarretaria na crise da dívida dos anos 1970 e no início da reação conservadora norte-americana nos anos 1980.

1.2 Plano de Ação de Buenos Aires: a apropriação da Cooperação Sul-Sul pela ONU

Durante a década de 1960, paralelamente ao desenvolvimento do Movimento dos Não-Alinhados e da descolonização de povos afro-asiáticos, a demanda por acelerar o desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo e, mais do que isso, fomentar um comércio mais equilibrado entre Norte e o Sul, foi amplamente defendida pelos países periféricos. Nesse sentido, a criação da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o surgimento do G-77, em 1964, representam a capacidade de influência e o peso político que os países em desenvolvimento passariam a exercer no âmbito da ONU, pressionando por uma nova ordem econômica internacional que fosse mais justa e igualitária. O objetivo do G-77 era, pois, fornecer os meios para que os países do Sul pudessem articular e promover seus interesses econômicos coletivos e melhorar a sua capacidade de negociação conjunta no sistema das Nações Unidas (GRUPO DOS 77, 1964).

Na Declaração Conjunta do G-77 da Conferência de Genebra de 1964 foram destacados os problemas do déficit comercial em países em desenvolvimento e a deterioração dos termos de troca (GRUPO DOS 77, 1964). Na Carta de Argélia, de 1967 ressaltou-se a necessidade de um novo acordo global sobre *commodities*, dado que os países desenvolvidos aumentaram o

grau de proteção sobre diversos produtos agrícolas (enquanto o preço médio dos produtos primários exportados por países em desenvolvimento diminuiu 7% desde 1958, os preços de exportação dos mesmos produtos nos países centrais aumentaram 10%). Segundo a Carta,

Com algumas notáveis exceções, os termos e condições de financiamento do desenvolvimento estão se tornando cada vez mais onerosos; a proporção de subvenções está em declínio; as taxas de juros estão aumentando; os períodos de reembolso estão encurtando e empréstimos ao desenvolvimento estão se tornando cada vez mais condicionados. Práticas discriminatórias e disposições em matéria de transporte e aumento das taxas de frete agravaram ainda mais a situação da balança de pagamentos, prejudicando o esforço para promover as exportações nos países em desenvolvimento (GRUPO DOS 77, 1967).

A Carta de Argel simbolizou, desse modo, a primeira reivindicação conjunta e organizada sobre temas que seriam retomados e ainda estariam em discussão no século XXI, como a questão das barreiras tarifárias dos países desenvolvidos sobre produtos agrícolas. A Carta assinala que o G-77 parte do pressuposto de que “em um mundo cada vez mais interdependente, a paz, o progresso e a liberdade são comuns e indivisíveis” e, “por conseguinte, o desenvolvimento dos países em desenvolvimento irá beneficiar os países desenvolvidos também” (GRUPO DOS 77, 1964). Assim sendo, há uma clara noção de que a responsabilidade para o desenvolvimento dos países periféricos repousa também sobre os países desenvolvidos, sendo uma ação coletiva global. A Carta também ressalta que os países em desenvolvimento devem reduzir as desigualdades entre eles, visto que dentro do próprio Terceiro Mundo existem países mais industrializados que outros (trata-se dos dilemas da semiperiferia que serão tratados na *subseção 1.3*).

Desse modo, mecanismos como a UNCTAD e o G-77 teriam a função de minimizar as disparidades no comércio internacional e pressionar por uma agenda de desenvolvimento que leve em conta o caráter agroexportador dos países do Terceiro Mundo e fortaleça a sua industrialização. Vale ressaltar que a emergência dessas agendas de desenvolvimento está fortemente vinculada às promessas que o sistema-mundo sob hegemonia americana apresentava aos países em desenvolvimento, conformando a “ideologia do desenvolvimento” (WALLERSTEIN, 1992; AMIN, 2010). E, sendo assim, a *Pax Americana*, conforme mencionamos, já nasce com um caráter de instabilidade, muito em parte devido ao surgimento de uma periferia mais autônoma. Segundo Arrighi (1996, p. 293), “prometeram-se o direito à autodeterminação e o desenvolvimento (isto é, ajuda para se equipararem aos padrões de riqueza e bem-estar criados pelas nações ocidentais)” mas como consequência “gerou expectativas que ameaçaram seriamente a estabilidade da hegemonia norte-americana e

acabaram por precipitar sua crise”. Diante disso, a emergência da periferia possui implicações sistêmicas e, nesse momento inicial, iria contribuir para a crise da hegemonia americana e o início de uma reação conservadora que atingiria seu auge na década de 1980.

Nesse sentido, a década de 1970 representou a tentativa, por parte dos países do Terceiro Mundo, de denunciar as disparidades e desigualdades econômicas nas relações Norte-Sul no âmbito da ONU e, ao mesmo tempo, adotar a estratégia da autossuficiência coletiva fomentando a Cooperação Sul-Sul (PEREIRA & MEDEIROS, 2015). A Nova Ordem Econômica Internacional consistia em um conjunto de propostas com o objetivo de expandir as instituições da ONU, constituindo um desafio ao direito internacional vigente à época (RAJAGOPAL, 2003). No que tange às práticas de cooperação, na década de 1970 são incrementadas as críticas ao modelo de assistência Norte-Sul e começa a se desenvolver teoricamente o conceito de Cooperação Sul-Sul, operacionalizado e regulado em diversos organismos internacionais, mas principalmente na ONU: em 1972 é criado um grupo de trabalho sobre cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) e, em 1974, é formada a Unidade Especial de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, vinculada ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que acabou se tornando “ponto focal da Cooperação Sul-Sul no âmbito do sistema da organização, ao promover, gerir e coordenar essa cooperação e estabelecer o elo entre o PNUD e o G-77” (AYLLÓN, 2014, p.65).

É com a Conferência de Buenos Aires, de 1978, que se tenta, pela primeira vez, organizar e institucionalizar a prática da Cooperação Sul-Sul no âmbito da ONU. O Plano de Ação de Buenos Aires, resultado das discussões realizadas nessa conferência, desenvolve o conceito de cooperação técnica baseado na reciprocidade e horizontalidade, instrumentalizada através do intercâmbio de conhecimentos, informações, tecnologias e técnicas de gestão em políticas públicas nas áreas de educação, saúde, agricultura, entre outras. O ano de 1978 é um marco na Cooperação Sul-Sul pois pela primeira vez foram elaborados conceitos e princípios de maneira conjunta entre os países periféricos, colocando em destaque a ideia de que a prática social de um país pode ser replicada em outros países e gerar desenvolvimento. Tratava-se, em suma, “da promoção da autossuficiência dos países em desenvolvimento e o fortalecimento de suas capacidades para analisar, identificar e resolver seus principais problemas” (AYLLÓN, 2014, p. 66).

Diante desse panorama sobre a evolução das relações entre a periferia no período, o que se observa no nível sistêmico é que a Cooperação Sul-Sul passam a ser cada vez mais institucionalizada no âmbito da ONU, enquanto que os mecanismos autônomos de atuação,

como o Movimento dos Não-Alinhados, vão perdendo importância e se tornando cada vez mais foros de diálogos e de manifestações ideológicas (AMIN, 2015). Em termos de coordenação da ação coletiva, ela é enfraquecida quando o número de membros é alto e, para se tornar efetiva, necessita que alguns membros se disponham a arcar com custos políticos e econômicos de forma desproporcional em prol da coesão do grupo. Nesse sentido, não houve protagonismo indiano e chinês na manutenção do Movimento dos Não-Alinhados durante os anos 1970, sobretudo em função da contra-ofensiva norte-americana que se deu em sequência à ruptura sino-soviética dos anos 1960.

1.3 Semiperiferia, periferia e o declínio da hegemonia norte-americana

O jogo da semiperiferia é fundamental para compreender a Cooperação Sul-Sul e a lógica da periferia. As dimensões de poder e desenvolvimento resultam em escolhas no nível estratégico que podem contribuir para reforçar ou enfraquecer a Cooperação Sul-Sul. Os países mais poderosos do Terceiro Mundo, como China, Índia e Brasil, atuaram dentro da lógica de poder da Guerra Fria, muitas vezes distanciando-se da ideia de arcar com os custos da liderança do Terceiro Mundo, na intenção de consolidar-se como polos alternativos de poder (multipolaridade). Entretanto, nesse momento, era a estratégia adequada para a construção de uma nova ordem mundial no pós-Guerra Fria.

A China, especialmente, ao estabelecer aliança com os EUA na década de 1970 contribuíra para contrabalancear o poderio soviético, entrando dentro da lógica da tripolaridade estratégica desenvolvida por Kissinger e Nixon. Em função de seu peso e importância, galgou uma vaga no Conselho de Segurança da ONU e desenvolveu arsenal nuclear entrando no clube das grandes potências militares. A Índia, por sua vez, iria desenvolver relações ambíguas com os EUA e URSS, barganhando assim o desenvolvimento do potencial nuclear e consolidando-se como polo de poder na Ásia. O Brasil sequer participou do Movimento dos Não-Alinhados e manteve o alinhamento com os EUA em busca de se consolidar como potência regional na América do Sul e se industrializar. A semiperiferia, ora se portando como porta-voz do desenvolvimento da periferia, ora sendo acusada de atuar como subimperialista (representando os interesses das potências centrais), enfrenta dilemas que podem resultar em diferentes arranjos globais de poder.

Segundo Wallerstein (1979), em um sistema-mundo baseado em trocas desiguais, tensões são criadas no sistema e a semiperiferia desempenha uma importante função ao fornecer um elemento de estabilidade política. Isto porque os países centrais não enfrentam uma

oposição unificada (WALLERSTEIN, 1979). Desse modo, a semiperiferia age como um amortecedor de choques e se beneficia dessa condição para barganhar poder e/ou desenvolvimento. De certa forma, embora o Movimento dos Não-Alinhados como instituição houvesse perdido importância, o não-alinhamento enquanto estratégia de atuação externa foi utilizado habilmente pela Índia e a China, garantido um maior protagonismo no cenário internacional. Ambos os países buscaram primeiramente desenvolver-se e economicamente se colocar como alternativas nas relações de troca econômicas globais para que a periferia pudesse de fato buscar a autossuficiência coletiva. Nesse sentido, constituiriam etapas importantes o desenvolvimento da indústria na China e o desenvolvimento tecnológico na Índia. A semiperiferia só poderia liderar a ação coletiva em prol da redução das assimetrias Norte-Sul a partir do momento em que tivesse obtido poder e desenvolvimento suficientes para isso.

Nos anos 1970, os países do Terceiro Mundo que buscaram a realização de reformas socializantes e a via revolucionária se tornariam palco de guerras por procuração (guerras *proxy*), ameaçando a estabilidade do controle norte-americano sobre o Terceiro Mundo (DAVIS, 1985). Em virtude da melhoria dos sistemas de entrega da União Soviética (mísseis intercontinentais ICBMs) e do impasse gerado pelo desenvolvimento nuclear, inicia-se o processo de negociações e acordos de paz entre EUA e URSS e a diplomacia é retomada como instrumento de projeção política e defesa estratégica (KISSINGER, 2012).

Nesse contexto, a década de 1970 culminou em uma reestruturação do poder global em que a semiperiferia ganha destaque, ao mesmo tempo fortalecendo e enfraquecendo a hegemonia norte-americana. Por um lado, a aliança sino-norte-americana pode ser vista como elemento central para o declínio da União Soviética nos anos 1980; porém, por outro lado, ela representa o empoderamento da nova semiperiferia na estruturação do poder global. A multipolaridade econômica, estimulada pelos EUA, se tornaria chave para manter a estrutura do sistema mundial capitalista (junto à Europa e ao Japão); entretanto, a multipolaridade político-militar carregaria consigo contradições fundamentais que ameaçariam o poder global estadunidense. Para vencer a Guerra Fria, foi necessário aos EUA abrir mão de uma parcela de poder global em benefício à semiperiferia, sobretudo China e Índia, algo que teria repercussões no século XXI.

Em suma, o processo de declínio norte-americano estaria associado, no âmbito militar, à derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã e o desenvolvimento dos sistemas de entrega soviéticos; no âmbito econômico, à ascensão dos polos rivais japonês e europeu e a financeirização crescente da economia americana – algo que, segundo Arrighi (2008), estaria associado ao declínio de uma hegemonia; e, por fim, no âmbito geocultural, aos novos

movimentos antissistêmicos mundiais, sobretudo a luta feminista e anti-racista e as críticas ao estilo de vida e modelo econômico norte-americano, com seu auge em 1968 (WALLERSTEIN, 1992).

Embora os anos 1970 tenham marcado o início do declínio da hegemonia norte-americana, por outro lado, é nesta década que se começa a desenhar uma reação conservadora para manter-se no poder. Segundo José Luis Fiori (2007), esta ambiguidade se resume, de um lado, pelo fato de que os EUA perdem a Guerra do Vietnã, deixam de ser credores e passam a ser grandes devedores da economia mundial e pela iminência de uma nova grande crise mundial similar a dos anos 1930. Nesse sentido, para evitar crise generalizada que resultasse em transição hegemônica de poder, caberia a uma liderança mundial o papel de estabilizar a economia, algo que não havia nos anos 1930 (KINDLEBERGER, 1973). Partindo disto, a reação norte-americana estaria ligada ao aumento dos gastos militares para se consolidar como única superpotência militar e, ao mesmo tempo, reações no campo econômico para garantir a continuação do *status quo* mantido pelos EUA.

Desse modo, para Fiori (2007), não houve declínio da hegemonia norte-americana nos anos 1970 porque: 1) a dívida e a capacidade de endividamento dos EUA se tornaram o primeiro motor da economia mundial nos 30 anos seguintes; 2) na década de 1970 o padrão dólar-ouro foi substituído pelo novo sistema monetário internacional “dólar-flexível”, lastreado, em última instância, no poder americano e nos seus títulos da dívida pública; 3) nos anos 1970 dá-se início à desregulamentação dos mercados financeiros anglo-americanos, liderando o processo de globalização financeira e, por fim; 4) a derrota no Vietnã levou os EUA e a China negociarem sua nova parceria econômica que se tornaria a grande locomotiva da economia mundial.

Tal contradição entre declínio e reerguimento dos EUA implica em diferentes hipóteses sobre a questão da multipolaridade: 1) os EUA estimularam a multipolaridade, ao conceder poder militar e político à Índia e China para vencer a Guerra Fria contra a União Soviética; porém, a ideia de multipolaridade volta-se contra os EUA no pós-Guerra Fria; 2) os EUA não desejavam a multipolaridade, mas se viram obrigados a ceder dado o contexto da década de 1970 e o avanço da semiperiferia; nesse sentido, o declínio norte-americano começa nos anos 1970 e o fim da Guerra Fria se deu simplesmente no “campo ideológico”, com o fim do subsistema socialista na União Soviética e; 3) os EUA estimularam uma multipolaridade assimétrica, concedendo poder aos países da semiperiferia e ao mesmo tempo ampliando o orçamento bélico para consolidar-se como única superpotência militar, acima das potências médias.

Seja qual for o cenário, cabe o entendimento de que toda potência em declínio reluta em aceitar sua decadência, seja através do potencial militar, seja através de meios econômicos ou até geoculturais. O que se verifica, porém, na década de 1970, é uma decadência moral da hegemonia norte-americana, atrelada à própria emergência da periferia, baseada numa estratégia de afirmação de um sistema multipolar baseado em distintos processos civilizatórios que impulsionam uma diversidade de países, de Estados Nacionais e de uma pluralidade de culturas e identidades, com a criação de Estados com crescente impacto econômico, político e cultural no sistema mundial. Sendo assim, a estratégia terceiro-mundista passa gradativamente da denúncia em relação ao colonialismo e ao imperialismo, nos anos 50 e 60, para a aquisição de responsabilidades históricas na condução dos seus povos e dos processos de transformação do mundo contemporâneo (BRUCKMANN & SANTOS, 2015). A aquisição de soberania e autonomia começa a se aprofundar na última década desenvolvimentista do Terceiro Mundo (anos 1970), marcada pelas lutas de independência na África Lusófona e posteriormente pela luta contra o apartheid na África do Sul e, no âmbito asiático, pelo desenvolvimento da China, da Índia e da Indonésia.

Apesar dessa evolução, a reação conservadora que já se inicia nos anos 1970 por parte dos EUA resultaria em uma ampliação da dependência do Terceiro Mundo em relação às potências centrais e aos mecanismos e regimes internacionais hegemônicos, como o Banco Mundial, o FMI e a OMC. Cada país da periferia adotou uma estratégia diferente, mas no geral se internalizaram as ideias do neoliberalismo econômico, sobretudo em função da dependência adquirida com o aumento da dívida externa e da dívida pública aumentadas nos anos de *boom* do sistema mundial capitalista (entre 1945 e 1973). Alguns países que adquiriram poder estatal suficiente para resistir à onda neoconservadora e realizar uma transição lenta em direção ao livre-comércio foram a China, a Índia e alguns países do Oriente Médio, embora com dificuldades. Os países do Sudeste Asiático (tigres asiáticos) teriam alcançado autonomia justamente através da associação com capitais estrangeiros, investimento em P&D e educação e uma política industrial fortemente estimulada e centralizada pelo Estado.

Nesse cenário, países da África e América Latina, que estavam lutando para se industrializar, saem fragilizados. A desvalorização da moeda norte-americana, os choques do petróleo (que, ao fim e ao cabo, beneficiou a economia norte-americana em relação aos rivais europeus e japoneses) e a política de juros, juntos, contribuíram para aumento da dependência da África e América Latina. O choque do petróleo estimulou a inflação, que atingiria níveis alarmantes ao longo dos anos 1980. No campo geopolítico, essas medidas permitem evitar que muitos países pendam para o campo coletivista, além de servir como “um formidável sistema

de recolhimento do valor produzido em escala mundial”, que se dá “em primeiro lugar através do pagamento de juros e dos encargos da dívida externa” (BEAUD, 2004, p. 360), fomentando a economia norte-americana e aumentando o potencial do seu orçamento bélico em contexto difícil da Guerra Fria.

Segundo Michel Beaud (2004), no âmbito econômico, a ofensiva norte-americana se deu ao mesmo tempo minimizando a capacidade da concorrência europeia e japonesa e fomentando um sistema hierarquizado e assimétrico, baseado no que ele considera “centro multipolar”, que pode ser vista tanto como um realismo quanto como uma fraqueza da hegemonia estadunidense:

Assim, o campo capitalista vai continuar dominado pelos Estados Unidos; mas estes terão de fazer concessões às outras potências capitalistas, passar compromissos: reconhecendo-lhes “zonas de influência particulares” (embora não exclusivas) no mundo; aceitando (por realismo ou por fraqueza?) que cada um disponha de uma autonomia mais ampla na definição de suas posições, notadamente em relação à União Soviética; introduzindo pouco a pouco um sistema monetário no qual cada moeda forte possa ser mais bem reconhecida e ter mais peso (BEAUD, 2004, p. 346).

Essa abordagem centrada na ótica econômica explica as dificuldades da periferia, tanto dos países semi-industrializados quanto dos países agrícolas, na busca por desenvolvimento, soberania e autonomia. Entretanto, tal enfoque omite a importância da capacidade estatal no processo de fortalecimento econômico. Isso se traduziu na “ilusão japonesa” de Giovanni Arrighi e outros teóricos marxistas e o esquecimento em relação às capacidades materiais, humanas, territoriais, tecnológicas e bélicas da China e da Índia, do potencial de comércio da União Soviética e de potências intermediárias na África e América Latina. Portanto, uma das maiores dificuldades das análises sobre os anos 1970 e sobre a multipolaridade é conectar de forma eficiente e equilibrada as dimensões políticas e econômicas e seus impactos sobre o declínio (ou não) da hegemonia norte-americana.

Pode-se dizer que, nos anos 1970, países capitalistas centrais competiram pela hegemonia econômico-financeira, com o sucesso relativo dos EUA nessa disputa (ao mesmo tempo se manteve o sistema mundial capitalista – dentro das suas contradições – e houve uma desconcentração do poder econômico global dos EUA para seus aliados). No âmbito político-militar, estariam encaminhando-se os processos de negociação com a URSS e a utilização da China e da Índia, como meio de contrabalancear o poderio soviético, fortalecendo-se a nova semiperiferia em termos político-militares, algo que teria implicações em termos de desenvolvimento econômico mais tarde.

Em termos de Cooperação Sul-Sul, na década de 1970 chega-se a um impasse: a nova semiperiferia (Índia e China) consiste em alternativa em termos de desenvolvimento econômico e cooperação político-militar para a periferia? O que se verifica no nível macro é ao mesmo tempo o auge e o desmoronamento da Cooperação Sul-Sul, que se institucionaliza através da ONU a partir de Plano de Ação de Buenos Aires. A pressão da periferia teria como resultado prático o fortalecimento de alguns de seus membros, que ora entrariam para o clube das grandes potências, ora se posicionariam como países que representam visões alternativas em relação a hegemonia e ao sistema mundial. Dentro dessa mudança, a periferia se veria em meio a um dilema entre a aceitação de um mundo unipolar ou de um mundo multipolar e isso dependeria da capacidade visionária de suas elites políticas, econômicas e intelectuais e do papel que cada país representaria dentro do sistema.

Na hipótese do mundo unipolar, restava aos países periféricos ou o alinhamento automático ou o papel de policial dos EUA nas suas respectivas regiões. Em termos econômicos, restaria a submissão ao capital e poderio financeiro das agências multilaterais norte-americanas (FMI e Banco Mundial), a busca pela estabilização econômica e a Cooperação Norte-Sul. Na hipótese do mundo multipolar, a saída seria a integração econômica regional, a barganha com as potências econômicas (novas e velhas) e o uso da barganha com a nova semiperiferia política, fomentando a Cooperação Sul-Leste. Dado o contexto dos anos 1980, prevaleceria em boa parte da África, América Latina e Leste Europeu a hipótese do mundo unipolar, a submissão econômica e a ignorância em relação à ascensão chino-indiana. As teorias neorrealistas se desenvolveriam com base no estudo sobre a bipolaridade e o famoso “dilema do prisioneiro”, defendendo-se a estabilidade da bipolaridade, mas ignorando a importância da multipolaridade para a periferia. As teorias neoinstitucionalistas trariam à tona a importância da interdependência político-econômica para a estabilidade mundial, apostando num mundo unipolar, submisso aos regimes e mecanismos criados em Bretton Woods e na Califórnia (ONU), através do otimismo em relação à cooperação internacional. Paralelamente, novas análises marxistas, sobretudo as teorias dos sistemas mundiais, resgatariam o debate sobre o capitalismo e as assimetrias Norte-Sul, em consonância com o crescente aumento da desigualdade econômica global nas últimas duas décadas do século XX. Embora internamente nos distintos Estados o modelo coletivista inspirado no marxismo tendesse a desaparecer, fortalece-se a análise sobre o sistema mundial como um todo a partir da ótica marxista, contribuindo para transportar uma teoria de alcance restrito aos Estados ao âmbito sistêmico.

2. A REAÇÃO CONSERVADORA E O REFLUXO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL (1978-1995)

A década de 1970 representou o momento de maior dificuldade da hegemonia norte-americana, com o fortalecimento da União Soviética em termos militares e o aumento da pressão do Terceiro Mundo sobre a estrutura do sistema mundial capitalista. A sua contradição básica está ligada ao processo de desconstituição gradual da estrutura bipolar e a origem da dicotomia entre unipolaridade e multipolaridade. O impasse gerado pela melhoria dos sistemas de entrega de material nuclear da União Soviética nos anos 1970 tornou a disputa militar direta algo cada vez mais fora de cogitação, sobretudo em função da “síndrome do Vietnã” dos EUA, que evidenciou a importância da doutrina clausewitziana e chinesa fundamentada no caráter moral da guerra.

Esse cenário abriu espaço para novas formas de guerra e uso de instrumentos variados para atingir seus objetivos através da utilização de meios não-militares: espionagem, guerra de propaganda, guerra psicológica, guerra digital, etc. Os objetivos da guerra não se alterariam, mas sim a forma de fazê-la. Diante disto, em termos de diplomacia, Nixon e Kissinger adotaram a estratégia de desconcentrar poder em direção à China, à Índia e África do Sul (*buckpassing*), ao mesmo tempo ampliando a interdependência com cada um desses países para torna-los confiáveis e amigáveis aos seus interesses. Tratou-se de “conceder responsabilidades”, abrindo mão de determinadas formas de atuação que poderiam ser custosas em termos financeiros e morais.

Tal modificação não se processou somente como parte da estratégia norte-americana, mas fundamentalmente pelo próprio protagonismo que os novos países semiperiféricos passaram a adquirir, ampliando seu poder de barganha pela importância no entorno regional e como elementos estabilizadores do sistema (WALLERSTEIN, 1979). O não-alinhamento surtira efeito, sobretudo o não-alinhamento utilizado pelos países semiperiféricos. Assim sendo, o sistema mundial pós-1945, apoiado na descolonização dos povos periféricos, seria instável e incontrolável por parte dos EUA, forçando uma gradual desconcentração de poder em prol da manutenção do *status quo*. Concomitantemente, se procederia a uma ofensiva de caráter geoeconômico e geocultural para manter a estabilidade do sistema mundial capitalista e criar a “ilusão da unipolaridade”, alcançando seus objetivos sem precisar recorrer ao uso da força, em uma espécie de “guerra invisível”. O uso da força, quando utilizado, seria sobretudo através de aliados regionais ou de forma velada apoiando determinados grupos e setores da sociedade. É nesse contexto que surge o neoliberalismo econômico de Reagan e Thatcher e que exerceria

influência significativa na América Latina, na África e no Leste Europeu, contribuindo para o fim da União Soviética como sistema alternativo. Paralelamente, a nova doutrina militar iria ser posta em prática, por exemplo, através do financiamento de guerrilhas na Guerra do Afeganistão, próximo ao entorno da União Soviética, e posteriormente nas Guerras do Golfo.

A periferia e a semiperiferia se empoderaram com o Não-Alinhamento e a Cooperação Sul-Sul enquanto estratégias coletivas alternativas de governança do Terceiro Mundo. Entretanto, faltava-lhe países-pivôs que liderassem a ação coletiva da periferia em prol do desenvolvimento, sobretudo países que provessessem os custos da governança comum. O fato é que nenhum dos países semiperiféricos possuíam interesses e capacidades de liderar um movimento do Terceiro Mundo em um contexto de Guerra Fria. Sendo assim, para grande parte dos países periféricos o que importava, mais do que o poder, era a capacidade de promover desenvolvimento interno. Segundo Samir Amin (2015), “a história do MNAL até a década de 1980 foi a história das lutas políticas e sociais internas dentro de cada país, precisamente em torno ao eixo como se definiu anteriormente: qual é a estratégia eficiente para buscar um real desenvolvimento político, social e econômico?” e acrescenta ainda que “essas lutas se combinaram com os conflitos que operavam no âmbito internacional, sobretudo o conflito Leste-Oeste” (AMIN, 2015, p. 18).

Assim sendo, uma grande parte do Terceiro Mundo se valera da estratégia de promover a industrialização, de forma a minimizar a dependência externa. Alguns países lograram de forma mais satisfatória a industrialização do que outros, de acordo com a capacidade de barganha, da autonomia e da soberania nacional. Mesmo países alinhados com os EUA, como o Brasil, por exemplo, apostaram no controle estatal de recursos estratégicos e na promoção da industrialização através de uma política econômica defensiva. Entretanto, dadas as facilidades de crédito e a abundância de petrodólares nos anos 1960 e 1970, boa parte do crescimento econômico de países do Terceiro Mundo estava atrelado à promoção do financiamento externo e do endividamento com instituições internacionais como Banco Mundial e FMI, o que iria implicar em crise econômica e dependência externa na década de 1980 (sobretudo na África e na América Latina) (BEAUD, 2004).

Nesse contexto de crise e financeirização crescente da economia, o neoliberalismo enquanto modelo econômico e ideologia adquire crescente protagonismo, diretamente ligado à lógica da Guerra Fria e à necessidade de uma nova rodada de crescimento econômico dos países centrais. O neoliberalismo se apresenta primeiramente no Chile, de forma experimental, e ganha maior proeminência a partir dos mandatos de Margaret Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos EUA. Para os países centrais, a abertura econômica e a liberalização da economia

mundial seria fundamental para a retomada do crescimento. Entretanto, na realidade dos países periféricos, o neoliberalismo teria efeitos diferenciados. Como “os países frequentemente seguem modismos intelectuais na formulação de políticas” (ROSENCRANCE & STEIN, 1993, p.14) e, além disso, possuem a tendência a se inspirar nas “melhores práticas dos países desenvolvidos”, o neoliberalismo foi adotado de forma massiva nos países da América Latina e África entre as décadas de 1980 e 1990. No Leste Europeu, tal tendência se refletiria em um aumento das pressões domésticas por liberalização de forma a se beneficiar das vantagens da abertura comercial para aquecer a economia. Assim sendo, o realismo e o uso de guerras preemptivas se torna menos útil do que a estratégia de propagação ideológica e de pressão através de instituições financeiras internacionais criadas pelos EUA:

Embora não haja nenhuma estratégia realista para lidar com questões domésticas em outros países, nesse contexto a difusão de ideias políticas e econômicas liberais e a rejeição ocidental a regimes ultranacionalistas podem ser mais relevantes que o foco em balanço de poder militar relativo (ROSENCRANCE & STEIN, 1993, p. 16, *tradução livre*).

As pressões por parte dos países centrais em prol da liberalização somada à própria mudança de estratégia na periferia e na semiperiferia serviria para obstaculizar a Cooperação Sul-Sul e inserir a periferia na lógica Norte-Sul de cooperação, com o avanço dos princípios do neoliberalismo, que exigiam ajuste fiscal aos governos de países em desenvolvimento como condição para receber cooperação (MILANI, 2014). Nesse sentido, a lógica da periferia na década de 1980 e início da década de 1990 é de refluxo da agenda social de desenvolvimento e de arrefecimento dos arranjos típicos do contexto da Guerra Fria, como o Movimento dos Não-Alinhados.

Para além da cooperação com condicionalidades (típica do neoliberalismo), a própria agenda de desenvolvimento retrocede, dado o surgimento de receituários que impunham uma fórmula única para o desenvolvimento, dentro de uma lógica de convergência, calcada na ideia de que as agendas públicas globais vão convergir em torno do receituário neoliberal (CHANG, 2001; 2003; 2008; STIGLITZ, 2003; 2007; SEN, 2002). O neoliberalismo passava do foco desenvolvimentista no crescimento econômico para um foco na estabilização econômica e propunha como medidas a abertura comercial, privatizações, disciplina fiscal, desregulamentação, liberalização dos fluxos financeiros, entre outros (DRAIBE & RIESCO, 2011; DINIZ, 2011). Ele está fortemente associado à fase de declínio dos ciclos econômicos do capitalismo, fase caracterizada por forte financeirização, baixo capital produtivo e alta liquidez (ARRIGHI, 1996).

A reemergência de um liberalismo de nova roupagem surgiu como solução para a crise na periferia e se traduziu em uma concepção de cooperação que passa a valorizar e priorizar a ajuda Norte-Sul como saída para as dificuldades estruturais (MEDEIROS, 2016). Alguns países, porém, souberam se proteger e forjar soluções próprias para o desenvolvimento interno, como diversos países da Ásia, que priorizaram um forte estímulo da política industrial estatal e investimentos em educação e Pesquisa & Desenvolvimento levados a cabo pelo Estado de modo a garantir uma inserção externa competitiva e livre das influências da ortodoxia econômica (BRESSER-PEREIRA, 2007). Soma-se a isso o fomento à integração regional como maneira de fortalecer a inserção internacional das regiões na economia mundial e proteger-se dos avanços da liberalização mundial.

Diante disso, é possível comparar as mudanças que se processam até o fim da década de 1990 e que iriam se traduzir em uma nova dimensão de Cooperação Sul-Sul no século XXI. Na fase inicial das relações sul-sul, havia países que se colocavam como empreendedores políticos dentro da ação coletiva do Terceiro Mundo, como Egito, Indonésia, Iugoslávia e Cuba, que possuíam um interesse diferenciado na causa, mas não possuíam recursos de poder para liderar e prover bens públicos comuns para o conjunto da periferia. Índia e China, que inicialmente participaram de forma ativa do movimento terceiro-mundista (sobretudo em Bandung), ainda não possuíam um status de poder econômico e militar suficiente para liderar o movimento terceiro-mundista e para prover cooperação e investimento e, além disso, não havia interesse diferenciado na causa terceiro-mundista, pois ambos os países passaram a jogar o jogo da Guerra Fria na década de 1970, angariando benefícios como a aquisição de tecnologia nuclear através do fortalecimento dos laços com os Estados Unidos. Assim sendo, a Cooperação Sul-Sul voltou a se fortalecer na medida em que países semiperiféricos adquiriram recursos de poder e interesse na construção de uma ordem multipolar na qual pudessem exercer maior influência sistêmica, passando a atuar como empreendedores políticos ou países-pivôs na Cooperação Sul-Sul (AYLLÓN, 2014; PEREIRA & MEDEIROS, 2015; MADEIRA, HELLMANN & MEDEIROS, 2011).

Assim sendo, nesse capítulo serão analisados dois processos complementares e contraditórios que envolvem o período de 1978 a 1995: de um lado, o processo de arrefecimento do caráter político e ideológico da Cooperação Sul-Sul, o desmonte do Estado desenvolvimentista e a priorização da Cooperação Norte-Sul atrelada ao paradigma neoliberal (*subcapítulo 2.1*) e, por outro lado; o fim da Guerra Fria e a ilusão da unipolaridade nos anos 1990, o vazio de poder na periferia e o início do processo de disputa entre a hegemonia única dos EUA nos assuntos globais e a ascensão de países-pivôs na periferia e semiperiferia com

capacidade de fornecer modelos alternativos de cooperação e investimento, sobretudo no entorno regional (*subcapítulo 2.2*). A Cooperação Sul-Sul é discutida, principalmente na ONU, a partir de pontos de vista e perspectivas diferenciados em relação ao momento que o antecedeu (de 1955 a 1978). O processo de fortalecimento do neoliberalismo paralelamente é acompanhado de um processo que busca a sua negação e o fortalecimento da capacidade estatal de promover o desenvolvimento a partir de novos mecanismos e uma visão crítica em relação à globalização assimétrica no final dos anos 1990.

2.1 Consenso de Washington, neoliberalismo e crise na periferia

A crise econômica causada pela elevação dos preços do petróleo e o aumento dos juros na década de 1970 teve como consequência uma relativa recuperação econômica dos EUA em um contexto crítico da Guerra Fria, possibilitando o aumento de seu orçamento militar a níveis difíceis de serem equiparados pela União Soviética. O estrangulamento econômico da União Soviética se deu paralelamente ao surgimento de lideranças que passaram a buscar a abertura e liberalização econômica gradual de modo a reaquecer a economia e possibilitar a manutenção dos gastos militares. Essas reformas se deram paralelamente a um ambiente econômico internacional competitivo que cada vez mais forçava as empresas privadas e estatais do Terceiro Mundo a aumentar a produtividade e competitividade de modo a competir com a expansão das empresas multinacionais dos países desenvolvidos, em um contexto de crise e reestruturação global do capitalismo.

Diante desse cenário, a doutrina econômica neoliberal se fortaleceu ao se colocar como uma alternativa para garantir crescimento e estabilidade econômica em meio à crise. Ao contrário da crise da década de 1930, que implicou em protecionismo e na utilização do papel do Estado como indutor da economia, o contexto de Guerra Fria influenciou uma saída através da via liberal para superar a crise: abertura e liberalização do comércio internacional. Entretanto, o dogma neoliberal, tendo origem na Escola Austríaca e como expoentes norte-americanos como Milton Friedman, passou a se consolidar como uma solução universal tanto para os países centrais quanto para países do Terceiro Mundo, mesmo que as diferenças em termos de composição econômica fossem extremamente contrastantes.

Embora argumente-se que a doutrina neoliberal se originou da necessidade dos países superarem a crise econômica da década de 1970, a sua implementação em países periféricos (sobretudo África e América Latina) se traduziria em uma crise de dimensão social

significativa, implicando em aumento da desigualdade e da pobreza (DRAIBE & RIESCO, 2011; TAYLOR, 2010; MEREDITH, 2005). Entretanto, nem todas as regiões do Terceiro Mundo foram influenciadas pelo modelo neoliberal. No Oriente Médio, por exemplo, o período entre as décadas de 1980 e 2000 não se caracterizou pela interdependência ou liberalização, mas pelo surgimento de um padrão de conflitos e alianças regionais cada vez menos influenciados pelas disputas entre as grandes potências da Guerra Fria (HALLIDAY, 2005). Soma-se a isso o fato de que diversos países do Oriente Médio se beneficiaram do aumento dos preços do petróleo na década de 1970. Nesse sentido, é uma falácia apontar que a experiência neoliberal e a globalização tiveram impactos similares em todas as regiões do Terceiro Mundo:

Não é possível aplicar, sem qualificação, tendências globais em uma área que, embora não seja imune a tendências históricas gerais, possui sua própria especificidade e resiliência. A razão não foi a cultura ou a religião como tais, nem a situação de insegurança inter-estatal regional, mas a resposta destes Estados e dos seus movimentos sociais a essas mudanças. O que surpreendeu foi como muitas das tendências globais dos anos 1990 não afetaram o Oriente Médio; isso foi verdade em relação ao processo político, como a democratização, e em relação aos efeitos econômicos da globalização (HALLIDAY, 2005, p. 133).

Assim sendo, as ideias neoliberais se espalharam sobretudo em regiões e países em que a redemocratização se colocava como necessidade. Em países e regiões em que o Estado assegurou o controle dos recursos estratégicos e onde os movimentos sociais e o empresariado não lograram exercer pressão pela mudança na ordem político-econômica, o neoliberalismo não vingou. De fato, em muitos países latino-americanos e asiáticos o processo de democratização recebia pressões significativas não apenas por parte de movimentos sociais, mas também pelo empresariado nacional que desejava se beneficiar das vantagens da liberalização comercial e das privatizações. As ONGs estrangeiras de direitos humanos também passaram a atuar cada vez mais em prol da democratização dos países do Terceiro Mundo, dentro de um contexto em que os EUA começam a se valer da justificativa da proteção aos direitos humanos para intervir na periferia.

Paulatinamente, democratização, direitos humanos e liberalização passaram a ser consideradas pautas mais urgentes do que o desenvolvimento industrial e social e o combate à fome e à pobreza. A exigência de “boa governança” em países da África estaria alicerçada na concepção de instituições financeiras internacionais de que a crise no continente é causada pela ausência de elites políticas e econômicas preocupadas com a estabilidade e a rigidez fiscal. Sendo assim, a tentativa de implantar estratégias de industrialização e proteção do mercado interno a partir, por exemplo, da substituição de importações, passara a ser considerada uma

das causas da crise nos países mais pobres, aliada a uma suposta hipertrofia do Estado, que controlava empresas estatais e concedia subsídios à produção agrícola (CHAZAN et alli., 1992; TAYLOR, 2010). Por mais paradoxal que pareça, a estratégia desenvolvimentista que vinha sendo implementada na América Latina e África, mesmo com suas limitações, foi implantada de forma rigorosa e bem-sucedida no Leste Asiático, com forte presença do Estado na condução da política industrial e na promoção de investimentos, garantindo um crescimento significativo em diversos países da região (GOUGH, 1999, 2000; KWON, 2002). Embora haja diferenças significativas entre as regiões, sobretudo a questão da mão-de-obra na Ásia, diversos teóricos advogam que os países do Terceiro Mundo que mais se desenvolveram foram aqueles que não seguiram o receituário neoliberal e deram sequência às políticas desenvolvimentistas nas décadas de 1980 e 1990 (CHANG, 2001, 2003, 2008; STIGLITZ, 2003, 2007; HOLLIDAY, 2000; GOODMAN & WHITE, 1998; KWON, 2003; BRESSER-PEREIRA, 2007).

Apesar de cada Estado adotar uma estratégia diferenciada, de modo geral o neoliberalismo influenciou boa parte dos países periféricos, se refletindo também em uma nova forma de inserção externa e cooperação. A dívida externa atrelaria os países cada vez mais à dependência dos investimentos de países centrais e do financiamento por meio de instituições financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Mesmo China, Índia e Rússia adotariam em parte a estratégia de abertura e liberalização econômica, apesar de cada um ter feito isso em velocidades e padrões distintos.

A China procedeu a diversas reformas econômicas nas décadas de 1980 e 1990, legalizando a atuação de proprietários privados de bens de produção, ao mesmo tempo mantendo a maior parte das fábricas industriais nas mãos do Estado. Criou-se cerca de 2.000 áreas de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) no Leste e a integração das cidades aos fluxos econômicos internacionais e paralelamente ampliou-se o controle estatal sobre o sistema financeiro e sobre a política industrial (HARDING, 1988; SHANGQUAN, 1996). A Índia, na década de 1990, enfrentando problemas no gerenciamento de seu balanço de pagamentos, recorreu a empréstimos com o FMI e procedera a uma abertura comercial que priorizava o comércio internacional e a absorção de investimento direto estrangeiro como meio de fomentar o crescimento econômico. Entretanto, embora uma análise superficial tenda a associar a liberalização da década de 1980 na Índia como o fator principal do seu alto crescimento econômico nos anos 1990 e 2000, diversos teóricos demonstram que o fator principal de seu elevado crescimento foi, pelo contrário, a manutenção de controles industriais e de déficits fiscais (investimento público):

os controles industriais e de importações continuaram incidindo sobre parcela expressiva da produção industrial do país. Em segundo lugar, porque uma maioria significativa de economistas que tem estudado a experiência indiana no período recente, embora reconheça o papel dessas reformas iniciais – inclusive como passo fundamental para a mudança de “atitude” da sociedade perante a continuidade de medidas liberalizantes – atribui à enorme expansão dos déficits fiscais o fator mais importante do crescimento acelerado (mas não sustentável no longo prazo) durante os anos 1980. Em suma, o crescimento mais expressivo na década de 1980 deve-se menos aos efeitos das reformas econômicas liberalizantes do que às políticas keynesianas de estímulo à demanda agregada implementadas no período (NASSIF, 2006, p. 7).

Na União Soviética, desde a era trotskista se passou a questionar o autoritarismo e a centralização política e diversos líderes dos anos 1980 passaram a clamar pelo saneamento da economia nacional fortemente estancada em função dos gastos militares e da Guerra do Afeganistão. Se procedeu a eliminação dos segredos de Estado e de partido para supostamente romper com a desconfiança dos cidadãos, dando origem à doutrina da transparência (*glasnost*). Paralelamente, a *perestroika* (reestruturação) levada a cabo por Gorbachov buscou uma abertura econômica, a normalização dos preços e o aumento da competitividade da indústria, embora a estrutura agrícola fosse mantida. Ao contrário da abertura chinesa, a *perestroika* russa resultou em aumento da pobreza, redução dos benefícios sociais (como subsídios e descontos fiscais), o aumento dos preços e das taxas de juros, o aumento dos impostos e o desaparecimento do sistema de saúde soviético (FOSSAERT, 1994; COX, 1992).

Embora o impacto da abertura e da liberalização tenha sido diferente em cada região e país, a necessidade de recuperação em geral teve altos custos sociais, com o aumento da pobreza e da desigualdade entre as décadas de 1980 e 2000 (ONU, 2013; CORNIA, 2004; TAYLOR, 2004; VAN DER HOEVEN & SAGET, 2004). A alternativa keynesiana de ampliação do investimento público de modo a promover emprego e crescimento foi substituído na década de 1980 por uma preocupação geral em relação a estabilidade dos preços e a rigidez fiscal. Essa mudança no pensamento macroeconômico em muitos países em desenvolvimento “foi principalmente levada a cabo pelo assim chamado ‘Consenso de Washington’, uma ampla gama de políticas destinadas a estabilizar economias e forçar mudanças estruturais através da liberalização do mercado na onda das crises da dívida dos anos 1980” (ONU, 2013, p. 83).

Na África e na América Latina, sobretudo, a política monetária usou a taxa de juros para conter a inflação e mantê-la abaixo dos 5% recomendado pelas instituições financeiras internacionais, o que levou a uma recessão pelo aumento do custo de capital, pela redução do investimento e conseqüentemente do crescimento (UNESCAP, 2013). Essas políticas monetárias contraditórias levaram a um aumento do desemprego e em muitos casos aumento no emprego informal e, por não virem acompanhadas por uma rede de proteção social para

compensar a perda de renda, causaram ampliação das desigualdades familiares (ONU, 2013). Em termos de comércio exterior, em geral se ampliaram as importações com a apreciação da taxa de câmbio e foram encorajadas as entradas de fluxos de capitais (sobretudo especulativo), desestimulando o investimento produtivo e, por consequência, o crescimento econômico (CORNIA, 2006). A financeirização das economias torna os países africanos, latino-americanos e asiáticos mais propensos a crises cambiais e especulativas, algo que afeta diversos países nos anos 1990. Assim sendo, de modo geral, a globalização dos anos 1980 e 1990, ao contrário do que muitos entusiastas proclamavam, teve um efeito extremamente assimétrico:

A globalização e principalmente a financeirização e, de certo modo, a mudança tecnológico-profissional foram importantes estimulantes exógenos à desigualdade. Esses fatores tem em vários casos fortalecido os padrões já existentes de desigualdade através de uma persistentemente elevação da alta riqueza e através de transferências intergeracionais da desigualdade graças ao acesso desigual à educação superior (ONU, 2013, p. 94, *tradução nossa*).

Na África, das independências nacionais até a década de 1980, os países buscavam ampliar a proporção do setor industrial na economia nacional, dentro de uma concepção de que a industrialização é fundamental para o desenvolvimento econômico e modernização (CHAZAN et al., 1992; TAYLOR, 2010). Remontando aos teóricos da tradição mercantilista como Alexander Hamilton e Friedrich List e, após 1945, aos teóricos da dependência e do desenvolvimento econômico, acreditava-se que a produção de acordo com a teoria das vantagens comparativas do comércio internacional e a política do *laissez-faire* favoreceriam naturalmente aqueles países que já eram industrializados e que estão lutando para preservar essa dominação sobre os países não-industrializados. De certa forma, importava não só realizar a transição da matriz econômica, mas também posicionar o país favoravelmente na transição tecnológica de modo a competir de forma menos assimétrica com as potências centrais. Os teóricos da dependência desenvolveriam a concepção da troca desigual, ou seja, de que os países desenvolvidos absorvem o excedente econômico da periferia em função dos termos de troca serem desiguais e se deteriorarem com o passar do tempo (cada vez é necessário exportar mais bens agrícolas para adquirir uma unidade de um bem manufaturado) (SINGH, 1982; CHAZAN et al., 1992; MOLLO & FONSECA, 2013).

Na África, diversos países adotaram a estratégia de substituição de importações, que pressupunha necessariamente uma atuação de Estado de modo a proteger a indústria infante da competição com as indústrias estrangeiras. Nesse sentido, seria fundamental proteger o empresariado nacional dos efeitos que uma liberalização e abertura econômica poderiam acarretar. Por outro lado, ao mesmo tempo se propagava a ideia de que a presença de empresas

transnacionais (TNCs) de países centrais poderia gerar desenvolvimento na África por estas demandarem uma proporção crescente de matérias-primas de fornecedores locais e conseqüentemente gerarem laços com a economia nacional, promovendo o aprendizado e *know-how* da mão-de-obra e dos “gerentes locais”. A partir disso, a população nativa absorveria as técnicas e poderia criar suas próprias indústrias para competir com as estrangeiras (SINGH, 1982; CHAZAN et al., 1992).

Uma das dificuldades dos países africanos diante da industrialização era a inexistência de demanda local de produtos manufaturados em função da baixa renda média da população africana. Nesse sentido, diversos estrategistas, desde a década de 1960, passaram a defender a importância da associação econômica continental e a geração de um mercado regional para o fortalecimento da economia africana. Porém, um dos desafios nesse sentido seria a integração de infraestrutura na região e os investimentos em educação e Pesquisa & Desenvolvimento. Na década de 1970, dada a inexistência de empresariado nativo com capital inicial para desenvolver a indústria, diversos países passaram a promover a indústria local através de organizações paraestatais (capital misto) e a proteção da competição externa através da imposição de barreiras tarifárias e não-tarifárias (SUNDARAM, 2008). Paralelamente, no âmbito da União Africana, buscava-se desenvolver a estratégia da autossuficiência coletiva, perspectiva econômica em resposta à dependência desenvolvida no âmbito do Movimento dos Não-Alinhados no início da década de 1970 (CHAZAN et al., 1992).

Diante desse cenário, a maior parte dos países da África Subsaariana ingressaria na década de 1980 com o duplo desafio de resolver a crise da dívida e assegurar a manutenção do projeto de desenvolvimento industrial baseado no projeto de integração regional (TAYLOR, 2010). Entretanto, se as décadas de 1960 e 1970 foram fundamentais em termos de integração na África, as décadas de 1980 e 1990 representariam o refluxo nas parcerias de integração em prol do alinhamento de cada país, individualmente, com o Norte (sobretudo com instituições financeiras e com governos de países da Europa e América do Norte). Isso se deu tanto em função da frustração em relação à tentativa de impor uma Nova Ordem Econômica Internacional na década de 1970 quanto pela ofensiva conservadora dos países centrais (sobretudo EUA, Inglaterra e Alemanha Ocidental). Segundo Chazan et al. (1992), uma das dificuldades fundamentais se deve ao fato dos países industrializados passarem a deslocar a discussão de muitas pautas das organizações em que o princípio de “um-Estado-um-voto” garantia ao Sul uma maioria numérica para instituições como o Banco Mundial e FMI, em que os direitos de voto estavam atrelados à contribuição financeira dos países.

Essa reação conservadora se refletiu na ofensiva no âmbito do GATT para liberalizar o comércio de serviços e, ao mesmo tempo, sobrepor pautas em relação aos países do Sul como degradação do meio-ambiente, fluxos de migrações Sul-Norte, comércio de drogas ilícitas e a imposição de estabilidade política. Diante disso, na África (mas também em outras regiões do Terceiro Mundo), prevaleceu o enfraquecimento da solidariedade política Sul-Sul e a disputa individual por “acordos especiais” com um ou mais países industrializados de modo a ganhar vantagem em relação aos vizinhos. Logo, verificou-se ao mesmo tempo a obstrução da estratégia da ampliação dos laços entre a periferia e ao mesmo tempo o fim da tática do não-alinhamento em função do declínio da União Soviética. Na África, em função da dívida externa, e da unipolaridade financeira do Sistema de Bretton Woods, os países viram-se atados às recomendações e normativas do Banco Mundial e do FMI. Um ano após os africanos elaborarem o Plano de Ação de Lagos (LPA, sigla em inglês) em prol da integração econômica regional, o Banco Mundial respondeu com um documento intitulado “*Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: an Agenda for Action*”, colocando-se contra muitas das propostas do LPA, sobretudo contra a ideia de que o Estado deve ser o principal instrumento promotor do desenvolvimento e com um tom crítico em relação às elites africanas, transferindo a elas a responsabilidade do atraso pelos problemas continentais (ARRIGHI, 2002; CLAPHAM, 1996).

Uma das principais críticas construídas ao longo das décadas de 1980 e 1990 em relação à Cooperação Norte-Sul foi em relação às condicionalidades impostas como requisitos para a oferta de financiamento e doações aos países africanos e latino-americanos. A exigência da “boa governança”, em geral, significava que os países deveriam comprometer toda a política de Estado em função da melhoria dos indicadores macroeconômicos – ou seja, “os economistas quem fazem política” (TAYLOR, 2010). Na América Latina, situação semelhante se desenvolveu: os frágeis Estados de Bem-Estar construídos entre as décadas de 1930 e 1980 baseados na promoção da indústria infante e na universalização de direitos sociais iriam gradativamente se enfraquecer em função de uma pressão interna por parte do moderno empresariado:

A industrialização, a expansão dos serviços e a modernização agrícola soldaram as bases para a emergência de novos atores. De um lado, um moderno empresariado, cada vez mais assertivo e disposto a “concorrer” com o Estado, assumindo áreas de atividades produtivas antes distantes de suas possibilidades de investimento. De outro, as novas classes médias assalariadas, afluentes, cada vez mais demandantes de produtos e serviços diferenciados e de qualidade – bem além do que dispunham sob a política de substituição de importações e serviços públicos universais. Não é difícil entender estarem aí criadas as bases sociais que apoiaram, posteriormente, as novas estratégias de desenvolvimento, implementadas sob o signo do Consenso de

Washington, da metade dos anos 80 em diante (DRAIBE & RISESCO, 2011, p. 242-243)

A América Latina viveria um processo de transição democrática e ao mesmo tempo uma tentativa de reforma do Estado sob o pretexto de torná-lo mais adequado às demandas por transparência e descentralização, em contraposição ao autoritarismo e centralismo dos regimes ditatoriais. Entretanto, tal movimento veio acompanhado de um desmonte da máquina pública, privatização de estatais, enxugamento nos gastos sociais e redução brusca nos gastos em Defesa, com o fim dos incipientes programas nucleares de Brasil e Argentina. Paralelamente à abertura comercial e à liberalização, Alfonsín (Argentina) e Sarney (Brasil) levaram a cabo as iniciativas para a concretização do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), incluindo Paraguai e Uruguai, antes de Collor e Menem assumirem a presidência no Brasil e na Argentina, respectivamente. O projeto dos EUA de uma Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA) acabou recebendo oposição dos países sul-americanos (Negociações 4+1) e de setores do empresariado norte-americano, sendo enterrada definitivamente no início do século XXI. Os acordos de confiança mútua entre Argentina e Brasil no âmbito nuclear e o processo de integração de infraestrutura física e energética com o Paraguai contribuiriam para ampliar a interdependência no Cone Sul, buscando-se uma inserção econômica global mais qualificada.

Mesmo assim, Brasil e Argentina iriam experimentar governos neoliberais na década de 1990, que promoveram uma paridade cambial com o dólar (na Argentina, de forma mais drástica) de modo a baratear as importações e conter a inflação, mesmo que isso custasse alto desemprego, pobreza, a falência de diversas empresas locais e, por outro lado, o fortalecimento daquelas que sobreviveram. Da mesma forma que na África, acreditava-se que a presença de transnacionais estrangeiras iria fornecer *know-how* e aprendizado à indústria nacional, bem como inovações nos sistemas de administração locais, forçando um rápido aumento de competitividade. Entretanto, mesmo alguns economistas ortodoxos concordam que se errou na velocidade da abertura, bem como na sua forma de condução (BRESSER-PEREIRA, 2007).

No Sudeste Asiático, o processo de integração encabeçado pela ASEAN, desde 1967, buscava garantir estabilidade e evitar que os países da Indochina adentrassem na disputa hegemônica da Guerra Fria. Se, inicialmente, tal processo possuía caráter político e restrito às áreas de defesa e segurança nacionais, posteriormente o processo de integração se daria como resultado de “investimentos empresariais e transferência de tecnologia intra e entre empresas, cujos objetivos primordiais estavam voltados, originalmente, aos ganhos de competitividade das firmas, para atuarem em escala de competição global” (BACELETTE, 2012, p. 22). Mesmo que a integração tenha tido caráter econômico-comercial, importavam os ideários de natureza

político-institucional, em uma região estratégica no Mar do Sul da China. O Japão teria papel fundamental nesse sentido, visto que a formação de cadeias produtivas regionalizadas eram controladas por empresas sediadas no Japão, que estimulavam a integração através da construção de polos de manufatura nos países da região, em um processo de transbordamento da produção para os países do entorno em função da elevação de custos na matriz (DIETER, 2006; RAVENHILL, 2012).

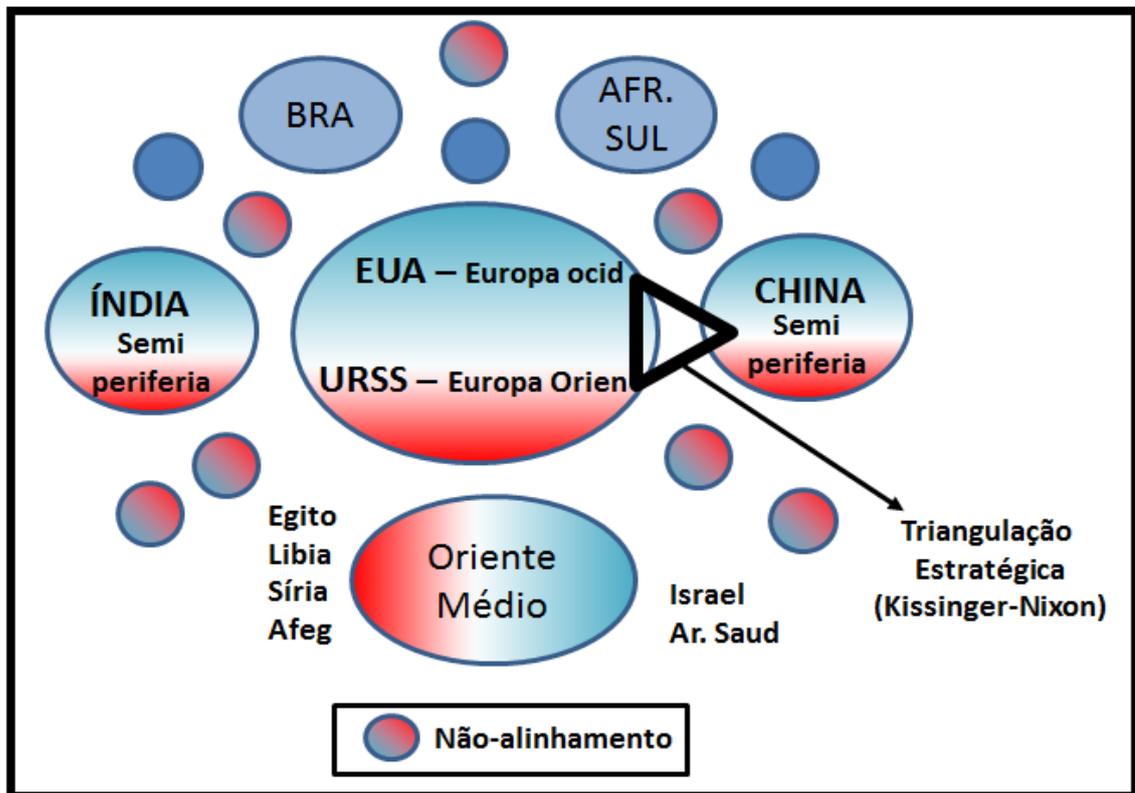
Assim sendo, diante do panorama traçado nesse capítulo, verifica-se que as décadas de 1980 e 1990 testemunhariam uma mudança no perfil de inserção externa dos países do periferia e semiperiferia em direção à utilização da diplomacia econômica de modo a garantir estabilidade macroeconômica interna após a ruptura no processo de expansão do sistema mundial capitalista sob hegemonia norte-americana (1945-1973). A guerra árabe-israelense, os choques do petróleo e a política econômica norte-americana de aumento dos juros para financiar o aumento dos seus gastos militares minou a possibilidade de manutenção do projeto industrializante-desenvolvimentista pré-1980 e contribuiu para que a “Ajuda” Norte-Sul prevalecesse sobre a Cooperação Sul-Sul, o não-alinhamento e a barganha com o Norte. Talvez o fato mais emblemático que possa caracterizar tal período é a dissonância entre a presença de políticas neoliberais em determinadas regiões e a ausência em outras (Oriente Médio, sobretudo países exportadores de petróleo). De modo a resistir à formação do império-mundo, as integrações regionais se colocaram como alternativa, bem como o reforço dos movimentos antiglobalização na periferia e a tentativa de sobreviver à uma abertura radical das economias nacionais. A ofensiva conservadora e a crise na periferia, somadas à ilusão da unipolaridade dos anos 1990, iriam dar origem a um amplo movimento global no século XXI centrado em países-chave da semiperiferia, de modo a desafiar a hegemonia de Bretton Woods e do Consenso de Washington, no campo econômico, e a hegemonia do Pentágono, no campo político-estratégico.

2.2 O fim da Guerra Fria, a emergência da semiperiferia e dos países-pivôs

A medida que evolui o cenário global, também se adaptam e se alteram as perspectivas em torno da Cooperação Sul-Sul e do debate sobre as assimetrias Norte-Sul. O cenário econômico global e o aumento da competitividade no mundo capitalista, somado à revolução tecnológica (digitalização), contribuiu para minar os projetos desenvolvimentistas de Estado no Terceiro Mundo e sua frágil industrialização. Ao mesmo tempo, o esfacelamento da União Soviética criou a “ilusão da unipolaridade”, que consistia na percepção de que não há alternativa

senão a abertura comercial, a democratização e a sujeição à via capitalista de desenvolvimento (neoliberalismo) na periferia. As parcerias deveriam se dar sob a égide do realismo econômico, buscando mais do que o crescimento do PIB, a estabilidade econômica em meio à financeirização global. Nesse sentido, a ótica econômica e tecnológica são fundamentais para explicar o colapso da União Soviética e da alternativa socialista: a ofensiva conservadora dos EUA, ao aumentar os juros e fazer o resto do mundo financiar sua dívida pública, garantiu a unipolaridade em termos bélicos-militares. Entretanto, para lograr a aparente vitória na Guerra Fria, os EUA pagaram o preço de aceitar a autonomia e o crescimento econômico da China, que se fortalece com uma abertura lenta e gradual de sua economia, sob controle do Partido Comunista Chinês (PCC).

Figura 4 – A complexa lógica da Guerra Fria: não-alinhamento, barganha e tripolaridade



FONTE: elaboração própria (2016).

O neoliberalismo veio acompanhado de redução brusca no orçamento militar de países da América Latina e África, tornando estes continentes cada vez mais vulneráveis à disputa geoeconômica entre EUA e Europa por mercados na região e, em termos político-securitários, verificou-se um vazio de poder na região, com o aumento da criminalidade, do narcotráfico e do terrorismo frente a um Estado progressivamente enfraquecido e inoperante em termos de

proteção social. No Oriente Médio, por outro lado, a mudança na política externa do Egito nos anos 1970 e as negociações de paz com Israel abriram caminho para novas formas de rivalidade regional: sunitas e xiitas (na Guerra Irã-Iraque) e árabes e israelenses (na Guerra do Líbano). A Guerra do Afeganistão foi a última guerra *proxy* da Guerra Fria, resultando em uma tomada de poder por grupos de *mujahedins* e pelo Talibã ao longo dos anos 1990. Na Ásia, o processo de regionalização da ASEAN e o transbordamento das firmas japonesas iria levar a uma reação econômica por parte da China que passaria gradativamente a buscar influenciar nos rumos da integração com a região, através da via governamental e institucional.

O fim da Guerra Fria não produz a estabilidade desejada em termos securitários no Oriente Médio e a agenda de segurança das grandes potências passaria a priorizar menos o combate ao comunismo e mais o combate ao terrorismo, o narcotráfico e a proteção da democracia e dos direitos humanos. Nesse contexto, surgem novas abordagens para explicar a geopolítica global, como a ideia do “choque das civilizações”, de Samuel Huntington, ou as abordagens que sugerem o “fim da história” (Fukuyama) e o inevitável destino das nações em direção à democratização e à via capitalista. Paralelamente, a globalização e a reação conservadora dos EUA, de modo a recuperar sua economia e vencer a Guerra Fria, alimentaria gradativamente as críticas à globalização assimétrica e a ocidentalização do mundo, sobretudo através dos movimentos sociais e do descontentamento de parte do empresariado de países periféricos com a abertura comercial brusca que se verificou nos anos 1980 e 1990.

No âmbito das relações sul-sul, embora os movimentos de integração tenham se aprofundado na América do Sul e no Leste da Ásia e o Movimento dos Não-Alinhados tenha perdido parte de sua importância e protagonismo, o debate em torno da cooperação técnica e econômica entre países em desenvolvimento continua evoluindo no âmbito da ONU e suas instituições. Conforme demonstrado na *seção 1.2*, a ONU passaria a se apropriar de princípios desenvolvidos no âmbito do Movimento dos Não-Alinhados e ao mesmo tempo os próprios países do Terceiro Mundo passariam a utilizar as Nações Unidas como arena propícia ao fortalecimento da Cooperação Sul-Sul, embora o tom das reivindicações em relação ao Norte tenham se tornado mais brandos.

Embora as décadas de 1980 e 1990 tenham marcado o arrefecimento relativo da Cooperação Sul-Sul em função da ortodoxia neoliberal e das relações Norte-Sul, esse período também engendra em um movimento contraditório: a emergência lenta e gradual de potências regionais com pretensões de liderança global e dispostas a proporcionar investimento e cooperação aos países da periferia, servindo de alternativa às relações com o Norte capitalista (VISENTINI, 2013; AYLLÓN, 2014; ESTEVES et al., 2012; PEREIRA & MEDEIROS,

2015). O crescimento econômico e o desenvolvimento interno durante a Guerra Fria propiciaram que uma parcela da semiperiferia passasse a progressivamente dotar de recursos e capacidades para ofertar uma cooperação baseada em moldes diferenciados daquela ofertada pelos países centrais. Essa cooperação entre a semiperiferia e a periferia, a despeito das diferenças entre os países, iria se dar baseada em princípios e valores desenvolvidos nos primórdios da Cooperação Sul-Sul, remontando à Declaração de Bandung: benefícios mútuos, relações horizontais, não-interferência em assuntos internos de outros Estados, pacifismo, não-agressão, ausência de condicionalidades, autodeterminação e liberdade para adotar o sistema político que melhor se adequa à realidade nacional.

Nesse sentido, as décadas de 1980 e 1990 representam ao mesmo tempo o refluxo da Cooperação Sul-Sul e sua transição de uma estratégia centrada no não-alinhamento para uma estratégia liderada por países semiperiféricos em prol da multipolaridade e dos supostos benefícios que essa nova polaridade iria garantir para a periferia e para o mundo em geral. Essa transição iria enfrentar como obstáculos a reação conservadora norte-americana, a pretensão unipolar e a unilateralização da ação externa. O período de transição se caracterizaria, portanto, pelo conservadorismo, pela negação da proposta de uma Nova Ordem Econômica Internacional e pelo pessimismo realista em relação às possibilidades de cooperação dentro de um mundo periférico tão desigual:

Iniciou-se processo de deslegitimação dos países em desenvolvimento. Diferentes autores identificados com os postulados neoliberais negaram a superioridade moral dos países do Sul em suas reivindicações, ao afirmarem que seus governos buscavam os objetivos que os países do Norte também tinham: riqueza, poder e controle dos organismos internacionais. A NOEI deveria ser rechaçada, uma vez que não havia necessidade de mudar o sistema econômico internacional, dado que eram as políticas dos próprios países em desenvolvimento as responsáveis por sua pobreza. Até mesmo a ideia de CSS foi considerada – a partir de postulados realistas – como “um conceito romântico”, uma elaboração dos “despossuídos” do sistema internacional que se opunham à penetração dos países do Norte em suas economias. Também no Sul, questionou-se intelectualmente o conceito de “terceiro mundo” e duvidou-se de sua utilidade como instrumento de ação, análise esta corroborada pela percepção da crescente heterogeneidade de situações entre os países em desenvolvimento (AYLLÓN, 2014, p. 67).

Além da proliferação do pessimismo intelectual e moral no Terceiro Mundo, a crise econômica iria dificultar a operacionalização dos projetos de cooperação técnica por razões financeiras; mesmo os gastos para a manutenção de técnicos no país receptor de cooperação foram difíceis de manter (ABARCA, 2001). Durante a década de 1980, três momentos marcaram a evolução do debate sobre a Cooperação Sul-Sul: a Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento (em Caracas,

Venezuela, 1981); a rodada de negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais, concluída em Belgrado em 1987 e; a constituição da Comissão do Sul por parte do Movimento dos Não-Alinhados e a apresentação do Relatório *Desafio para o Sul*, em 1990.

A Conferência da ONU de Caracas teria como centro de discussão a cooperação econômica em meio à crise e o programa de ação para o fomento da Cooperação Sul-Sul. Discutiu-se sobre a forma de vinculação entre a cooperação e a Nova Ordem Econômica Internacional e reconheceu-se a importância da geração de interdependência econômica entre países do Sul devido a existência de uma complementaridade crescente das economias nacionais. Foram reafirmados os princípios de benefício mútuo e solidariedade e se apelou à importância de se prestar atenção aos países de menor desenvolvimento relativo. Mas talvez a atitude concreta mais significativa desta Conferência tenha sido a criação do Sistema Geral de Vantagens Comerciais entre os países em desenvolvimento, no âmbito do G-77, voltado à harmonização de regras para negociação das relações econômicas entre países do Terceiro Mundo (ESTEVEZ et al., 2012; GRUPOS DOS 77, 1981).

Em 1988, após dez anos do Plano de Ação de Buenos Aires instituído pela ONU, realizaram-se uma série de estudos e pesquisas para analisar os progressos na disseminação da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. Foram realizadas análises no âmbito da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA) e da Unidade Regional de Ciências Humanas e Sociais para a América Latina e Caribe da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Foram analisadas informações a respeito dos arranjos institucionais, das capacidades, experiências prévias, modalidades de funcionamento e procedimentos, de modo a identificar os “pontos fulcrais” e impulsionar a CSS. Colocaram-se como desafios a necessidade de um maior respaldo nacional para o desenvolvimento de atividades de cooperação, da minimização do caráter difuso das demandas de cooperação técnica e da escassez de recursos (ATRIA, 1991; AYLLÓN, 2014).

A Constituição da *Comissão do Sul*, em 1987, um ano após a Conferência de Harare do Movimento dos Não-Alinhados, se deu com a participação de políticos, intelectuais e especialistas de países em desenvolvimento e com a intenção de analisar os problemas a partir da premissa de que “o Sul não conhece o Sul” (COMISSÃO DO SUL, 1991). O relatório final *Desafios para o Sul* mudou o tom em relação à década anterior e reconheceu a responsabilidade da periferia na resolução de seus próprios problemas, sem o componente crítico em relação à injustiça das assimetrias Norte-Sul. Os principais tópicos identificados foram: a emergência de complementaridade entre países; a existência de excedentes de capitais em diversos países que

poderiam ser investidos em outros países em desenvolvimento; a necessidade de tratar de novos temas como meio-ambiente e ciência e tecnologia; a cooperação como meta para a política externa dos países emergentes e, por fim; o estabelecimento de novos princípios para a CSS e propagação do sentimento de pertencimento ao Sul e de liberação do potencial de recursos humanos (COMISSÃO DO SUL, 1991).

Mesmo com a tentativa de renovar o movimento terceiro-mundista (agora com a roupagem sulista), verificou-se uma dificuldade prática fundamental para a sua concretização: a dependência psicológica em relação ao Norte em função da “ilusão da unipolaridade”. Começou a se enxergar com desconfiança o caráter supostamente horizontal das relações entre países em desenvolvimento e, concomitantemente, se acreditava que os países centrais do Norte possuíam as fórmulas e as soluções necessárias para o desenvolvimento (BOUTROS-GALHI, 2006; KERN & WEISTAUBB, 2011; TANDON, 2009). A redução da identidade, a fraca consciência do Sul, motivada pela ausência de uma institucionalização mais sólida do movimento, estariam diretamente atreladas a esse sintoma. Ao mesmo tempo, aumentou-se a percepção sobre a desigualdade material e de poder entre os países em desenvolvimento, com o claro destaque da China e da Índia, na Ásia, da África do Sul, na África e do Brasil na América do Sul. Durante a década de 1990, reconheceu-se a responsabilidade aumentada de determinados países em prover cooperação, por possuírem mais recursos e capacidades:

Nos anos 1990, a CSS recuperou seu impulso e iniciou um novo período de expansão. Nesse período, o crescimento econômico experimentado por alguns países em desenvolvimento contribuiu para fortalecer suas capacidades internas, o que consolidou seu posicionamento como um instrumento complementar à AOD (Ajuda ao Desenvolvimento, do Norte). Na década de 1990 também tiveram lugar iniciativas para a integração entre a CTPD e a CEPD e para a identificação de ‘países-pivôs’ da CSS. Em razão de sua capacidade e experiência na promoção da CSS, tais países deveriam assumir um papel de liderança. Este grupo era integrado por 22 países, dentre eles Brasil, China e Índia (ESTEVEES et al., 2012, p. 55).

Se, nos anos 1950 e 1960, não existiam condições financeiras suficientes e técnicas para sua materialização, ao finalizar a década de 1980, os avanços institucionais e a acumulação de conhecimentos e capacidades tecnológicas em muitos países em desenvolvimento permitiram a implantação de iniciativas de cooperação mais regulares e em maior escala (AYLLÓN, 2014, p. 71)

Sendo assim, uma mudança fundamental começa a se processar no seio das discussões e diretrizes sobre Cooperação Sul-Sul: o reconhecimento das diferenças entre Estados e a responsabilidade de alguns pelo provimento de cooperação e investimento em relação aos outros. Esse maior realismo na concepção sobre Cooperação Sul-Sul teria um impacto significativo sobre o modo de funcionamento e organização da periferia, com a proliferação de

alternativas e visões sobre desenvolvimento não apenas atreladas ao Norte ocidental. Esses países-pivôs seriam as alavancas de apoio ao crescimento econômico em seu entorno regional e no âmbito global. O documento *Novas Orientações da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento* divulgado pela ONU em 1995 reforça a importância desse grupo de países em fornecer cooperação de forma complementar à Cooperação Norte-Sul. Além disso, se estimulou uma nova forma de cooperação: a cooperação triangular, em que um país desenvolvido fornece apoio material para que uma cooperação técnica entre países em desenvolvimento se concretize.

O desenvolvimento da visão técnica e econômica da cooperação, porém, teve como consequência o arrefecimento da dimensão política, simbólica e ideacional que a Cooperação Sul-Sul possuía nas décadas de 1950 a 1970, como estratégia de atuação externa em meio à Guerra Fria (AYLLÓN, 2014; UL-HAQ, 1980; LOPES, 2010; BANCET, 2012; MEDEIROS, 2016). Apesar disso, mesmo a cooperação puramente técnica embute em si uma dimensão política e um determinado juízo de valor, uma determinada visão sobre o desenvolvimento e, da forma como for ofertado, pode ser um instrumento de projeção política e estabelecimento de laços de amizade e cooperação (MADEIRA, HELLMANN & MEDEIROS, 2011). Entretanto, a difusão de experiências, técnicas e *expertise* em políticas públicas, nesse período, se encontraria limitado em função do baixo nível de priorização que diversos programas sociais possuíam em um contexto de crise e neoliberalismo.

Os Estados do Sul, nos anos 90, compartilhavam a visão de que a política macroeconômica é o instrumento maior para a geração de estabilidade e desenvolvimento e, sendo assim, a cooperação deveria se dar através da diplomacia econômica, e não social. O investimento em diplomacia econômica como meio de atrair investimentos e negociar acordos bilaterais com países do Norte foi uma grande tendência dos anos 1980 e 1990, obscurecido quaisquer discussões sobre modelos alternativos de agendas e prioridades de desenvolvimento, algo que só se alteraria ao longo da primeira década do século XXI, com o Consenso de Pequim e a adoção de modelos de desenvolvimento críticos à globalização assimétrica, ao desenvolvimento desigual e à submissão econômica em relação à unipolaridade e à hegemonia do Norte.

3. A COOPERAÇÃO SUL-SUL EM MEIO À MULTIPOLARIDADE (1995-2016)

O período que se inaugura em meados da década de 1990 é de fortalecimento gradual da Cooperação Sul-Sul sob novas bases em função do novo ordenamento internacional pós-Guerra Fria e da superação da “ilusão da unipolaridade” (explicada no capítulo anterior). Nesse período, três processos se concatenam. O primeiro deles reside na mudança nos padrões de percepção sobre o sistema mundial por parte dos países do Sul, simbolizada pela contraposição do Consenso de Pequim e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ao Consenso de Washington, pelo descontentamento em relação aos efeitos da financeirização, globalização e liberalização nas décadas de 1980 e 1990 e pelo aprofundamento da Cooperação Sul-Sul em função da acumulação de maiores recursos e capacidades por parte dos “países-pivôs”. O segundo processo, que se dá no âmbito estratégico e econômico, coloca no centro das discussões o papel da semiperiferia na promoção do crescimento global e na geração de um novo padrão de relações internacionais baseado não apenas na competição, mas também na cooperação mútua entre a semiperiferia (através do BRICS, da OCX e do IBAS). Esses dois processos possuem como consequência o surgimento de um terceiro processo, ainda em curso e passível de análise, de reação euro-americana à ascensão dos BRICS, em diversas frentes, desde o Atlântico Sul até Norte da África (principalmente Líbia e Síria), na Europa Oriental (Ucrânia), no Cáucaso (Geórgia) e no Mar do Sul da China e nas Ilhas Curilas (próximo à Rússia), através de novas formas de guerra, mais difusas e complexas ao entendimento acadêmico.

3.1 Contestações à globalização assimétrica e novos modelos de desenvolvimento e cooperação

A partir de meados da década de 1990 ampliam-se de forma gradual as contestações ao neoliberalismo, à globalização assimétrica e à unipolaridade norte-americana, em função das sucessivas crises econômicas que atingem diferentes regiões do Ásia, África e América Latina e da percepção sobre os efeitos perversos das políticas macroeconômicas liberalizantes em termos sociais. A realização da Cúpula de Desenvolvimento Social de Copenhague em 1995 mobilizou a opinião pública mundial em torno da causa, sinalizando a necessidade de práticas de gestão mais atentas à pobreza e à desigualdade em países em desenvolvimento. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio instrumentalizaram metas para os governos nacionais seguirem, fazendo-os darem mais atenção aos indicadores sociais, em contraponto ao Consenso

de Washington. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em informe divulgado em 2000, relacionou a pobreza a uma “violação de direitos humanos”, considerando-a, portanto, como um dos grandes desafios para o século XXI (PNUD, 2000).

Por conseguinte, as novas abordagens teóricas passaram a privilegiar uma visão integrada da economia e da política social, ou seja, de crescimento com inclusão social. Porém, diferentemente do período desenvolvimentista, no momento atual é criticado o determinismo economicista e a agenda social é colocada em pé de igualdade em relação à agenda econômica. Segundo Diniz (2010, p.13), “o desenvolvimento passa a ser percebido a partir de uma ótica distinta daquela que havia marcado a era desenvolvimentista, cuja prioridade absoluta era o crescimento econômico” e, no momento atual, “incorpora as dimensões da ética, da equidade e da sustentabilidade, três dimensões que se articulam objetivando a construção do bem-estar coletivo”. Uma das consequências disso é a proliferação de novos indicadores sociais como o Índice de Desenvolvimento Social, Índice de Progresso Social e Índice de Desenvolvimento Humano.

Em alguns países em desenvolvimento, as visões novo-desenvolvimentistas e neodesenvolvimentistas surgidas no início do terceiro milênio passaram a apresentar novas propostas de desenvolvimento que se autoproclamam como uma evolução tanto em relação ao neoliberalismo quanto com o desenvolvimentismo do século XX. O novo-desenvolvimentismo⁶, inspirado sobretudo no modelo do sudeste asiático, propõe, no âmbito social, políticas de distribuição de renda e inclusão social e, no âmbito econômico, um modelo *export-led* centrado numa política cambial que favoreça a industrialização (BRESSER-PEREIRA, 2005; 2007; DINIZ, 2010). Já o neodesenvolvimentismo⁷ consiste em uma convenção que aceita uma política macroeconômica ortodoxa, centrada em juros altos, câmbio valorizado e política fiscal restritiva concomitantemente a adoção de políticas sociais que garantam um aumento autônomo da renda familiar dos grupos mais pobres, via aumentos do

⁶ O novo-desenvolvimentismo prega a adoção de políticas cambiais que favoreçam as exportações (evitando a doença holandesa nos países subdesenvolvidos); a redução dos juros como forma de estimular o investimento privado e evitar que uma minoria da sociedade lucre com títulos da dívida, o que levaria a uma maior concentração de renda em favor dos mais ricos; a adoção de um modelo em que o crescimento tenha na formação e expansão do mercado interno de consumo de massas seu elemento propulsor e, por fim; uma política industrial ativa (BRESSER-PEREIRA, 2005; 2007; BIELCHOWSKY, 1988; ERBER, 2010; SICSÙ, PAULA & MICHEL, 2005; 2007).

⁷ O neodesenvolvimentismo, segundo Diniz (2010), possui inspiração keynesiana e baseia-se numa visão de sociedade essencialmente cooperativa, manifesta através da visão de pacto social e com um viés focado nas políticas de inclusão social. O neodesenvolvimentismo valoriza “investimentos em infraestrutura e construção residencial, regidos pelo Estado, investimentos em inovação (amparados em incentivos fiscais, créditos subsidiados e subvenções), bem como na condução de uma política externa independente” (DINIZ, 2010, p. 520).

salário-mínimo, expansão do emprego formal e políticas de transferência condicionada de renda (ERBER, 2010; DINIZ, 2010).

Na América Latina, no período entre 1980 e 1999, o número de pessoas pobres na região mais do que dobrou. Em 2000, a América Latina era a região mais desigual do mundo, com 5% da população de maior renda detendo 25% do PIB e 30% da população de menor renda possuindo apenas 7,6% do PIB (WERTHEIN & NOLETO, 2003, p. 18). Nessa região, o surgimento de governos de centro-esquerda na primeira década do milênio inaugura novas formas de gestão governamental com ampliação de programas sociais destinados a minimizar a fome, a pobreza e a desigualdade de renda, no âmbito urbano e rural e através de múltiplas perspectivas. Surgido nos anos 1990 como programa-piloto no México, Brasil e Honduras, os programas de transferência de renda condicionada ou “renda mínima” se proliferaram na região durante os anos 2000 e gradativamente passaram a ser implementados na África e na Ásia, através da Cooperação Técnica Sul-Sul. Esses programas possuem como fundamento básico a ideia de que toda família em situação de extrema pobreza (ou seja, cuja *renda per capita* mensal é menor do que o valor de uma cesta básica) possui direito a receber uma renda do governo com a contrapartida de cumprir determinadas condicionalidades, que variam de país a país (sendo o mais comum a exigência de que as crianças estejam matriculadas na escola e que estejam em dia com a vacinação e os cuidados em saúde) (CEPAL, 2009; 2011; BASTAGLI, 2009; DULCI, 2009; FIZBIEN & SCHADY, 2009). A política de transferência monetária de renda consolidou-se gradativamente como política de Estado, junto com uma vasta gama de programas sociais universalizantes, colocando como fundamental a necessidade de garantir crescimento econômico com redução das desigualdades.

A discussão clássica em torno da igualdade/desigualdade gira em torno da análise da participação efetiva dos cidadãos nas atividades produtivas que determinam o nível de riqueza e bem-estar em um determinado Estado-Nação. O mecanismo pelo qual a inclusão social se faz possível, desta forma, pode ser compreendido a partir de diferentes perspectivas práticas de intervenção (ou não intervenção) no contexto social. Contudo, fundamentalmente, as opções macroeconômicas passam necessariamente pela discussão do papel que o Mercado e o Estado desempenham na distribuição e participação na produção nacional.

Tratando do desenvolvimento como um processo compartilhado socialmente de indução das potencialidades humanas, Amartya Sen (2010, p. 18) assevera que “o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas” (p. 18). O autor entende o desenvolvimento como consequência

da ampliação das capacidades humanas para as pessoas levarem o tipo de vida que valorizam. Ou seja, na perspectiva de Sen, a garantia de manutenção de uma vida digna (princípio normativo proveniente da Teoria da Justiça de Rawls) e de acesso a direitos básicos, amplia as liberdades e potencialidades individuais, incidindo assim sobre o desenvolvimento das sociedades de maneira a equalizar disparidades que o desenvolvimento econômico tradicional (aumento do PIB e da renda *per capita*) por si só não corrigiria.

No que concerne à discussão referente às atribuições e papel do Mercado e do Estado na indução ao desenvolvimento, Stiglitz (2002), em seus trabalhos sobre o crescimento e competição na economia global, refuta a maneira convencional de se medir o próprio desenvolvimento que tem sido, segundo o autor, ‘sistematicamente desmentida pela realidade’ (p. 47, 2002). Na perspectiva de Stiglitz, em um mundo crescentemente globalizado, há também crescentes assimetrias de informação, o que por sua vez incorre em uma competição imperfeita dos mercados globais e uma alocação também imperfeita na distribuição dos recursos. Nesse sentido, para o autor, o papel do Estado na regulação dos mercados e, mesmo na intervenção ativa na economia, pode representar uma melhor distribuição e alocação dos recursos como medida para corrigir ‘falhas do mercado’ o que, contrariando a teoria neoclássica, têm sido a regra e não a exceção (STIGLITZ & PRYCHITKO, 1994).

Numa perspectiva crítica semelhante, porém com preocupações mais relacionadas ao processo histórico de desenvolvimento das sociedades, o economista Há-Joon Chang (2004) identifica na proteção e investimento estatal ao longo dos anos o mecanismo pelo qual os países desenvolvidos ascenderam à condição que hoje se encontram. Estes países hoje desenvolvidos, por sua vez, segundo o autor, negam aos países em desenvolvimento (através de mecanismos multilaterais e financeiros), estas mesmas garantias protecionistas e promotoras do bem-estar social pela intervenção estatal deliberada na economia e na indução produtiva. O autor defende que países em desenvolvimento necessitam de certa intervenção estatal para proteger cidadãos e setores frágeis da economia para melhor se incorporarem à competição na economia global. Chang (2013) assevera também que o mérito é apenas parte da equação para o desenvolvimento. Assim, não é apenas a igualdade de oportunidades que deve ser buscada, mas também, de resultados verificáveis em longo prazo, visto que as pessoas não possuem habilidades nem características uniformes para se utilizar das oportunidades oferecidas. Caberia assim ao Estado a tarefa de corrigir desigualdades sociais a partir de políticas intervencionistas ativas de inclusão e correção de disparidades, que pelas próprias características competitivas do mercado e pelo ideário meritocrático, não iriam dirimir.

Em trabalho recente, Piketty (2014) analisa a desigualdade econômica inerente ao capitalismo do século XXI, a partir de um estudo sobre cerca de 1 000 empresas da Europa, dos Estados Unidos e do Japão. Segundo o autor, executivos que passaram a ganhar dez vezes mais não aumentaram dez vezes a produtividade das empresas que comandam. Assim sendo, a desigualdade de renda no mundo, que caiu por muitas décadas no século passado, voltou a aumentar recentemente, segundo Piketty, por dois motivos: a) os rendimentos sobre o capital estão crescendo a uma taxa superior à da expansão da economia e; b) os salários e as bonificações recebidos por altos executivos têm sido elevados sem uma justificativa econômica. Nesse sentido, o capitalismo do século XXI não está recompensando os mais “talentosos”, e sim os donos do capital e os investidores de mercados financeiros. A melhor estratégia, portanto, seria taxar as grandes fortunas, o que implicaria em maior intervenção estatal na economia (PIKETTY, 2014).

Embora de grande valia ao analisar a concentração de riqueza, a abordagem de Piketty (2014) se debruça sobretudo na natureza do capital nos países desenvolvidos. De forma mais ampla, um relatório divulgado pelas Nações Unidas em 2013 intitulado *Humanity Divided: confronting inequality in developing countries* oferece uma ampla gama de informações sobre a desigualdade desde a década de 1980 até 2010. É ressaltado, sobretudo, que a igualdade de renda e a igualdade de oportunidades são indissociáveis e mutuamente interdependentes⁸, algo que autores como Fraser (2007) já abordam em termos teóricos, clamando que o reconhecimento das diferenças não deve estar dissociado das políticas de redistribuição de renda.

Um dos principais argumentos clássicos refutados pelas análises empíricas recentes, apresentadas no Relatório *Humanity Divided* da ONU (2013), é a chamada Hipótese de Kuznets, segundo a qual a ampliação da desigualdade de renda, riqueza ou outras dimensões do bem-estar é um preço inevitável a pagar para crescimento econômico. Ou seja, países em etapas iniciais do desenvolvimento devem incorrer em maiores desigualdades para avançar a etapas seguintes (KUZNETS, 1955). Entretanto, muitos países (como o Brasil, por exemplo) ao longo dos últimos anos conseguiram reduzir significativamente a desigualdade, tanto de renda quanto de oportunidades, através de uma combinação de políticas econômicas e sociais

⁸ Segundo o Relatório da ONU (2013), a análise dos fatores que explicam a desigualdade dentro dos países mostra que a desigualdade de renda é claramente um importante determinante das desigualdades na educação, saúde e nutrição. Por exemplo, 87% da variação na proporção de mortalidade infantil entre os quintis mais ricos e os mais baixos podem ser atribuídos a variações na desigualdade de riqueza.

progressistas, muitas vezes acompanhadas pela maior participação e empoderamento daqueles que foram deixados para trás pelo processo de desenvolvimento (ONU, 2013).

Vale ressaltar, no entanto, que as políticas macroeconômicas das décadas de 1980 e 1990 frequentemente enfatizaram a estabilidade de preços sobre o crescimento e a criação de emprego. As reformas do mercado de trabalho enfraqueceram a posição negocial dos trabalhadores vis-à-vis os empregadores e, por fim, as políticas fiscais priorizaram a consolidação orçamentária em detrimento da tributação progressiva e investimentos públicos (especialmente em setores críticos, como educação e saúde).

Uma das perspectivas que se coloca como contraponto ao Consenso de Washington no século XXI, portanto, é a ideia de que, enquanto o crescimento econômico pode ser importante para melhorar o desempenho médio no bem-estar, ele não garante automaticamente melhorias mais rápidas nos resultados da educação, saúde e nutrição. Os governos podem desempenhar e, em alguns casos, têm desempenhado um papel-chave para atenuar as disparidades de renda por meio de gastos públicos sociais (ONU, 2013). Esse é o caso de diversos países latino-americanos, africanos e asiáticos, que tem buscado resgatar o papel do Estado como promotor do desenvolvimento e bem-estar, seja através da regulação estatal do mercado, seja através de política industrial e social para dirimir as desigualdades (de renda e de oportunidades).

Em consonância com o avanço do debate no âmbito acadêmico, no âmbito multilateral e governamental articula-se uma nova agenda social no Eixo Sul-Sul, que além de centrar-se domesticamente em temas como a redução da exclusão social, no plano internacional estará relacionada com “o inconformismo diante de uma posição periférica na ordem internacional, a aspiração por transformações na geopolítica mundial, pela busca da autonomia e pelo reforço da integração regional, pela diversificação de parcerias e alianças e pela defesa de novas formas de inserção no mercado internacional” (DINIZ, 2011, p. 502). Assim sendo, a busca por uma maior igualdade no âmbito interno passa a repercutir em um anseio por atuar em pé de igualdade com os outros países do sistema internacional. A Cooperação Sul-Sul do século XXI, assim como o próprio conceito de desenvolvimento, passam por transformações, e começam a considerar a dimensão social como elemento fundamental (MEDEIROS, 2016).

Nesse sentido, verifica-se uma retomada da atuação do Estado em prol do desenvolvimento interno e de uma atuação polimórfica no âmbito internacional, contrastando com o foco excessivo na diplomacia econômica característico dos anos 1980 e 1990. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio colocam metas como o combate à pobreza e à fome como parâmetros para os Estados balizarem sua atuação estatal. Também em contraponto ao Consenso de Washington (ligados ao FMI e ao Tesouro Americano), estabelece-se na década

de 2000 um novo modelo ligado ao que diversos autores têm considerado ‘*Consenso de Pequim*’. O termo foi utilizado pela primeira vez em 2004 pelo consultor norte-americano Joshua Ramo, que descreve o sucesso do modelo com base em 3 princípios: 1) o compromisso com a inovação e experimentação à serviço de um crescimento econômico pacífico, igualitário e de alta qualidade; 2) a defesa dos interesses e fronteiras nacionais e; 3) combinação de uma política interna estável e rápido crescimento econômico (RAMO, 2004).

Esse modelo se baseia na utilização de vários laboratórios de políticas em regiões diferentes do país de modo a identificar as mais apropriadas a serem aplicadas no país inteiro, combinando interferência e *laissez-faire*. Trata-se de um modelo que dificilmente pode ser replicado em outros países, dadas as dimensões e peculiaridades da sociedade chinesa, mas que certamente constituem em fonte de inspiração para países da periferia tentarem traçar seus próprios caminhos em prol do desenvolvimento sem simplesmente absorver e implementar modelos econômicos e políticos advindos do Norte capitalista. Diversos autores têm trabalhado com o conceito de Consenso de Pequim para explicar as peculiaridades do modelo econômico chinês. Arif Dirlik (2006) ressalta que uma das peculiaridades do modelo chinês é a busca por relações externas em prol de uma nova ordem econômica global baseada no respeito às diferenças políticas e culturais entre países e regiões. Stefan Halper (2010) defende que um dos diferenciais fundamentais do modelo chinês é não necessitar da democracia para consolidar um crescimento econômico expressivo. E, no sentido oposto, o próprio crescimento rápido da renda se torna um dos fatores que garante a estabilidade política. John Williamson (2012), por sua vez, destaca 5 peculiaridades do Consenso de Pequim: 1) a implementação de reformas graduais ao invés de reformas bruscas (controle do tempo e velocidade das mudanças); 2) crescimento econômico puxado pelas exportações através da política cambial; 3) inovação e experimentações; 4) capitalismo de Estado (diferente do capitalismo de livre-mercado) e; 5) o autoritarismo político.

O Consenso de Pequim também possui reflexos em termos de cooperação internacional e está ligado à nova lógica que emerge no século XXI em torno da ascensão dos BRICS e da ordem multipolar. As formas de cooperação econômica, técnica e política se diversificam, possibilitando aos países menos desenvolvidos da periferia uma maior gama de alternativas em prol do desenvolvimento nacional, além de possibilitar uma barganha múltipla. A China tem baseado sua cooperação nos princípios de igualdade e benefício mútuo, ausência de condicionalidades políticas e econômicas e um componente de críticas implícitas às supostas segundas intenções da Cooperação Norte-Sul. Mais recentemente, tem se dedicado à cooperação econômica e a construção de infraestrutura na África, em uma espécie de disputa

geoeconômica por espaço com as velhas potências inseridas no continente. A Índia tem contribuído com a inserção de produtos intensivos em tecnologia e produtos farmacêuticos a custo baixo no continente africano e sua cooperação é destacada nas áreas de Tecnologia da Informação, energia nuclear, tecnologia aeroespacial e energias renováveis. E o Brasil, por sua vez, tem investido no alto perfil diplomático e na modalidade técnica da cooperação, sobretudo com a América Latina e países da África Lusófona, com o compartilhamento da *expertise* de técnicas e tecnologias sociais dos órgãos do governo e empresas estatais brasileiras como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Saúde (MS), EMBRAPA, FIOCRUZ, entre outras (PEREIRA & MEDEIROS, 2015).

No continente africano, a África do Sul, integrada aos BRICS em 2010, tem investido fortemente na Cooperação Sul-Sul e na integração africana a partir do *African Renaissance Fund* (ARF), submetido ao diretório do *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD). O país tem promovido cooperação econômica através da concessão de empréstimos e assistência financeira a projetos de desenvolvimento, buscando ainda a promoção da democracia, da integração, do desenvolvimento socioeconômico e da prevenção e resolução de conflitos. A África do Sul busca se consolidar como motor do desenvolvimento regional, através do apoio à reestruturação institucional dos países vizinhos e apoio à revitalização econômica. O país ampliou também a partir da década de 2010 as relações com América Latina e Caribe e Oriente Médio, dentro do esforço por se consolidar como polo de cooperação no Sul (SOUTH AFRICA, 2010; 2011; SAIIA, 2008).

No continente como um todo, o chamado Renascimento Africano no século XXI está ligado a uma conjuntura em que diversos governos passaram a olhar com desconfiança para as diretrizes impostas pelo FMI e Banco Mundial e considerar projetos autônomos de desenvolvimento ou buscando auxílio com outras fontes e modelos de cooperação. Após o vácuo de poder nos anos 1990 causado em parte pela focalização da política externa dos EUA no Oriente Médio e Ásia, na década de 2000 tem-se o Renascimento justamente na década em que os EUA entram em declínio e uma ordem multipolar parece emergir. O novo ânimo na busca por matérias-primas e recursos energéticos e minerais resultaram em uma revalorização da África por parte das velhas e novas potências.

Mas não é apenas por uma nova inserção externa no continente que a África se recuperou. Os próprios africanos adquiriram mais poder e o pessimismo dos anos 1990 parece ter sido deixado de lado. Com a proliferação de possibilidades e atores externos, provendo distintas formas de cooperação e investimento, a África recuperou a autonomia na hora de escolher seus parceiros externos, diversificando os laços com uma ampla gama de novos atores.

Nesse sentido, abundam as ofertas de cooperação mais amigáveis aos interesses africanos, através da recuperação de valores e princípios do período inicial da Cooperação Sul-Sul (como ausência de condicionalidades, benefícios mútuos, não-interferência nos assuntos internos e cooperação horizontal). Soma-se a tudo isso uma revalorização da União Africana, com maior protagonismo na solução de problemas africanos (através do princípio da não-indiferença) e inclusive atuando no âmbito securitário, com uma abordagem multidimensional da chamada “segurança humana” (OLIVEIRA, CALVETE & CARDOSO, 2014).

Todas estas transformações sinalizam que a Cooperação Sul-Sul é fortalecida a partir da iniciativa de determinados atores com recursos materiais e de poder capazes de prover cooperação com base na reciprocidade em torno das trajetórias históricas comuns, caracterizadas pelo sentimento de pertencimento à periferia e ao mesmo tempo na percepção de que devem contribuir para uma mudança na estrutura do sistema mundial. Na década de 2000, questiona-se cada vez mais a estrutura da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança da ONU e diversos países clamam pela sua modificação, com base nas transformações que se processaram após 1945. Mesmo os instrumentos institucionais de Cooperação Sul-Sul no âmbito da ONU não dão conta das transformações na forma de cooperação internacional do século XXI, em que cada vez mais os Estados Nacionais, através de seus órgãos de cooperação internacional, promovem cooperação e financiamento com base em entendimentos políticos e no interesse na construção de uma ordem internacional menos assimétrica. Nesse sentido, novas coalizões como o BRICS, o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), as Cúpulas ASA (América do Sul-África) e ASPA (América do Sul-Países Árabes), a Cúpula do Sul, a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e a FOCAC (Fórum de Cooperação China-África), entre outros, são indicativos de uma tentativa de retomar uma identidade terceiro-mundista (agora chamada de identidade do Sul), desta vez com contornos mais pragmáticos em função do surgimento de uma semiperiferia ativa.

Embora haja controvérsia em relação às diferenças da Cooperação Sul-Sul promovida pelos BRICS daquela promovida pelos países do Norte, as discussões recentes em foros internacionais especializados em Cooperação Sul-Sul têm prezado pela noção de que esta se coloca cada vez mais como uma alternativa (e não uma complementaridade) em relação à Cooperação Norte-Sul. As transformações verificadas na virada do século XX para o século XXI demonstram uma mudança na forma de governança global, em paralelo ao surgimento novos modelos de desenvolvimento que resgatam a centralidade do Estado (Consenso de Pequim) e, no âmbito da cooperação, se colocam como alternativa ao modelo tradicional de “ajuda” atrelado ao FMI, ao Banco Mundial e à OCDE. Mesmo que hajam diferenças em termos

de poder entre países do Sul, com o protagonismo crescente dos BRICS, existe uma visão comum em torno da dificuldade de promover o desenvolvimento e a igualdade social no âmbito interno. Isso legitima a cooperação dos BRICS e permite que as relações entre a semiperiferia e a periferia continuem se dando em bases mais horizontais, embora atreladas a um componente revisionista da ordem internacional em que a multipolaridade é preferível em relação à unipolaridade e a hegemonia do Consenso de Washington da década de 1990. Assim sendo, a periferia no Pós-Guerra Fria possui uma gama mais ampla de opções estratégicas, o que indica que uma maior multipolaridade tem trazido benefícios para a periferia, trazendo novas alternativas de alinhamento e cooperação.

3.2 BRICS: o papel da semiperiferia, entre poder e desenvolvimento

Na virada do século XX para o século XXI, se processam mudanças nos padrões de reconhecimento e percepção sobre o sistema mundial por parte dos países da periferia e da semiperiferia, contribuindo para a mudança de atitude em termos de estratégia e política externa. Se a década de 1990 parecia representar a consolidação e o ápice de um império-mundo unipolar, ao mesmo tempo ela deu origem a um processo de esgotamento em função da ampliação das críticas à globalização assimétrica, ao neoliberalismo e ao Consenso de Washington. A emergência da China e da discussão em torno do Consenso de Pequim na década de 2000 reforçam as preocupações da periferia com a recuperação do papel indutor do Estado em relação ao desenvolvimento e, no âmbito externo, à uma atuação menos submissa e mais ativa (RAMO, 2004; DIRLIK, 2006). Essa mudança se processou sobretudo pelo maior protagonismo da Ásia na economia mundial e pelas expectativas em relação ao potencial dos países emergentes na África e América Latina, após a estabilização econômica e a redução da dívida externa em diversos países periféricos.

Embora os Estados Unidos se consolidem como superpotência militar no pós-Guerra Fria, seu papel na estrutura econômica global desde 1945 se modificou profundamente. No imediato Pós-II-Guerra, os EUA respondiam por cerca de metade do PIB mundial e se consolidaram como os maiores credores globais. A partir da década de 1980, sua participação no PIB global cai constantemente até atingir menos de 20% em 2010 e sua dívida pública passa a ser financiada pelos demais países, sobretudo países emergentes como China, Índia e Brasil. Esse processo se deu paralelamente a uma reação econômica com o aumento abrupto da taxa de juros em 1979, o que permitiu captação de investimento externo para a manutenção dos

gastos militares dos EUA em um contexto decisivo da Guerra Fria. Somado ao choque do petróleo, essa reação dos EUA trouxe profundas consequências para países da periferia em geral e para países rivais dos EUA, como a União Soviética - que não conseguiu manter os gastos militares na década de 1980 - e o Japão, que após sucessivas tentativas de recuperar a taxa de lucro privada, sucumbiu a bolhas especulativas entre 1990 e 1992 (ARRIGHI, 1997; 2008; WALLERSTEIN, 1995).

Embora os EUA tenham se recuperado do declínio relativo da década de 1970, a partir da ofensiva econômica e da reação conservadora dos anos 1980 e 1990, alguns processos iniciados nessa década - como a derrota na Guerra do Vietnã e o reconhecimento da multipolaridade a partir da desconcentração do poder em direção à China e à Índia para contrabalancear a União Soviética - teriam implicações para a manutenção da condição de *hegemon* na década de 2000. A crise moral com o insucesso da Guerra contra o Iraque e a ausência de consenso entre os países do Conselho de Segurança da ONU em relação à invasão norte-americana faz parte desse contexto, em que a “síndrome do Vietnã” é resgatada (TODD, 2003). Soma-se a isso a retomada do projeto da Rússia Grande Potência a partir da ascensão ao poder de Vladimir Putin e as respostas sucessivas à expansão da OTAN em direção ao Leste; a criação da Organização da Cooperação de Xangai (OCX) e os testes nucleares na Índia (no final dos anos 1990). Estes fatores passaram a alimentar as visões em torno de uma mudança na estrutura de poder global, em direção à multipolaridade.

Essa transformação na percepção do sistema mundial se refletiu na mudança na atitude e na tomada de decisão de diversos países semiperiféricos em relação à política externa, com uma visão otimista em relação à multipolaridade e aos benefícios que ela implicaria. De fato, países semiperiféricos como o Brasil, na América do Sul, e a África do Sul, na África, possuíam pretensões de potência regional durante a década de 1980, inclusive com o desenvolvimento de programas nucleares, desmontados ao longo dos anos 1990. No século XXI, tanto Brasil quanto África do Sul retomam o protagonismo regional com projeção global, a partir do processo de integração na América do Sul liderado pelo Brasil (UNASUL e IIRSA) e com a luta contra o *apartheid* pela África do Sul e a construção da integração regional na África Austral. Na década de 2000, o Brasil retoma a tradição globalista da política externa, participando mais ativamente das decisões globais e ao mesmo tempo recupera o programa nuclear, centrado na proteção da Amazônia Azul e do Atlântico Sul. Paralelamente, promove a Cooperação Sul-Sul na área social em consonância com o processo interno de diminuição da desigualdade, da fome e da pobreza levado a cabo durante o Governo Lula, algo que possui forte apelo em países da periferia, contribuindo para a ampliação da sua liderança no Eixo Sul-Sul (MEDEIROS, 2016).

Essas transformações refletem uma mudança na atitude de grande parte dos países sul-americanos em relação à ingerência política e econômica de Washington na região e a tentativa de fomentar a integração política centrada no autogerenciamento dos conflitos e problemas regionais e na manutenção da democracia, sob a liderança brasileira (SERBIN, 2009). Os países africanos, por sua vez, cada vez mais adquirem condições de barganhar, atuar de forma independente e se inserir internacionalmente como um continente que possui um grande peso político nas organizações internacionais (devido à grande quantidade de Estados, somando mais de 50 no total), abundância de recursos minerais, energéticos e matérias-primas (VISENTINI, 2013). A África também readquire importância como rota entre o Oceano Atlântico e Índico e como fonte de suprimentos (sobretudo petróleo) alternativa em relação ao Oriente Médio, por ser mais estável e pacífica.

Mas não é apenas no âmbito estratégico que se processam esses fenômenos. Um dos motores fundamentais da percepção de um sistema mundial multipolar é o adensamento crescente do Comércio Sul-Sul e a diversificação de parcerias e relações econômicas globais na periferia⁹ (PAUTASSO, 2011). A Rodada de Desenvolvimento de Doha coloca em xeque a estrutura dos regimes internacionais e das exigências de liberalização por parte dos países centrais, retomando o espírito contestador da periferia quando esta exigiu uma Nova Ordem Econômica Internacional na década de 1970 (PEREIRA & MEDEIROS, 2015). Ao contrário da Rodada Uruguaiana da OMC dos anos 1980, na década de 2000 há uma forte resistência por parte dos países periféricos na liberalização do comércio, resultado da proliferação de lideranças políticas que contestam o Consenso de Washington e suas premissas neoliberais. No âmbito acadêmico-intelectual, aumentam as críticas ao papel do FMI e do Banco Mundial nas economias periféricas e se defende cada vez mais a necessidade de proteção da indústria infante nos países periféricos para se desenvolver, realimentando alguns princípios do desenvolvimentismo dos anos 1950 a 1970 (CHANG, 2001; 2003; 2008; STIGLITZ, 2003; 2007; SEN, 2002). A retomada da Cooperação Sul-Sul no século XXI, nesse sentido, estaria

⁹ Segundo Diego Pautasso (2011) demonstra, a interação comercial no âmbito sul-sul aumentou de forma significativa entre 1990 e 2010, alavancada pelo aumento da interdependência comercial entre países semiperiféricos e periféricos: “em apenas duas décadas (1990-2010), a fatia do comércio da China com os países periféricos saltou de 15% para 32%; o da Índia, de 25% para 57%; o do Brasil, de 28% para 51%; e o da África do Sul, de 12% para 45%. Isso não evidencia apenas o aumento do comércio dos países emergentes, mas a construção de novas direções para os fluxos comerciais no âmbito Sul-Sul. Parte dessas mudanças devem-se, de um lado, ao fato de os países centrais terem ampliado o protecionismo e o comércio intrabloco (União Europeia), bem como apresentando desempenho econômico-comercial pouco dinâmico ou pontilhado de crises; de outro, em razão de os países periféricos revelarem dinamismo comercial superior, favorecidos pela valorização das commodities, assim como pelo aprofundamento dos processos de integração regionais que se desenvolveram na África, na América Latina e na Ásia” (PAUTASSO, 2011, p. 56).

atrelada profundamente às mudanças na economia global processadas nas últimas décadas e à ascensão da semiperiferia:

Se o espírito daquela época foi a busca de alternativas no mundo da Guerra Fria, na atualidade, a lógica que leva os emergentes e outros PRMs¹⁰ a intensificar a CSS é a de promover sua inserção internacional por meio da geração de mecanismos de diálogo político e *empowerment* econômico. Este processo foi impulsionado pelos fluxos financeiros e investimentos entre países em desenvolvimento – que se multiplicaram por três desde 1998 e representam hoje 30 % do total mundial – e pelo comércio Sul-Sul que se duplicou nos últimos vinte anos e representa na atualidade perto de 40% das trocas mundiais (AYLLÓN, 2014, p. 80-81).

A condição econômica da periferia, alavancada pelo crescimento de países semiperiféricos, como os BRICS, acarretaria em uma perspectiva de Cooperação Sul-Sul diferenciada, em que pela primeira vez se produzem alternativas e complementaridades econômicas, além do reforço nas possibilidades de cooperação nos âmbitos tecnológico, técnico, militar, securitário e energético. A presença de fortes lideranças nos BRICS, somada à vontade política para estreitar os laços com a periferia e promover capacidades institucionais são fundamentais para compreender a transformação no sistema mundial do século XXI. A cooperação técnica, mais do que simples compartilhamento de experiências, conhecimentos e práticas bem-sucedidas nos países periféricos, possui um componente político fundamental, visto que contribui para o aprendizado mútuo, o alinhamento político e a construção de parcerias em prol do crescimento econômico, da inclusão social e do desenvolvimento conjunto, minimizando a desconfiança típica dos países periféricos em relação às supostas pretensões imperialistas (ou subimperialistas) dos países semiperiféricos.

Dentro de um sistema em que cada vez mais o império mundial é contestado, tanto os EUA quanto os países da semiperiferia teriam interesse na desconcentração do poder mundial: o primeiro por não suportar os custos econômicos, políticos, morais e psicológicos da manutenção da hegemonia e os segundos pela vontade de uma participação mais ativa na governança global, de um reforço de suas soberanias e autonomias e da tentativa de construção de um mundo pós-hegemônico (ARRIGHI & SILVER, 2001; ARRIGHI, 2008). Entretanto, ao que parece essa desconcentração é desejada pelos EUA até um certo limite (garantindo a assimetria em favor do país). Além disso, não há consenso interno sobre a doutrina de política externa e de segurança do país, que oscila entre dois tipos ideais: 1) de um lado, a Doutrina Nixon, que remonta à Doutrina Monroe e possui como princípios a negação do Império Americano, a liderança pelo exemplo, a cooperação com os Novos Países Industrializados

¹⁰ Países de Renda Média.

(NICs) e a construção do século do Pacífico em parceria estreita com a China (MANTOVANI, 2006; MARTINS, 2012) e; 2) de outro lado, as doutrinas neoconservadoras de Ronald Reagan e, posteriormente, de George Bush, nos anos 2000, caracterizadas pela recuperação do Destino Manifesto e da ideia de dominação civilizatória baseada na crença de que o povo dos EUA é excepcional e está destinado a guiar o mundo, sendo reinterpretada atualmente a partir das ideias de Boyd sobre guerra moral baseada na promoção do caos constante e ininterrupto (OSINGA, 2005; MARTINS, 2012).

Seja qual for a forma de atuação dos EUA, o fato é que a própria semiperiferia vem se empoderando e buscando uma concertação entre si, com a ampliação da cooperação entre Rússia e China através da OCX e através das inúmeras iniciativas em comum no âmbito dos BRICS. Essa aparente mudança de atitude traz implicações para a estabilidade do sistema mundial, se considerarmos a definição de semiperiferia de Wallerstein (1979) que considera que esta desempenha a função de fornecer um elemento de estabilidade ao sistema-mundo ao garantir que os países centrais não enfrentem uma oposição unificada contra eles. Sendo assim, a disputa entre os países semiperiféricos – e não a cooperação entre si – seria fundamental para a manutenção da hegemonia. Do mesmo modo, a noção de Kissinger (2012) sobre as experiências históricas em relação à triangulação e à pentarquia vão ao encontro desse argumento, defendendo ser fundamental para os EUA o gerenciamento da disputa entre grandes potências, através de recompensas e punições e de uma diplomacia efetiva.

Entretanto, o suposto gerenciamento da multipolaridade na semiperiferia parece estar cada vez mais complicado para os EUA, mesmo em termos ideacionais, que importam se considerarmos a hegemonia na ótica de Arrighi (1996), como a capacidade de fazer da vontade nacional uma vantagem global (liderança). O crescimento da desconfiança em relação aos Estados Unidos e às suas supostas segundas intenções por trás do discurso de promoção da paz, dos direitos humanos e da democracia global contribui cada vez mais para que a “guerra moral” e incessante travada pelo país funcione como um tiro no pé (TODD, 2003). Por outro lado, países como a China tem coadunado de forma bem-sucedida interesses nacionais internos, desenvolvimento e promoção dos interesses externos através do pacifismo e do respeito aos princípios basilares da Cooperação Sul-Sul inaugurados no período da Conferência de Bandung, o que amplia sua capacidade de liderança sobre a periferia (SAUTMAN & HAIRONG, 2006). Da mesma forma, Brasil, Índia, África do Sul e até a Rússia têm apostado no discurso em prol da Cooperação Sul-Sul e da multipolaridade como algo benéfico para os países menos desenvolvidos da periferia (PEREIRA & MEDEIROS, 2015).

De fato, se considerarmos a Cooperação Sul-Sul de uma forma abrangente, incluindo além do compartilhamento de técnicas e experiências a dimensão política, econômica e ideacional, os países semiperiféricos têm cumprido papel fundamental. Conforme assinalado nos capítulos anteriores, uma das dificuldades enfrentadas para a consolidação da CSS a partir da década de 1970 foi justamente a dificuldade de coordenação da ação coletiva a partir de determinados países que possuíssem recursos e capacidades, além de interesse em liderar a causa terceiro-mundista (AMIN, 2015; PEREIRA & MEDEIROS, 2015). Na década de 1980, as discussões sobre Cooperação Sul-Sul nos fóruns internacionais passaram a destacar a necessidade de que determinados países-pivôs tomassem a dianteira do movimento, reconhecendo-se a disparidade de capacidades dentro da periferia, em consonância com a ampliação das discussões teórico-acadêmicas nas relações internacionais sobre o fenômeno das “posições intermediárias” no sistema mundial (AYLLÓN, 2014; ESTEVES et al., 2012). Na década de 2000, os países semiperiféricos (sobretudo os BRICS) servem como alavanca promotora e fortalecedora da Cooperação Sul-Sul, promovendo ao mesmo tempo o resgate da identidade do Sul, desta vez sob a roupagem da multipolaridade como estratégia de valorização da periferia (em substituição ao não-alinhamento das décadas iniciais do terceiro-mundismo). Assim sendo, a visão de estratégia coletiva da periferia passa a incluir um componente mais realista da situação dos países do Sul, reconhecendo-se as diferenças em termos de recursos e poder e aproveitando-se da *barganha múltipla*.

Isso não significa que o momento atual da Cooperação Sul-Sul não incorra em contradições: é justamente essa nova concepção da realidade do Sul que gera reações e críticas, tanto por parte dos países centrais, quanto por parte de países da periferia que competem com os BRICS no âmbito regional (como é o caso de alguns dos países do *Next-Eleven*¹¹, como o México, na América Latina; o Egito e a Nigéria, na África; e a Indonésia, na Ásia). O caráter difuso da semiperiferia, dentro do conceito econômico - e dos países intermediários, dentro da ótica política – amplia a sua dimensão contraditória, suscitando críticas e desconfiança. Para Arrighi (1997), por exemplo, a semiperiferia teria o papel de “legitimação sistêmica”, ao demonstrar que é possível a existência de mobilidade dentro da divisão internacional do trabalho para países que fossem “capazes” ou “bem-comportados”. Nesse sentido, fica patente a necessidade de geração de confiança entre semiperiferia e periferia, de modo a garantir

¹¹ Next-Eleven é denominação dada por um relatório da Goldman Sachs para o grupo de países que possuem potencial econômico para figurar entre as maiores economias do mundo junto com os BRICS. O critério de avaliação para a escolha dos países, porém, é controverso e inclui como um dos indicadores “políticas de abertura ao comércio e investimento externos” e “maturidade política” (GOLDMAN SACHS, 2007).

legitimidade regional e mesmo global. Essa confiança pode ser gerada através de diversos mecanismos, como, por exemplo, através da integração regional e do transbordamento da produção nacional para o nível regional, da criação de mecanismos de segurança coletiva, entre outros.

O fortalecimento da semiperiferia está profundamente ligado à capacidade estatal dos países em promover o desenvolvimento e adquirir poder. Nesse sentido, os países semiperiféricos competiriam entre si para absorver os benefícios de uma nova divisão internacional do trabalho e da produção, podendo, a longo prazo, de acordo com Braudel (1985), ou se deslocarem para o centro ou retornarem à condição da periferia. Esse dilema da semiperiferia está profundamente enraizado em um componente sistêmico da economia internacional: a capacidade de produzir polarização e ao mesmo tempo difusão¹² (GILPIN, 1987). De acordo com essa abordagem, a situação global a partir da década de 1980, mas sobretudo nos anos 2000-2010, se assemelharia ao período em que houve transição sistêmica da *Pax Britannica* para a *Pax Americana*, em que empréstimos internacionais e investimentos externos acentuariam a industrialização em direção às zonas periféricas, estagnando as economias centrais e proporcionando maior difusão do que polarização. Nesses períodos, a pressão competitiva tende a produzir protecionismo nos países centrais de modo a deter e desacelerar a ascensão dos novos polos de riqueza. Essa situação possui implicações profundas em termos políticos, visto que o que diferencia o centro da periferia também é a superioridade organizacional – o que Arrighi (1996) também considera como a formação de estruturas políticas dotadas de capacidades amplas e complexas para controlar o meio social e político.

Com a tendência de redução das taxas de lucro e do crescimento do produto nacional nos países do centro, no processo de difusão, alguns países da periferia experimentariam as “vantagens do atraso” (GERSCHENKRON, 1962), ou seja, iniciariam sua industrialização utilizando as técnicas e as lições mais eficientes provenientes das economias centrais. Essa noção implica, porém, que nem todos os países periféricos poderão desfrutar das vantagens da industrialização, em função da competição das estruturas estatais periféricas pelo capital circulante, dando origem à semiperiferia. A semiperiferia se caracterizaria, portanto, pela capacidade política em prover as condições para o desenvolvimento industrial e tecnológico e ao mesmo tempo proteger a indústria infante da concorrência com os demais países (GERSCHENKRON, 1962; GILPIN, 1987). Por fim, quando essa difusão começa a

¹² Para Gilpin (1987, p. 94) o desenvolvimento desigual possui como características tanto o efeito de polarização do capital, da indústria e das atividades econômicas no centro quanto o efeito de difusão da riqueza e das atividades do centro para a periferia, criando o que ele chama de novos “pontos nodais” no sistema.

proporcionar uma maior distribuição de poder e riqueza em direção à periferia e à semiperiferia, os países centrais reagem, através do protecionismo (na abordagem clássica) ou, segundo a abordagem de Chang (2003), através do protecionismo no centro e da negação do protecionismo aos países em desenvolvimento, pressionando pela liberalização de setores aos quais possuem maior vantagem comparativa.

Essa dimensão é fundamental para compreendermos a próxima seção do capítulo, que trata da crise na semiperiferia e das reações globais à ascensão dos BRICS, processo que se dá em concomitância ao novo padrão econômico e político global e está ligado à tentativa de evitar uma desconcentração excessiva do poder em direção aos BRICS a ponto de desestabilizar a governança dos países centrais como Estados Unidos e Europa. Essa nova reação conservadora se assemelha em parte àquela que ocorreu nos anos 1980, porém através de novos mecanismos e práticas. Conforme ressaltado anteriormente, de acordo com as teorias do sistema mundial, essa reação estaria atrelada ao fato de que os países semiperiféricos (BRICS) estariam dando sinais de cooperação mútua, e não de competição, e isto teria o efeito desestabilizador do sistema, gerando desconfiança dos países centrais. Exemplos dessa cooperação mútua são, a partir de 2008: a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS (quebrando a hegemonia do Sistema Bretton Woods), a parceria para a criação do BRICS Cable (uma rede submarina de 34.000 km de fibra óptica ligando Vladivostok, na Rússia, à Fortaleza, no Brasil) e, ultimamente, as pretensões em passar a utilizar moedas próprias dos BRICS em transações internacionais, quebrando a hegemonia do dólar. Os BRICS também teriam fundamental importância na defesa de um novo paradigma de desenvolvimento para o longo prazo (desenvolvimento sustentável), baseada na Declaração do Rio, a Agenda para o século XXI.

3.3 Crise na semiperiferia? As reações globais à ascensão dos BRICS

O ano de 2008 é chave para entender a transição da unipolaridade para a multipolaridade (mesmo que assimétrica) e para o início da nova reação conservadora. Neste ano, além da crise financeira que atingiu sobretudo os países centrais, a Guerra da Geórgia colocou a disputa entre Rússia e Estados Unidos novamente em discussão, sendo para diversos analistas uma demonstração dos limites da unipolaridade norte-americana, dada a firme reação russa e a instalação de zonas de proteção em torno da Abecásia e da Ossétia do Sul ao final do conflito. Nos anos 2000, a insistência dos EUA na independência de Kosovo, a busca de acordos com nações vizinhas (Polônia, República Tcheca e Ucrânia) para instalar mísseis balísticos de defesa e o encorajamento de democracias-clientes no Cáucaso e no Leste Europeu, demonstravam que

os norte-americanos buscavam desafiar a Rússia no seu próprio “quintal” (QUALL, 2011, p.1). Essa situação vai ao encontro da ideia desenvolvida por neorrealistas como Waltz (2000), que consideram a unipolaridade como a configuração de poder mundial menos durável, dado que: I) o hegêmona deterá inúmeras tarefas que, ao longo dos anos, servirão para enfraquecê-lo e; II) o poder unipolar, mesmo que se comporte de forma moderada, passará a ser questionado pelos demais Estados, os quais tenderão a contrabalanceá-lo, gerando alterações na balança de poder. Sendo assim, como aponta George Friedman, “[a] invasão da Geórgia pela Rússia não alterou a balança de poder na Eurásia. Simplesmente anunciou que a balança de poder já havia sido alterada” (FRIEDMAN, 2008, s/p).

Essa situação simbólica em termos de segurança e poder é acompanhada, em 2008, pela mudança nos mecanismos de gerenciamento da crise econômica nos países centrais. O G-20 financeiro, por exemplo, criado em 1999 por iniciativa do G-7 com o objetivo de promover troca de experiências entre países avançados e emergentes, de forma que estes pudessem aprender com as “melhores práticas” das economias avançadas, com a crise financeira internacional de 2008 e o aumento do peso dos emergentes na economia mundial, ascendeu de mero foro de ministros das finanças e presidentes dos Bancos Centrais para o centro do processo decisório internacional em termos econômicos, eclipsando a importância do G-8 (SOARES DE LIMA, 2010; FLEMES, 2010; GALVÃO, 2012; KIRTON et al, 2008). Em março de 2009, alguns meses após a Cúpula de Washington, deliberou-se a transformação do FSF em Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), com a inclusão de todos os membros do G-20, além da Espanha. No mesmo contexto, também foram ampliados de forma a incluir a participação de economias emergentes o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS), além da Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários (IOSCO) e do Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), que abrangem, respectivamente, reguladores na área de mercado de capitais e especialistas em padrões de contabilidade. Essas conquistas significam a oportunidade de países emergentes participarem de forma ativa na elaboração de regras, padrões e políticas de cuja concepção estavam excluídos. Na esteira da Cúpula de Londres, em 2009, onde se acordou um pacote de estímulo de 1,1 trilhão de dólares para a superação da crise, o presidente Lula anunciou que o Brasil emprestaria recursos ao Fundo Monetário Internacional como parte da ação coletiva de aumento dos meios disponíveis à instituição (BRASIL, 2009a). No mesmo ano, na Cúpula de Pittsburg, os quatro BRICs registrariam a promessa de contribuir com mais de US\$ 500 bilhões no Novo Arranjo para Empréstimos (New Arrangements to Borrow – NAB) do FMI, representando mais de 15% do total disponível naquele arranjo, o que lhes asseguraria uma maior influência na administração

do mecanismo. De importância mais relevante, também logrou-se a revisão geral das cotas de participação no FMI, com uma transferência de pelo menos 5% para países dinâmicos de mercado emergente, que passaram a representar 40% das cotas totais (BRASIL, 2009b). Diante disto, os BRICS passaram a possuir poder de veto no âmbito do NAB.

Nesse sentido, o ano de 2008 marca no âmbito econômico e político-securitário uma virada na forma de governança com contestações à unipolaridade, o início de uma reação mais incisiva euro-americana à Leste e, paralelamente, a aceleração do processo de desconcentração do poder do centro econômico mundial para novas regiões que desempenhariam o papel de estancar e promover estabilidade no sistema, com maior voz nas discussões econômicas globais. A própria Cooperação Sul-Sul passa a adquirir maior protagonismo e a confiança dos países do Sul contrasta com o pessimismo euro-americano diante da crise. Segundo Boutros-Ghali (2006) e Ayllón (2009), na década de 2000 aumenta o interesse dos países do Norte pela Cooperação Sul-Sul por quatro fatores: 1) pelo sentimento de “ameaça do Sul” nos países desenvolvidos, ou seja, pela ampliação da capacidade de alguns países em desenvolvimento “nos mercados nacionais, regionais e globais quanto a oportunidades de investimento”; 2) pelo reconhecimento da Cooperação Sul-Sul como uma modalidade importante de cooperação internacional por parte dos países da OCDE; 3) pelo desconhecimento e desinteresse sobre a Cooperação Sul-Sul nos centros de pesquisa de países desenvolvidos até meados da década de 2000 e, por fim, e mais importante; 4) pela crescente preocupação entre os doadores acerca dos “efeitos perturbadores e da pressão competitiva que a penetração dos ‘doadores emergentes’ em regiões como a África poderia gerar na aplicação de princípios e indicadores acordados na agenda de eficácia” (AYLLÓN, 2014, p.75). Percebe-se, portanto, que esses fatores estão diretamente relacionados não apenas ao fenômeno da Cooperação Sul-Sul, entendido de uma forma ampla, mas também ao fato de determinados países estarem se destacando nesse processo, em termos econômicos e ideacionais.

A perda de espaço de países da OCDE (sobretudo Europa) na África, por exemplo, tem gerado reações de variadas formas que, a partir de 2008, parecem ter se aprofundado. De acordo com Visentini (2013), a presença das potências emergentes passou despercebida dos europeus e norte-americanos até a crise financeira de 2008, quando as potências centrais passaram a buscar novos espaços e a combater os novos atores, especialmente a China. Seguiu-se a isso uma ofensiva diplomático-militar e uma securitização do continente com a reativação da IV Frota no Atlântico Sul, a criação do AFRICOM (Comando África), a militarização do Saara sob o pretexto da ameaça terrorista e as intervenções franco-britânicas no Norte da África no contexto da Primavera Árabe. Paralelamente a isso, ampliou-se a guerra de propaganda através

de uma intensa produção jornalística e acadêmica destinada a acusar os BRICS como “novos imperialistas”, que teriam apenas interesse em explorar os africanos e levar a cabo uma “nova partilha” da África (VISENTINI, 2013).

Esse novo cenário realimenta a hipótese de que há uma tentativa de controle do processo de difusão dos pontos nodais do sistema pelas potências centrais, preocupadas com a perda de controle e hegemonia sobre a estrutura do sistema (GILPIN, 1987; GERSCHENKON, 1962). Para tanto, as técnicas e instrumentos variam a cada momento. A reação conservadora da década de 1980, conforme já ressaltado no capítulo anterior, teria como base: 1) uma guerra econômica contra a Europa e o Japão (através do choque do petróleo, da política de juros) e a pressão pela liberalização e abertura econômica nos países periféricos e; 2) uma disputa geoeconômica e geopolítica contra a União Soviética a partir do manejo da tripolaridade estratégica e; 3) a pressão por liberalização no Terceiro Mundo. Diferentemente da crise dos anos 1970, a crise de 2008 implicou em uma nova forma de reação por parte dos EUA e Europa: 1) o socorro de bancos e empresas por parte do Estado (negando a saída neoliberal da crise, em processo semelhante ao protecionismo após a crise de 1930, além de um sentimento de culpa atribuída ao excesso de liberalização e desregulamentação na crise); 2) o acirramento da disputa com as novas potências emergentes em espaços anteriormente “esquecidos”, como África e até América Latina (dividida entre a Aliança do Pacífico e o Mercosul) e; 3) a atuação no Oriente Médio e Ásia Central como pivô para a Ásia e a tentativa de expansão da OTAN para o Leste, desagradando a Rússia.

Essa nova reação conservadora dos EUA conta com diferentes mecanismos e práticas, dentro de uma perspectiva de dominação de espectro total, através da guerra psicológica, guerra cibernética, guerra de propaganda, comando do espaço, diplomacia predatória, financiamento de mercenários, financiamento de agitadores, infiltrados e ONG’s no intuito de provocar a desestabilização de regimes não-amigáveis aos seus interesses com o mínimo possível de derramamento de sangue. Mesmo com todas as dificuldades em documentar essas ações, Moniz Bandeira (2014), em *A Segunda Guerra Fria*, utiliza fontes das mais diversas para demonstrar, por exemplo, que

“as revoltas da Primavera Árabe não foram nem espontâneas e ainda muito menos democráticas, mas que nelas tiveram papel fundamental os EUA, na promoção da agitação e da subversão, por meio do envio de armas e de pessoal, direta ou indiretamente, através do Qatar e da Arábia Saudita.

Sua estratégia de ação começa com a atuação de forças especiais para intervenção encoberta, com o treinamento de agentes provocadores infiltrados que organizam manifestações pacíficas, com base nas instruções do Professor Gene Sharp *Da Ditadura à Democracia*, que foi traduzido para 24 idiomas e distribuído pela CIA e pelas fundações e ONGs, que levam à reação dos governos, que são acusados de excessos na repressão dessas manifestações e de violação dos direitos humanos de sua

população, o que passa a justificar rebelião armada, financiada e equipada do exterior e, eventualmente, a intervenção humanitária” (GUIMARÃES, 2014, p. 25).

As intervenções no Oriente Médio, desde a doutrina Brzezinski na década de 1980, vinculariam a justificativa do terrorismo ao interesse estratégico de controlar o “cinturão verde” da influência russa, evitando que esta tivesse acesso às águas quentes do Golfo Pérsico e dos campos de petróleo do Oriente Médio, contendo o poder terrestre da Heartland ao domínio naval e evitando que a União Soviética (posteriormente Rússia) tivesse acesso ao Estreito de Ormuz, por onde escoam a maior parte do petróleo mundial. Atualmente, a região adquire fundamental importância para a China, como país demandante de petróleo, para manter o nível de crescimento econômico acelerado. Mesmo que a Guerra ao Terrorismo não sirva como elemento aglutinador por parte das grandes potências, tal qual havia sido a contenção ao comunismo na Guerra Fria, a tentativa individual dos Estados Unidos de controlar a “área pivô” está associada a uma percepção sobre a alteração na balança de poder em direção à Eurásia e o medo do isolamento internacional em relação ao renascimento asiático. A estratégia de *regime change*, aliada ao uso da guerra não-convencional¹³ foram fundamentais para a derrubada do regime de Gadafi na Líbia (país que vinha desenvolvendo tecnologia nuclear e uma forte parceria com o Irã) e o regime de Bashar Al-Assad na Síria, pela importância estratégica do país para a Rússia e para o Irã em relação ao Mediterrâneo e pelo potencial petrolífero da região (MONIZ BANDEIRA, 2014).

Mesmo que essas técnicas e objetivos tenham sido usadas desde 2001 pelos EUA, elas se ampliam a partir de 2008, em meio à crise econômico-financeira e o surgimento efetivo dos BRICS como organização internacional. O pretexto da diluição das fronteiras nacionais, o aumento das ameaças paraestatais e o pretexto da responsabilidade de proteger a população civil foram utilizados na Líbia, desestabilizando completamente o país, com auxílio da OTAN e da França e da Grã-Bretanha, mas com a abstenção de Rússia e China no CSNU. Em 2009, a OTAN passa a extrapolar o seu escopo e jurisdição a partir do *New Strategic Concept* para 2020, permitindo que a organização atue em qualquer parte além do Atlântico Norte (OTAN, 2010). Por iniciativa de Portugal, se solicita a OTAN que se faça uma referência explícita ao Atlântico Sul, à África e ao Magreb no novo documento, devido às “relações privilegiadas” de Portugal com a África, o Mediterrâneo e em particular o Brasil (SEABRA, 2010). Ainda em

¹³ Na Primavera Árabe, a guerra não-convencional seria estimulada pela presença de ONGs como a *National Endowment for Democracy* (criada a partir da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA na década de 1980) fazendo “o que a CIA vinha fazendo há décadas de forma incoberta e assim, esperançosamente, eliminar o estigma associado com as suas atividades encobertas”, através do apoio a jornalistas e independente media, atividades de apoio a organizações da sociedade civil (MONIZ BANDEIRA, 2014, p. 238).

2009, forças aéreas e navais britânicas realizaram exercícios de guerra nas Ilhas Malvinas, simulando uma invasão de forças argentinas na região, em um momento em que se começou prospecção de petróleo e gás em torno do arquipélago, com previsão de reservas no valor de 60 bilhões de barris (BUSINESS NEWS, 2009). Essas iniciativas a partir de 2008 foram acompanhadas da reativação do programa nuclear brasileiro, com a intenção de construir quatro submarinos, sendo um deles um submarino nuclear, em parceria com a França.

Em 2013, com a escalada do conflito na Síria, o Ocidente tentou obter uma resolução do Conselho de Segurança da ONU para intervir militarmente no país (tal como na Líbia). Dessa vez, porém, Rússia e China vetaram tal resolução, com a abstenção do Brasil, Índia, África do Sul e Líbano. O interesse dos países ocidentais na Síria se dava sobretudo em função da supressão das bases navais russas no Porto de Tartus, cortar as vias de suprimento militar para o Hezbollah, conter o avanço da China sobre as fontes de petróleo, isolar e estrangular o Irã, mudando o equilíbrio de forças no Oriente Médio e assegurando o pleno domínio sobre o Mediterrâneo. O fortalecimento do Estado Islâmico contribuiu para ampliar a disputa e a instabilidade na região, justificando a intervenção dos EUA, Grã-Bretanha e França, bem como da Rússia, esta com a intenção de garantir a sobrevivência do regime de Bashar Al-Assad. Na Ucrânia, a disputa envolve interesses dos mais diversos, como o fornecimento de petróleo e gás para a Europa e a estratégica região da Crimeia (historicamente local de disputa).

Todos estes fenômenos entrelaçados podem ser interpretados como uma clara tentativa de reação euro-americana em relação ao reordenamento das relações de poder em escala global em direção ao Sul e ao Leste. Segundo Paulo Visentini (2015, p.164-7), em *O Caótico Século XXI*, esta reação seria uma espécie de Guerra de Posições em função da crise econômica nos países da OCDE, tendo diversos estágios: 1) a escalada militar no Norte da África e a Primavera Árabe; 2) a projeção de poder ocidental para a África em função da inserção das potências emergentes no continente; 3) o crescimento das tensões na Ásia Oriental, equilibrada relativamente pela China; 4) o conflito na Ucrânia envolvendo a Rússia de Vladimir Putin e; 5) a fragilização das empresas internacionalizadas (privadas e públicas) do Brasil por denúncias de corrupção. Esses fenômenos, por sua vez, estariam ligadas a uma disputa geoeconômica e ao realinhamento geopolítico global, que tem se mostrado pacífico por parte das novas potências emergentes, mas com uma reação militar ofensiva por parte das potências norte-ocidentais (VISENTINI, 2015).

De fato, todos esses eventos concatenados sugerem a hipótese de declínio da hegemonia norte-americana e europeia, dentro da concepção desenvolvida por diferentes correntes teóricas de que uma hegemonia é mais perigosa e a agressiva quando está em declínio, tanto no âmbito

econômico quanto político-militar. Nos últimos anos, essa tendência se acelera, com a proliferação de acordos como o Tratado Transpacífico (TTP) e o Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), ambos firmados sob negociações sigilosas e só reveladas ao público ao final dos acordos. O Tratado Transpacífico inclui Canadá, Japão, Austrália e países da Aliança do Pacífico da América do Sul, deixando de fora tanto a China como o Brasil e o MERCOSUL. Já a Parceria Transatlântica foi negociada sob os mesmos moldes, também em sigilo, mas documentos vazados revelaram a intenção de levar a cabo medidas polêmicas, como impedir que os governos limitem e regulamentem os serviços bancários e propostas para que empresas interponham recursos contra o governo no caso de violações de seus interesses (MAES, 2014). Estudos independentes têm demonstrado que o tratado pode gerar forte desemprego na Europa, aumento do déficit público e redução dos salários como forma de garantir um aumento de renda alavancado pelo capital e pelo lucro. As Nações Unidas se manifestaram em relação ao tratado, afirmando que ele viola os direitos humanos e entrega o poder às multinacionais (CAPALDO, 2014; THE GUARDIAN, 2015).

Essas iniciativas são fruto de uma tentativa de se impor frente à crise econômica de 2008, que ainda afeta os EUA e a Europa, além de fortalecer os laços com a Europa em um momento em que se desenvolve a Nova Rota da Seda e o projeto de integração eurásiana, baseados no poder terrestre. Esses tratados, juntos, unem União Europeia ao Japão através dos oceanos e deixam de fora tanto Rússia e China, quanto Brasil e África do Sul, que em 2016 já firmaram um acordo de comércio preferencial entre o MERCOSUL e SACU (*South Africa Custom Union*) e avançam as discussões entre um tratado de cooperação MERCOSUL e União Europeia.

Esse cenário evidencia um novo reordenamento da arquitetura econômica global em meio à crise, que passou a partir de 2015 a afetar mais profundamente os BRICS (com a exceção da Índia). A bolsa de valores chinesa tem se mostrado instável e Rússia e Brasil têm sido afetados pela queda nos preços das *commodities* energéticas. Escândalos de corrupção envolvendo a estatal brasileira PETROBRAS¹⁴ e uma atuação suspeita envolvendo mídia, judiciário, parlamento e manifestações financiadas por movimentos que não divulgam a origem de seus recursos estimularam o caos político no Brasil, levando ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e o questionamento em relação à solidez da democracia e das instituições brasileiras, em um cenário de difícil crise econômica. Curiosamente, os escândalos de corrupção surgem na mesma época na África do Sul, contra o presidente Jacob Zuma. Tal

¹⁴ Em 2013, Edward Snowden revela ao mundo o esquema de espionagem dos EUA (Programa Prism) que incluiu espionagem da presidenta Dilma Rousseff e de funcionários da PETROBRAS.

cenário em 2016 levou o jornal britânico The Guardian e diversos jornais ocidentais a declararam a falência dos BRICS e que esses países ameaçam arrastar o mundo para uma nova recessão (THE GUARDIAN, 2015). Entretanto, vale refletir: os BRICS são a origem de uma crise ou vítimas de uma outra crise - essa sim, originada pela liberalização excessiva do mercado financeiro-creditício nos EUA, em 2008, evidenciando os limites de um modelo político-econômico de desenvolvimento e da unipolaridade norte-americana?

CONCLUSÕES

A Cooperação Sul-Sul dificilmente pode ser explicada sob o viés de uma única teoria das Relações Internacionais. Para compreendê-la no seu âmbito estratégico, é fundamental considerar as transformações no sistema de poder global; para compreendê-la em termos ideacionais, cumpre observar o desenvolvimento de tendências e padrões de percepção em relação à ordem internacional e; para compreendê-la no aspecto econômico, é necessária uma análise sobre os padrões de relacionamento entre centro, semiperiferia e periferia. Seja qual for o ângulo de análise, sozinho ele não explica o funcionamento de um fenômeno tão complexo dentro da academia (embora muitos o considerem clichê ou modismo).

Uma análise das discussões em relação à Cooperação Sul-Sul ao longo do tempo, desde a sua origem com a Conferência de Bandung até os dias atuais, demonstra que não se trata apenas de idealismo, paixão e utopia: a CSS é também uma estratégia e uma forma de inserção da periferia no sistema mundial, carregando componentes realistas. Além disso, embora dentro da periferia também haja disputa e assimetria nas capacidades materiais e de poder entre os países, há em comum um componente econômico fundamental que serve como orientador dos padrões de relação: o passado colonial, a exploração, as desigualdades, a pobreza e o desejo de se desenvolver. Esse componente econômico une semiperiferia e periferia sob a mesma lógica: ambos enfrentam problemas típicos de países inseridos no sistema capitalista mundial moderno. Entretanto, a localização geográfica, o tamanho do território, o tamanho da população e do mercado consumidor e o papel no equilíbrio de poder regional determinam diferentes estratégias de inserção externa e disputas internas.

Após 10 anos da criação do Sistema ONU, em 1955, China e Índia demonstram uma visão estratégica sobre a governança global da periferia: a necessidade de evitar que o Terceiro Mundo se torne alvo de disputa entre as superpotências e conduza a um equilíbrio de poder que resulte em uma nova guerra mundial. Percebeu-se que o alinhamento automático resultaria em submissão e dependência, enquanto que o não-alinhamento e a cooperação mútua implicariam em barganha, autonomia e desenvolvimento. Talvez os países que mais souberam se utilizar dessa estratégia durante a Guerra Fria tenham sido a própria Índia e a China, também em função de seus tamanhos e importância; e, coincidentemente, são os países que experimentam as maiores taxas de crescimento econômico no Pós-Guerra Fria, além de manejo da tecnologia nuclear, o que lhes garante capacidade de dissuasão em relação aos rivais regionais. Essa estratégia também foi utilizada pelo Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, no governo Vargas. A barganha funciona tanto no âmbito militar quanto no manejo de recursos necessários

para conduzir uma transição tecnológica, garantindo industrialização e redução das dependências econômicas estruturais através da utilização do capital nacional em prol do desenvolvimento.

Entretanto, mesmo a lógica de desenvolvimento industrial, entre 1945 e 1980, implicava em um modelo de crescimento econômico, não necessariamente de redução das desigualdades sociais. Essa questão é fundamental para o questionamento sobre a eficácia do desenvolvimentismo. Para uma atuação qualificada no cenário internacional, percebeu-se a necessidade da integração regional (primeiramente na Ásia e na África e posteriormente na América do Sul, no final dos anos 1980). Antes disso, porém, se desenvolve uma discussão fundamental no âmbito do Movimento dos Não-Alinhados (e do G-77, na ONU), qual seja, a necessidade de garantir a autonomia, a soberania e promover a independência nacional em relação às ex-colônias e, em seguida, a necessidade de barganhar uma nova ordem econômica internacional, menos assimétrica, em consonância com as mudanças da década de 1970. A inserção na lógica do mundo capitalista, na Guerra Fria, passa a ser contestada e se exige dos países norte-ocidentais que promovam padrões mais igualitários de relações econômicas, já que a via socialista parecia ser mais atrativa e condizente com os padrões sociais da periferia. Divididos entre a lógica socialista e capitalista, essa permanente tensão no Terceiro Mundo dependia do manejo adequado da política interna e externa em prol do desenvolvimento, sendo também um instrumento de barganha: “para não escorregar ao socialismo, é necessário enxergar o tal desenvolvimento prometido pela lógica do sistema capitalista sob hegemonia norte-americana”.

Essa lógica permeou os anos 1970, chave na mudança da unipolaridade para a multipolaridade. A estratégia do não-alinhamento se coaduna à reivindicação na ONU de uma Nova Ordem Econômica Internacional e uma Nova Ordem da Comunicação e Informação na periferia. Essa reivindicação, entretanto, se dá em um momento em que se esgota a ascensão do sistema mundial capitalista sob hegemonia norte-americana, em meio à derrota dos EUA no Vietnã e uma situação estratégica favorável à URSS. Coincidentemente, 1973 é o ano em que ocorre a Guerra Árabe-Israelense e o posterior choque do petróleo, ponta-pé inicial para a decadência da economia europeia e japonesa e ao mesmo tempo o início de uma reação conservadora por parte dos EUA para manter a proeminência econômica global, através da ofensiva neoliberal e da pressão pela liberalização dos mercados. O Movimento dos Países Não-Alinhados vai gradativamente perdendo o seu *ethos* e seu espírito de reivindicação pela autossuficiência coletiva (1970) e em 1978 a ONU, através do Plano de Ação de Buenos Aires (que, para alguns, inaugura a Cooperação Sul-Sul), cumpre o papel de institucionalizar e

promover a cooperação técnica, através da apropriação de princípios dos não-alinhados, de certa forma despolitizando e minimizando o caráter estratégico que o Movimento dos Não-Alinhados implicava.

Os anos 1970 testemunham uma tentativa de controlar a hegemonia por parte dos EUA através do *buckpassing* e do fortalecimento da China e Índia e ao mesmo tempo uma ofensiva econômica sobre o Japão, através do Choque dos Juros (1979), que faz atrair investimentos de volta para os EUA e torna os países do Terceiro Mundo grandes credores da dívida pública norte-americana, financiando os gastos militares e o orçamento bélico e garantindo a unipolaridade em termos militares, de forma a pressionar a União Soviética e estrangular sua economia. Paralelamente, em função da crise da dívida no Terceiro Mundo, amplia-se a ofensiva neoliberal e a pressão pela liberalização por parte do FMI e do Banco Mundial, atrelados à hegemonia norte-americana de Bretton Woods. Ao mesmo tempo, na década de 1980, a Rodada Uruguai do GATT (posteriormente OMC) transforma-se em uma grande ofensiva pela liberalização de serviços e controle da propriedade intelectual, em uma conjuntura de crise no centro do sistema.

Diante desse contexto, o debate sobre Cooperação Sul-Sul na década de 1980 arrefece e o pessimismo esvazia ainda mais a ideia do não-alinhamento. Em fins da década de 1970, na África, o Plano de Lagos da União Africana sugere através de relatório a necessidade de integração da cadeia produtiva regional como forma de manter e impulsionar a industrialização. Um ano depois, um relatório do FMI desmonta todas as recomendações do Plano de Lagos e sugere liberalização, ajuste estrutural e ainda culpa as elites africanas pela falta de “boa governança”. Em fins da década de 1980, se começa a perceber os limites e os riscos da liberalização e da abertura econômica. Na América do Sul, avança o projeto de criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) como forma de proteger o país de uma abertura brusca e, na Ásia, inicia-se a tentativa de inserção da China ao processo de integração liderado inicialmente pelo Japão. Ainda no fim dos anos 1980, o Movimento dos Não-Alinhados sugere a criação de uma Comissão do Sul e se inicia um processo de reconhecimento das diferenças entre países em desenvolvimento em termos de recursos e capacidades. Surge a percepção de que alguns países possuem maior potencial de liderar a causa do mundo periférico e, portanto, possuem maior responsabilidade na promoção do desenvolvimento no Sul. Essa concepção reforça um componente mais realista que imerge em meio ao fim da Guerra Fria, aliado a uma visão incipiente sobre a realidade multipolar da nova ordem mundial. Mesmo na ONU, em 1995, é lançado um documento que elenca os países-pivôs que poderiam liderar o processo de Cooperação Sul-Sul, entre eles Brasil, China e Índia.

Essa mudança no padrão de percepção sobre a responsabilidade de determinados países do Sul no provimento de cooperação evidencia que a própria periferia passa a reconhecer e legitimar, nas discussões internacionais sobre o tema, o papel que os BRICS futuramente iriam exercer em termos de cooperação política, econômica e técnica. Tal dimensão demonstra que o entendimento sobre a realidade por parte de países da periferia é otimista em relação ao papel da multipolaridade na promoção do desenvolvimento local, o que torna a ideia de ‘novo imperialismo’ dos emergentes algo infundado. Há uma clara evolução do entendimento sobre Cooperação Sul-Sul, não apenas como uma ideia, mas também como um novo projeto de governança e poder, mais democrático, participativo, horizontal e plural. Essas pretensões, entretanto, não representam uma ameaça ao Norte, visto que as discussões e deliberações no âmbito institucional sempre reforçaram o caráter complementar da Cooperação Sul-Sul em relação à Cooperação Norte-Sul, embora esse entendimento varie dependendo do país e do ponto de vista. Alguns teóricos enxergam com entusiasmo as possibilidades de cooperação triangular, na qual um país do Norte é responsável apenas pelo fornecimento de recursos financeiros e dois países do Sul compartilham as técnicas e os conhecimentos para implementação de um determinado projeto.

Na linha desses avanços em termos teórico-institucionais, o sistema mundial que se inaugura na virada do século XX para o século XXI traz a promessa de um ‘novo século americano’ e ao mesmo tempo o aumento das contestações à globalização assimétrica, à financeirização e ao novo liberalismo, desta vez de uma forma mais pragmática. Embora tenha se tornado cada vez mais difícil escapar das pressões para a integração à economia global, o desgosto em relação aos efeitos sociais do neoliberalismo e a percepção sobre os limites da suposta unipolaridade norte-americana passaram a reforçar tentativas de resgate da soberania e do papel do Estado na promoção do desenvolvimento. A desilusão em relação às promessas do FMI e do Banco Mundial, tão criticadas por economistas e intelectuais como Stiglitz, Chang e Amartya Sen, somadas a uma percepção positiva sobre o modelo chinês de desenvolvimento (Consenso de Pequim), parecem ter reacendido a esperança na negação ao império-mundo unipolar norte-americano. Governos de centro-esquerda se proliferaram na América Latina e África e, concomitantemente, novas formas de cooperação e modelos de desenvolvimento levaram a difusão de programas sociais bem-sucedidos no Sul. O Programa Bolsa-Família, que beneficia 50 milhões de pessoas em extrema pobreza no Brasil, foi replicado em dezenas de países, estados e cidades, até mesmo na prefeitura de Nova Iorque (símbolo do capital e da liberdade).

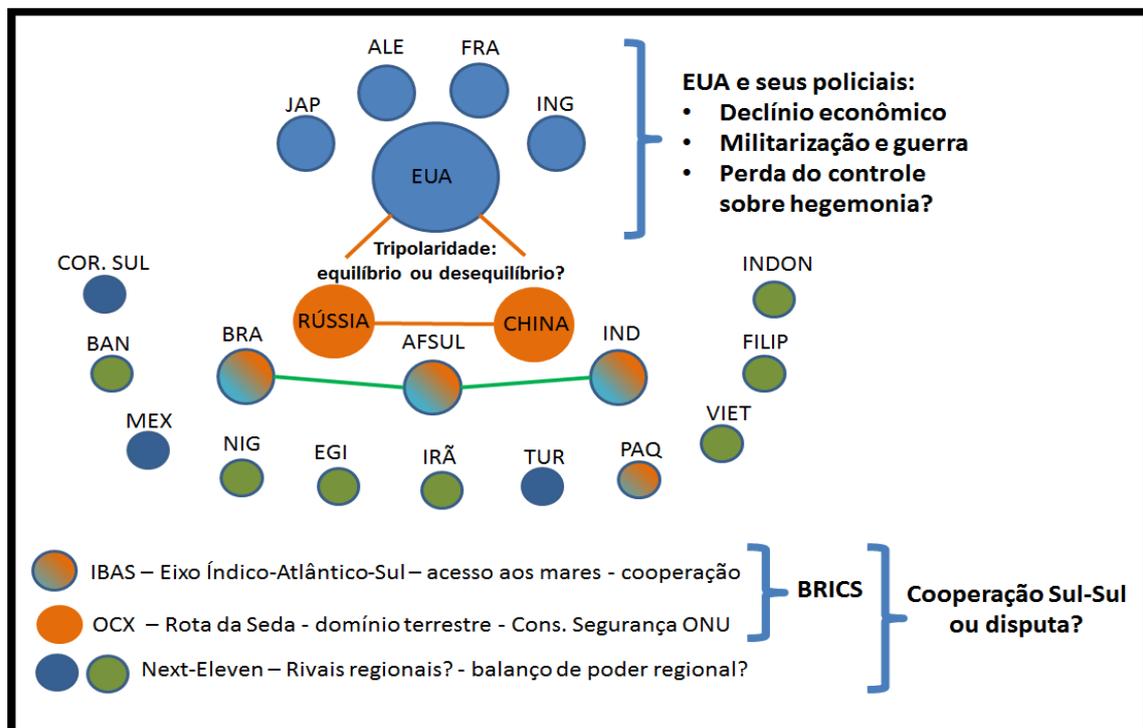
Até 2008, se tem a impressão de que os EUA mantinham-se chocados e inertes frente às alterações na estrutura do sistema mundial, de certa forma menosprezando o potencial de determinadas regiões, como América Latina e África e concentrando suas atenções na manutenção da unipolaridade e do império-mundo, através de uma agenda de segurança que usa o pretexto do terrorismo e de outras ameaças paraestatais para violar o princípio da soberania e autodeterminação nacional e justificar a onipresença norte-americana [o que Emmanuel Todd chama de “estratégia do louco”, ou seja, parecer irresponsável para melhor intimidar eventuais adversários (TODD, 2003, p.10)]. Sem embargo, não houve um concerto entre as potências em prol do combate ao terrorismo (exceto Inglaterra) e a paranoia norte-americana deu lugar à uma crise moral que remonta à “síndrome do Vietnã” (conforme descreve Arrighi). Essa paranoia e as guerras sem-fim levaram inúmeros teóricos a descrever o século XXI como um caos perigoso, em que os conflitos se proliferam e ameaçam derrubar a estrutura do sistema¹⁵. De fato, o caos está contido nas próprias estratégias de segurança nacional dos EUA, dentro de doutrinas que reforçam a necessidade da guerra infinita através de instrumentos psicológicos, espionagem, terceirização da atividade militar, etc. Essa situação parece reforçar a tese de economistas políticos de que um sistema é mais instável quando a hegemonia está em declínio do que quando está em ascensão e a tese de realistas de que a unipolaridade é o sistema menos durável, devido à acumulação excessiva de responsabilidades por parte do hegemona.

A unipolaridade cada vez mais se mostra como uma ilusão, uma ilusão porém que serviu para deixar o mundo periférico paralisado nos anos 1990 em meio às hipóteses de consenso, “fim da história”, democracia como ponto de chegada e ausência de alternativas face à globalização. Talvez se tenha percebido isso por parte dos EUA, mas fosse melhor não aparentar, visto que há tomadores de decisão que ainda acreditam nessa hipótese. A estratégia norte-americana parece ter se tornado mais evidente a partir de 2008, com o reconhecimento do Oriente Médio como área-pivô para conter a Rússia e a China e ao mesmo tempo a promoção do Século do Pacífico através do TPP, que exclui a China. A Índia se tornou fundamental no balanço de poder na Ásia, mesmo tendo ingressado como membro pleno na Organização de Cooperação de Xangai em 2015, ampliando a cooperação na área de segurança com Rússia, China e países da Ásia Central. O Brasil e a África do Sul têm ampliado a integração regional em suas respectivas zonas, através da UNASUL e da NEPAD, respectivamente, e buscam uma cooperação cada vez maior para conter a ingerência da OTAN sobre o Atlântico Sul. Junto com a Índia, ambas ampliam a cooperação mútua através do IBAS, que carrega uma dimensão

¹⁵ A ideia do caos no século XXI é defendida por Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Giacomo Gabellini, Prem Shankar Jha, Paulo Visentini, Carlos Escudé, Pepe Escobar, entre outros.

estratégica importante ao contrapor o Eixo Índico-Atlântico-Sul ao Eixo que liga os dois lados do Pacífico. A Índia tem ressaltado nos encontros do Movimento dos Não-Alinhados a importância do Oceano Índico ser uma zona de paz, evitando a ingerência externa na região. Além disso, os países do IBAS têm fundamental importância na projeção de China e Rússia sobre os mares, visto serem estas potências tradicionalmente territoriais e não marítimas. Os BRICS, em conjunto, por sua vez, seriam peças-chave no sistema mundial do século XXI. De acordo com Wallerstein (1979), os países semiperiféricos teriam a função estabilizadora do sistema, ao não representar uma oposição unificada em relação ao centro, no caso em que predomine a disputa e não a cooperação. Entretanto, se levarmos essa premissa ao contexto pós-2008, os BRICS têm ampliado a cooperação mútua e tem implementado uma série de mecanismos que demonstram a afinidade de estratégias: o *BRICS Cable*, o Banco dos BRICS e a pretensão de utilizar moedas próprias nas transações internacionais, quebrando a hegemonia do dólar. Nesse caso, resta saber qual papel vão cumprir os países do Next-Eleven (Próximos-Onze), sobretudo os MINT (México, Indonésia, Nigéria e Turquia) em termos de balança de poder regional. Ainda, resta saber os impactos da desaceleração do crescimento dos BRICS na periferia, que cada vez é mais interdependente em relação a eles.

Figura 5 – Sistema mundial no século XXI: BRICS e nova governança



Fonte: elaboração própria (2016).

Enquanto o mundo assistia ao espetáculo das Olimpíadas de Pequim, em 2008, Rússia e EUA se enfrentam, de forma indireta, na Guerra da Geórgia; a bolha imobiliária estoura nos EUA e os BRICS realizam a primeira cúpula: é um cenário que demonstra os limites da unipolaridade, em termos militares, econômicos e mesmo morais. A conjuntura que sucede 2008 se assemelha em alguns aspectos à que sucedeu a crise de 1930 e em outros aspectos a que sucedeu a crise de 1973. Entretanto, tudo indica que as guerras cada vez mais dependem de questões econômicas: o capital impera sobre a soberania e a tentativa de autonomia. Ele retroalimenta a supermáquina militar norte-americana (que ainda representa metade de todos os gastos em defesa no mundo somados). Após 1973, a estratégia se baseou na utilização de instrumentos de política econômica por parte dos EUA (manejo dos juros), de uma ofensiva pela liberalização dos mercados na periferia e de desmonte de suas frágeis indústrias infantis (algo que ocorreu também na China, Índia e, de forma mais drástica, na URSS). Houve um processo centrípeto de concentração da riqueza mundial no centro, praticamente fazendo o resto do mundo financiar a supremacia militar norte-americana.

Na crise de 2008, porém, existem um componente diferenciado: o espetacular crescimento chinês (cujos gastos anuais em defesa prometem ultrapassar os gastos dos EUA em 2040), uma perspectiva de aumento da cooperação entre a semiperiferia e desta com a periferia através do incremento da Cooperação Sul-Sul em termos econômicos e políticos. Se a crise da década de 1970 resultou em um arrefecimento da Cooperação Sul-Sul sob a lógica do não-alinhamento e da barganha e um aumento da dependência Norte-Sul em prol dos programas de ajustes estruturais e do ideal homogeneizador do Consenso de Washington, o resultado da crise de 2008 parece ter sido um fortalecimento da Cooperação Sul-Sul em torno da multipolaridade, com os BRICS fomentando o crescimento econômico global, promovendo construção de infraestrutura, financiamento de projetos a custo reduzido, construção de capacidade institucional através da cooperação técnica, etc. O mundo periférico possui mais alternativas e possibilidades e, caso saiba se aproveitar disso, poderá experimentar um desenvolvimento significativo, tal qual os países africanos, por exemplo, vem experimentando. Os riscos da securitização existem, mas a perspectiva de inserção pacífica e o respeito aos princípios básicos que remontam à Conferência de Bandung por parte das potências emergentes representam uma esperança para o mundo periférico. A prova de fogo da Cooperação Sul-Sul para as próximas décadas, porém, parece ser a perspectiva de crise econômica que afeta todos os BRICS (exceto Índia) em 2015 e pode significar um arrefecimento na promoção de cooperação e investimento na periferia, dando espaço a uma inserção das velhas potências em espaços anteriormente “esquecidos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABARCA, E. **El nuevo rostro de la cooperación técnica entre países en desarrollo y las nuevas tendencias internacionales**. Revista de Ciencias Sociales, Costa Rica, v. 4, n. 94, p. 169-188, 2001.
- AMIN, Samir. **50º Aniversário da Conferência de Bandung**. Entrevista com Samir Amin conduzido por Rémy Herrera. In: *Marxismo Revolucionário Atual*, Acesso em 09.jun.2015: <http://resistir.info/samir/bandung_port.html>, 2010.
- AMIN, Samir. **De Bandung 1955 a 2015: Viejos y nuevo desafíos**. Quito: América Latina en Movimiento, 504, año 39, mayo, 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: UFRJ-Contraponto, 2001.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Vozes, 2008.
- ATRIA, R. **Tendencias de la cooperación horizontal en América Latina: notas para la discusión**. In: BID-SECAB-CINDA. **La cooperación internacional y el desarrollo científico y tecnológico: balance y perspectivas**. Santiago de Chile: Alfabet, p. 253-267, 1991.
- AYLLÓN, Bruno Pino. **Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul**. In: *Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento*. Organizador: André de Mello e Souza. Brasília: Ipea, 2014.
- BACELETTE, Ricardo. **Regionalismo na Ásia: da integração produtiva à institucionalização**. IPEA, Boletim de Economia e Política Internacional nº 11, julho/setembro, 2012.
- BANCET, A. **Análisis de la cooperación triangular: discursos y prácticas de los países del CAD/OCDE sobre una modalidad en construcción**. Madrid: Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación, enero 2012 (Documento de Trabajo).
- BASTAGLI, F. **From social safety net to social policy?: the role of conditional cash transfers in welfare state in Latin America**. Londres: CASE, London School of Economics, 2009.
- BEAUD, Michel. **História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro, IPEA, 1988.
- BISSIO, Beatriz. **Bandung, The Non-Aligned and The Media: the role of the journal "Third World" in South-South Dialogue**. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v.4, n.8, Jul./Dec. 2015.
- BISSIO, Beatriz. **De Bandung a los BRICS: dos estilos, un objetivo**. Quito: América Latina en Movimiento, 504, año 39, mayo, 2015.
- BOUTROS-GHALI, B. **La Unión hace la fuerza**. Red voltaire, 17 mayo 2006.

BRASIL. **Cúpula de Londres, 2009**. Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/governanca-global/g-20-financeiro/g-20-declaracao-de-londres>>. Acesso em 13 de maio de 2014.

BRASIL. **Declaração de Pittsburgh, 2009**. Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-multilaterais/governanca-global/g-20-financeiro/g-20-declaracao-de-pittsburgh>>. Acesso em 14 de maio de 2014.

BRAUDEL, Fernand. **La dynamique du capitalisme**. Paris: Les Editions Artaud, 1985.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Novo Desenvolvimentismo e Ortodoxia Convencional**, In: E. Diniz (org.), Globalização, Estado e Desenvolvimento, Dilemas do Brasil no Novo Milênio. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Proposta de Desenvolvimento para o Brasil**. In: J. Sicsù, L. F. Paula e R. Michel (orgs.), Novo-Desenvolvimentismo, um Projeto de Crescimento com Equidade Social. São Paulo/Rio de Janeiro, Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2005.

BRUCKMANN, Monica; SANTOS, Theotonio dos. **La actualidad de Bandung: por una agenda estratégica de América Latina**. Quito: América Latina en Movimiento, 504, año 39, mayo, 2015.

BUSINESS NEWS. **Security Industry – UK mounts warfare exercise in Falklands**. 28.dez.2009.

CAMPOS, Rodrigo Pires de; LIMA, João Brígido Bezerra; GONZALEZ, Manuel José Forero. **Questões conceituais e metodológicas sobre os estudos da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional**. Brasília: IPEA, Boletim de Economia e Política Internacional, n.1, jan/mar 2012.

CAPALDO, Jeronim. **The transatlantic trade and investment partnership: European disintegration, unemployment and instability**. Medford, EUA: Global Development and Environment Institute Working Paper N°14-03, outubro, 2014.

CEPAL. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile: Nações Unidas: 2011

CEPAL. **Estudio económico de América Latina y el Caribe, 2010-2011**, Santiago do Chile, Nações Unidas, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3° edição, 2008

CHANG, Ha-Joon. **23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo: os maiores mitos do mundo em que vivemos**. São Paulo: Cultrix, 2013.

CHANG, Ha-Joon. **Bad Samaritans: The Myth of Free Trade and the Secret History of Capitalism**. New York, Bloomsbury Press, 2008.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada, a Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica**. São Paulo, Unesp. (ed.), 2003.

CHANG, Ha-Joon. **Joseph Stiglitz and the World Bank, the Rebel Within**. London, Anthem Press, 2001.

CHAZAN, Naomi; MORTIMER, Robert; RAVENHILL, John; ROTCHILD, Donald. **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder, Colorado: Lyenne Rienner Publishers, 1992.

- COX, Robert. **Global perestroika**. Socialist Register, vol. 28, “New World Order?”, 1992.
- DABÈNE, Olivier. **O impacto da revolução cubana**. In: América Latina no século XX. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- DAVIS, Mike. **O imperialismo nuclear e a dissuasão extensiva**. In: THOMPSON, Edward et alli. Exterminismo e Guerra Fria. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DIETER, E. **Searching for a new role in East Asian regionalization – Japanese production networks in the electronics industry**. In: KATZENSTEIN, P.; SHIRAIISHI, T. Beyond Japan: the dynamics of East Asian regionalism. Nova York: Cornell University Press, 2006.
- DINIZ, Eli. **Estado, Variedades de Capitalismo e Desenvolvimento em Países Emergentes**. Desenvolvimento em Debate, v.1, n.1, jan.-abril 2010, p.7-27. Disponível em: http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_1_1.pdf
- DINIZ, Eli. **O Contexto Internacional e a Retomada do Debate sobre Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo (2000/2010)**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, no 4, 2011, pp. 493 a 531. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v54n4/01.pdf>
- DIRLIK, Arif. **Beijing Consensus: who recognizes whom and to what end?** Oregon: University of Oregon, 2006.
- DRAIBE, Sonia; RIESCO, Manuel. **Estados de Bem-Estar Social e Estratégias de Desenvolvimento na América Latina: Um Novo Desenvolvimentismo em Geração?** In: Revista Sociologias, vol.13, n.27, Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n27/a09v13n27.pdf>
- DULCI, O. S. **Transferência de Renda e Política Social: modelos e trajetórias institucionais na América Latina**. Caxambu: Ampocs, 2009.
- ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.
- ERBER, Fabio S. **As Convenções do Desenvolvimento no Governo Lula: Um Ensaio de Economia Política**. In: S. T. Werneck Vianna, M. A. P. Bruno e A. de M. Modenesi (orgs.), Macroeconomia para o Desenvolvimento: Crescimento, Estabilidade e Emprego (Projeto Perspectivas para o Desenvolvimento Brasileiro), Livro 4. Brasília, IPEA, 2010.
- ESTEVES, Paulo; MAIA, Fernando Neves da Costa; ABREU, Aline; NIV, Amir; ASSUNÇÃO, Manaíra. **BRICS, Cooperação para o Desenvolvimento e o Fórum de Busan**. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2011.
- FERNÁNDEZ, Damian. **Cuba: talking big, actin bigger**. In: Mora, Frank & Hey, Jeanne (eds). Latin American and Caribbean foreign policy. Boulder: Rowman & Littlefield, 2003.
- FIORI, José Luis. **O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.
- FIZBIEN, Ariel; SCHADY, Norbert. **Conditional cash transfers: reducing present and future poverty**. Washington, D.C: Banco Mundial, 2009.
- FLEMES, Daniel. **O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança?** Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI), 2010.
- FOSSAERT, Robert. **El mundo en el siglo XXI: una teoría de los sistemas mundiales**. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1994.
- FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem Ética?** Lua Nova. São Paulo, 70: 101-138, 2007.

- FRIEDMAN, George. **The Russo-Georgian War and the balance of power**. Geopolitical Weekly, Stratfor Online, 2008. Disponível em: <https://www.stratfor.com/weekly/russo_georgian_war_and_balance_power>. Acesso em: 24.mai.2016.
- GALVÃO, Marcos. **O G-20 e a transformação da governança internacional: anotações pontuais de um participante**. São Paulo: Revista Política Externa, Vol. 20, Núm. 3. Editora Paz e Terra, 2012.
- GERSCHENKRON, A. **Economic Backwardness in Historical Perspective**. Cambridge: Belknap, 1962.
- GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- GOLDMAN SACHS. **Beyond the BRICs: a look at the Next-Eleven**. BRICs book archives, cap. 13, abril de 2007.
- GOODMAN, Roger; WHITE, Gordon. **Welfare Orientalism and the Search for an East Asian Welfare Model**. In: GOODMAN, R.; WHITE, G.; KWON, H.J. (Eds.). *The East Asian Welfare Model: welfare orientalism and the State*. London: Routledge, 1998.
- GOUGH, Ian. **Welfare regimes: on adapting the framework to developing countries**. Global Social Policy Program. Working Paper 1, Univ. Bath, 1999.
- GOUGH, Ian. **Welfare State in East Asia and Europe**. Paper presented at the session 'Toward the new social policy agenda, Annual World Bank Conference on Development Economics Europe, Paris, 27.jun.2000.
- GRUPO DOS 77. **Caracas Programme of Action adopted by the High-level Conference on Economic Cooperation among Developing Countries**. Caracas, Venezuela, 13-19 Maio 1981. Disponível em: <<http://www.g77.org/doc/CPA-contents.htm>>. Acesso em 10.jun.2015.
- GRUPO DOS 77. **Joint Declaration Of The Group Of 77**. Genebra, 15 de junho de 1964. Disponível em: <<http://www.g77.org/doc/Joint%20Declaration.html>>. Acesso em 10.jun.2015.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Prefácio à obra 'A Segunda Guerra Fria'**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- GUITARD, Odette. **Bandung y el despertar de los pueblos coloniales**. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1962.
- HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HALPER, Stefan. **The Beijing Consensus: how China authoritative model will dominate the 21st century?** Nova Iorque: Basic Books, 2010.
- HARDING, Harry. **China's Second Revolution: Reforms after Mao**. Brookings Institution, 1988.
- HOLLIDAY, Ian. **Productivist welfare capitalism: social policy in East Asia**. *Political Studies*, vol.48 (4): 706-23, 2000.
- JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- KEOHANE, R. O.; NYE, Joseph. **Power and interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little, Brown, 1977.

- KERN, A.; WEISTAUBB, L. **El debate sobre la cooperación Sur-Sur y su lugar en la política exterior argentina**. Revista española de desarrollo y cooperación, Madrid, n. 27, p. 83-95, 2011.
- KINDLEBERGER, C. P. **The world in depression: 1929-1939**. Berkeley: Use 03080, 1973.
- KIRTON, John; MARTIN, Paul E. P; GREGORY, Denise; LUZ, Mariana. **The G20 Takes Centre Stage. Growth, Innovation, Inclusion: The G20 at Ten**. São Paulo, Novembro de 2008.
- KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. Brasília: Editora Brasiliense, 25ª edição, 1984.
- KUZNETS, S. **Economic Growth and Income inequality**. The American Economic Review, Vol. 45, No. 1, pp. 1-28, 1955.
- KWON, Huck-Ju. **The Economic Crisis and Politics of Welfare Reform in Korea**. Background paper for the UNRISD Project Social Policy in a development context, Genève, 2002.
- KWON, Huck-Ju. **Transforming the developmental welfare states in East Asian: a comparative study of the East Asian countries**. Background paper for the UNRISD Project Social Policy in a development context. Paper. Genève: UNRISD, 2003.
- LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1981.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 5ª edição, 2003.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. **Descolonização e lutas de libertação nacional**. In: Reis Filho, Daniel Aarão; Ferreira, Jorge; Zenha, Celeste. (orgs.). **O século XX: o tempo das crises, revoluções, fascismos e guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, p.35-64, 2005.
- LOPES, M. **Prática comentada da cooperação internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia**. Brasília, Edição do autor, 2010.
- MADEIRA, Lígia Mori; HELLMANN, Aline; MEDEIROS, Klei. **O Brasil na Ação Coletiva Sul-Sul para o Desenvolvimento Social**. Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), Vol. 6, n. 2, jul.-dez., p. 16-30, 2011.
- MAES, Marc. **Investment protection in the EU-US Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)**, 5.mar.2014. Disponível online em: <<http://eu-secretdeals.info/upload/2014/02/Investment-in-TTIP-MarcMaes-S2B-analysis-140306.pdf>>. Acesso em: 27.05.2016.
- MANTOVANI, Maria da Graça Hahn. **Tribunal sul-americano: concepção cibernética de integração**. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- MARTINS, José Miguel Quedi. **Relações Internacionais Contemporâneas: estudos de caso em política externa e de segurança**. Porto Alegre: Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), 2013.
- MEDEIROS, Klei. **A dimensão social na inserção externa do Governo Lula: desenvolvimento, diplomacia e Cooperação Sul-Sul**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MEREDITH, Martin. **The State of Africa: a history of fifty years of Independence**. Londres: Free Press, 2005.

MILANI, Carlos. **Evolução histórica da Cooperação Norte-Sul**. In: Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. Organizador: André de Mello e Souza. Brasília: Ipea, 2014.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; FONSECA, Pedro Cezar Dutra.

Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 2 (131), pp. 222-239, abril-junho/2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n2/a02v33n2.pdf>

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**, das rebeliões na Eurásia à África do Norte e Oriente Médio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MOVIMENTO DOS NÃO-ALINHADOS. **History, Evolution, Purposes and Principles**. Acesso em 09.jun.2015: <<http://namiran.org/background-general/>>, 2015.

NASSIF, André. **A economia indiana no período 1950-2004 – da estagnação ao crescimento acelerado: lições para o Brasil?** Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell; CALVETE, Luísa; CARDOSO, Nilton. **Da não-interferência da Organização da Unidade Africana à Não-Indiferença da União Africana: percepções africanas sobre a segurança do continente**. SÉCULO XXI, Porto Alegre, V. 5, Nº1, Jan-Jun 2014.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Humanity Divided: confronting inequality in developing countries**. Nova Iorque: PNUD, 2013.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **International development cooperation report**. Nova Iorque: UN, 2010.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Humanity Divided: confronting inequality in developing countries**. Nova Iorque: PNUD, Novembro de 2013.

OSINGA, Frans. **Science, strategy and war: the strategic theory of John Boyd**. Delft: Eburon Academic Publishers, 2005.

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte. **NATO 2020: Assured Security, Analysis and Recommendations of the Group of Experts on a New Strategic Concept for NATO**. Maio de 2010. Disponível em: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_63654.htm>;

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. **A emergência da periferia no Sistema Mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978)**. Porto Alegre: Austral (Brazilian Journal of Strategy and International Relations), v.4, n.7, jan/jun, p.112-131, 2015.

PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty First Century**. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts; Londres, Inglaterra: 2014

POLITZER, Georges. **Princípios elementares de filosofia**. Parte IV, Capítulos 1,2,3,4 e 5. 9. ed. Lisboa: Prelo, 1979.

QUALL, John. **A Política Atual dos EUA de Provocar a Rússia**. Leavenworth: Military Review, 2010.

RAMO, Joshua. **The Beijing Consensus**. Londres: The Foreign Policy Centre, 2004.

- RAVENHILL, J. **The ‘new East Asian regionalism’: a political domino effect.** Review of international political economy. Oxford, v. 17, n. 2, p. 178-208, 2012.
- ROSECRANCE, Richard & STEIN, Arthur A. Stein. **Beyond Realism: The Study of Grand Strategy.** In: ROSECRANCE, Richard & STEIN, Arthur. Domestic Bases of Grand Strategy. P. 3-21. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- SAUTMAN, Barry; HAIRONG, Yan. **Honour and Shame? China’s Africa Ties in Comparative Context.** In: WILD, L. MEPHAN, D. The new sinosphere: China in Africa. Londres: IPPR, 2006.
- SEABRA, Pedro. **South Atlantic crossfire: Portugal in-between Brazil and NATO.** Portuguese Institute of International Relations and Security, IPRIS Viewpoints, nov. 2010.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- SERBIN, Andrés. **América del Sur en un mundo multipolar: es la Unasur la alternativa?** Nueva Sociedad. N°219, enero-febrero, 2009.
- SHANGQUAN, Jao. **New Progress in China’s Special Economic Zones.** Foreign Language Press, 1996.
- SICSÙ, João, PAULA, Luiz Fernando e MICHEL, Renaut (orgs.). **Novo-Desenvolvimentismo, Um Projeto de Crescimento com Equidade Social.** São Paulo/Rio de Janeiro, Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- SICSÙ, João, PAULA, Luiz Fernando e MICHEL, Renaut. **Por que Novo-Desenvolvimentismo?** Revista de Economia Política, vol. 27, no 4, pp. 507-524, 2007.
- SINGH, A. **Industrialization in Africa: a structuralist view.** In: FRANSMAN, M. (ed.), Industry and accumulation in Africa. Londres: Heinemann, 1982.
- SOARES DE LIMA, Maria Regina; HIRST, Mônica. **Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e oportunidades para novas parcerias.** São Paulo: IUPERJ, 2009.
- SOARES DE LIMA, Maria Regina. **Brasil e pólos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul.** IN: BAUMANN, Renato, org. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.
- SOUTH AFRICA. Department of International Relations and Cooperation (DIRCO). **2009/2010 Annual Report of the African Renaissance and International Cooperation Fund.** 2010. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/departament/report_2009-2010/annualreportarf2009-2010.pdf>. Acesso em: 22.mai.2016.
- SOUTH AFRICA. **2011/14 Strategic Plan. 2011.** Disponível em: <<http://www.dfa.gov.za/departament/strategicplan%202011-2014/strategic%20plan%202011.pdf>>. Acesso em: 22.mai.2016.
- SOUTH AFRICAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS (SAIIA). **Emerging donors in International Development Assistance.** The South Africa Case. 2008. Disponível em: <http://web.idrc.ca/uploads/user-S/124441475471Case_of_South_Africa.pdf>. Acesso em: 28.mar.2012.
- STIGLITZ, Joseph. **Globalização. Como dar certo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- STIGLITZ, Joseph. **A Globalização e seus Malefícios.** São Paulo: Futura Editora, 2002.
- STIGLITZ, Joseph. **Os Exuberantes Anos 90 – uma nova interpretação da década mais próspera da história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

STIGLITZ, Joseph; PRYCHITKO, David L. **Whither Socialism?** The Cato Journal, Cato Institute, Book Reviews, vol. 16, n° 2, 1994.

SUNDARAM, Jomo Kwame. **Economic Liberalisation and Development in Africa.** Dakar: CODERSIA, 2008.

TANDON, Y. **En finir avec la dépendance à l'aide.** Genève: CETIM, 2009.

TAYLOR, Ian. **The international relations of Sub-Saharan Africa.** Nova Iorque: Bloomsbury, 2010.

THALHEIMER, August. **Introdução ao materialismo dialético.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979. Capítulo 10.

THE GUARDIAN. **UN calls for suspension of TTIP talks over fears of human rights abuses.** 4.mai.2015. Disponível online em: <http://www.theguardian.com/global/2015/may/04/ttip-united-nations-human-right-secret-courts-multinationals?>>. Acesso em: 28.mai.2016.

TODD, Emmanuel. **Depois do Império.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

UL-HAQ, M. **Beyond the slogan of South-South cooperation.** World development,

UNESCAP. **Forward-Looking Macroeconomic Policies for Inclusive And Sustainable Development. Economic and Social Survey of Asia and the Pacific.** Bangkok: United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific, 2013.

v. 8, p. 743-751, 1980.

VAN DER HOEVEN, R. & SAGET, C. **Labour Market Institutions and Income Inequality: What are the New Insights After the Washington Consensus.** In: Cornia G. A. (ed.). *Inequality, Growth and Poverty in an Era of Liberalization and Globalization.* Oxford: Oxford University Press, 2004.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira).** Belo Horizonte: Fino Traço. ISBN: 978-85-8054-042-0, 2011.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Sistema de Yalta como condicionante da política internacional do Brasil e dos países do Terceiro Mundo.** Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 40, n.1, p. 5-17, Junho, 1997.

VISENTINI, Paulo. **A África e as Potências Emergentes: Nova partilha ou cooperação Sul-Sul?** Porto Alegre, LEITURA XXI, 2013.

VISENTINI, Paulo G. F. **O Brasil de Lula: uma diplomacia global e afirmativa (2003-2010).** Porto Alegre: Austral (Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais), v.1, n.1, jan-jun, 2012.

VISENTINI, Paulo. **O Caótico Século XXI.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Geopolitics and geoculture.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The capitalist world-economy: Essays.** Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System.** Nova Iorque: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **After Liberalism.** Nova Iorque: New Press, 1995.

WALTZ, Kenneth. **Structural Realism after the Cold War**. Massachussets: International Security, vol. 25, n.1, p.5-41, summer, 2000.

WERTHEIN, J. NOLETO, M. **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Nova Iorque: UNESCO, 2003.

WILLIAMSON, John. **Is the “Beijing Consensus” now dominant?** Asia Policy 13, janeiro de 2012.